

ANALITA CANDATEN
MARISSÔNIA DALTOÉ



**IDENTIDADE DAS IRMÃS
SCALABRINIANAS**

APROFUNDAR PARA TESTEMUNHAR

**CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS
MISSIONÁRIAS DE SÃO CARLOS
BORROMEO**

SCALABRINIANAS



Análita Candaten e Marissônia Daltoé.

Identidade da Irmã Scalabriniana. Aprofundar para Testemunhar.

Série: Caminhos – n.4

Páginas: 152

ISBN: 978-85-87823-21-2

1.Natureza e finalidade da Congregação 2..Vida Consagrada
3.Formação 4.Missão 5.Autoridade 6.Administração e economia

CDU

248 – Práticas Religiosas

255 – Congregações Religiosas

Responsável:

Governo Geral da Congregação das Irmãs e Missionárias de São Carlos Borromeo - Scalabrinianas.

Sexênio: 2007-2013

Revisão: CSEM

Projeto Gráfico: Alan Carvalho dos Santos

Direitos reservados à Editora

CSEM – Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios

SRTV/N Conj. P Qd 702

Ed. Brasília Rádio Center – Sobreloja 1 e 2

70719-900 – Brasília/DF

E-mail: csem@csem.org.br

Site: www.csem.org.br?<http://redecemis.phnet.com.br>

Tel/fax 0055-61-3327-0669

IDENTIDADE DA IRMÃ SCALABRINIANA. APROFUNDAR PARA TESTEMUNHAR

ANALITA CANDATEN

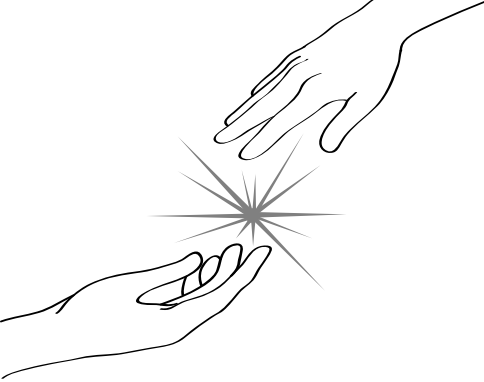
MARISSÔNIA DALTOÉ



CSEM
Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios
Brasília/DF - 2013

INDICE

APRESENTAÇÃO	7
NATUREZA E FINALIDADE DA CONGREGAÇÃO	9
1. As constituições e as ordenações na vida de um instituto	9
2. A natureza e finalidade de um instituto	10
3. O carisma de um instituto religioso	12
4. A espiritualidade e missão de um instituto	16
VIDA RELIGIOSA, RADICAL DE JESUS CRISTO	19
1. Consagração Religiosa	19
2. Vida Comunitária	25
3. Vida litúrgica e de oração	30
O PROCESSO FORMATIVO DA IRMÃ MSCS - Experiência que garante um presente fecundo e constrói um futuro de esperança	35
1. A formação na vida consagrada	35
2. A formação no instituto	40
3. As etapas do processo formativo no instituto	44
O ENVIO MISSIONÁRIO PARA ANUNCIAR E INSTAURAR - O reino de cristo entre os migrantes..	59
1. A missão na igreja	59
2. A missionariedade na vida do fundador, João Batista Scalabrini e dos cofundadores, Padre José Marchetti e Madre Assunta Marchetti	66
3. A missão da congregação mscs	72
A AUTORIDADE NA CONGREGAÇÃO - Um serviço em favor da vida e da missão -	81
1. Fundamentos da autoridade	81
2. O exercício da autoridade na vida do bem-aventurado João Batista Scalabrini, Padre José e Madre Assunta Marchetti	93
3. A autoridade a serviço da vida e missão	102
ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA - A serviço da missão congregacional -	119
1- Elementos bíblicos, teológicos e doutrinários	120
2. Os bens e a caridade na vida de João Batista Scalabrini, de Madre Assunta Marchetti, de Padre José Marchetti e de São Carlos Borromeo.	128
3. Os bens a serviço da missão	139



APRESENTAÇÃO

Lemos a alegria de oferecer às Irmãs este texto relativo ao “Projeto Atualização do Direito Próprio”, projeto em que todas as comunidades puderam participar, visto que nestes últimos anos fez parte da reflexão comunitária, a qual foi enriquecida com temas centrais que dizem respeito ao Direito Próprio. Os valiosos subsídios, enviados às comunidades durante o processo de reflexão (2006-2009), enriqueceram de modo efetivo a contribuição das Irmãs na atualização de nossas Constituições e Ordenações, permeando-as de elementos da identidade, da espiritualidade e da missionariedade scalabriniana.

Os temas elaborados que mais contribuíram na reflexão são: Natureza e Finalidade da Congregação, Vida Consagrada, Formação, Missão, Autoridade, Administração e Economia. Considerando a riqueza dos elementos bíblicos, teológicos, doutrinários e carismáticos que compõem os textos, o Governo Geral pensou em reuni-los e publicá-los em um único volume. Este poderá servir para futuras reflexões no aprofundamento do Direito Próprio, fortalecer a identidade dos membros do Instituto, enriquecer os conteúdos que fazem parte o programa formativo das nossas candidatas.

O constante aprofundamento da herança carismática, que nos confere uma identidade congregacional peculiar na Igreja, é uma tarefa que todas precisamos assumir com generosidade e esperança. A esperança nos empenha e nos faz acreditar sempre (cf. Rm 4,18). Afirma o Papa que temos necessidade de ver a luz da esperança, de darmos nós mesmos a esperança, de levar o calor da esperança, virtude fundada sobre a rocha que é Deus e que nos torna capazes de abrir um rasgo de luz no meio de tantas nuvens (cf. *Papa Francisco, Homilia, 19.03.2013*).

Expressamos um vivo agradecimento à Ir. Analita Candaten e à Ir. Marissônia Daltoé pela dedicação ao exigente trabalho de elaboração dos temas que compõem esta publicação e pela coordenação das várias atividades inerentes ao “Projeto Atualização do Direito Próprio”.

O texto atualizado das Constituições e Ordenações será destinado às comunidades, após a aprovação do XIII Capítulo Geral e da Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e as Sociedades de Vida Apostólica.

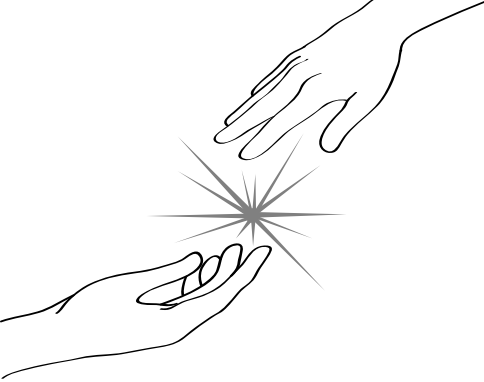
Ir. Alda Monica Malvessi, mscs

Superiora geral

Roma 1 de junho de 2013

Festa no céu do Bem Aventurado

João Batista Scalabrini, nosso fundador.



NATUREZA E FINALIDADE DA CONGREGAÇÃO

1. As constituições e as ordenações na vida de um instituto¹

As Constituições

As constituições são a lei fundamental de um Instituto religioso. Em sua essência, elas contêm o fundamento teológico que define a natureza e função dos Institutos de Vida Consagrada e os elementos substanciais da vida e missão de cada um deles. Além disso, elas são a expressão concreta do modo peculiar de seguir Jesus Cristo e estabelece os elementos que necessariamente deverão estar de modo explícito no texto constitucional: as intenções do fundador, aprovadas pela competente autoridade eclesiástica no que se refere à natureza, à finalidade, ao espírito e à índole do Instituto, bem como as suas sãs tradições², as quais formam o patrimônio do Instituto e são o fundamento estável, dinâmico e vital à normativa jurídica.

As constituições tem valor na medida em que refletem com clareza a espiritualidade do Instituto como caminho válido de configuração com Cristo. Ao serem aprovadas pela Igreja, são elevadas à categoria de guia espiritual para todos os membros, guia de unificação dos carismas pessoais e se transformam, também, em guia para a vida de oração³. Por isso, o texto constitucional há de ser relido e traduzido em novas formulações à medida que o tempo passa, porque elas estão a serviço da vida e precisam estar abertas à evolução e ao progresso que permite a realização

1 O Código de Direito Canônico, bem como a bibliografia consultada, ao falar da Vida Consagrada usam o termo instituto e não congregação. Os institutos religiosos são ordens ou congregações. Ordem é o instituto onde se emite votos solenes. Estes votos se dão na profissão perpétua (mas não todos os religiosos de votos perpétuos que pertencem a uma ordem emitem os votos solenes – é o caso dos jesuítas). Nos institutos onde existe apenas votos simples, estes se chamam congregações: J.F. castaño, *Gli istituti di vita consacrata*, Millenium, Roma 1995, p. 178.

2 Código de Direito Canônico (CDC), Loyola, S. Paulo 2001, c. 578 e 587.

3 A. A. RODRIGUES - J. CANALS CASAS (edd), *Dicionário Teológico da Vida Consagrada (DTVC)*, Paulus, 1994, p. 294.

pluriforme da vida e da missão do Instituto. Neste sentido, as constituições convertem-se em designio salvífico de Deus para cada membro, uma aplicação do evangelho à sua vida diária⁴.

1.2 As Ordenações⁵

A natureza das ordenações é explicitamente jurídica. Elas são um código aplicativo e prático, inspirado nas normas constitucionais, nas quais devem harmonizar-se os aspectos teológicos e jurídicos. As constituições contêm somente o que constitui o patrimônio estável, permanente e universal do Instituto, ao passo que as ordenações contêm disposições aplicativas que correspondem ao tempo presente, lugares, condições pessoais dos membros e às circunstâncias particulares⁶. Como suplemento das constituições, as ordenações são o instrumento que contém os aspectos que são eminentemente práticos e que frequentemente estão sujeitos à revisão, com o propósito de aliviar a carga jurídica das constituições. As ordenações também não podem deixar de responder instrumentalmente à fidelidade e salvaguarda do próprio carisma, em seus aspectos mais peculiares e menos uniformes⁷.

2. A natureza e finalidade de um instituto

2.1 A natureza

Todos os que são chamados à Vida Consagrada (VC) tem, como denominador comum, o seguimento de Jesus Cristo proposto no Evangelho e expresso nas Constituições do Instituto. Este seguimento é a norma última da VC, que se realiza na profissão dos conselhos evangélicos. Em geral, o elemento que caracteriza a VC é a radicalidade da consagração, que manifesta a admirável aliança entre Deus e a pessoa, como sinal da vida futura⁸ e compromete esta pessoa na edificação e progresso de todo o Corpo Místico de Cristo e no bem das Igrejas particulares⁹.

A natureza do Instituto significa a sua especificidade, ou seja, o fato de ser uma ordem ou uma congregação, de vida contemplativa ou de vida ativa, religioso ou secular, clerical ou laical, e outros.

4 DTVC, 291-292; CDC, c. 587.

5 O CDC usa o termo "estatutos" e não "ordenações", termos considerados sinônimos. No presente texto usa-se o termo ordenações, por ser este o termo atualmente adotado em nosso Direito Próprio.

6 CDC, c. 94.

7 DTVC, 85.387-390. Sendo próprio das constituições, por seu caráter estável, receber os elementos que redefiniram a identidade do Instituto, a partir da releitura do carisma, como instrumento objetivo para a unidade necessária dos membros, as ordenações poderão conter tudo o que no processo de renovação reflita a margem legítima do pluralismo existente.

8 .CDC, c. 607.632; Lumen Gentium (LG), n. 43; Perfecta Caritatis (PC), n. 1-2.

9 Christus Dominus (CD), n. 33a. A maioria dos autores acredita que a natureza e índole significam quase a mesma coisa.

Esta natureza é dada por tudo aquilo que caracteriza o Instituto de Vida Consagrada na Igreja, sob um ponto de vista jurídico¹⁰.

Nossas Constituições, referindo-se à natureza do Instituto, afirmam que é um Instituto religioso de Direito Pontifício, aprovado pela autoridade eclesiástica¹¹.

2.2 A finalidade

A *finalidade* (fim) do Instituto é o que determina o ser de uma entidade, por isso é chamada *causa causarum*. A finalidade é a razão pela qual o Instituto nasceu e foi aprovado e que se propõe a realizar na Igreja como principal obra de apostolado (ensino, beneficência, evangelização, etc). A finalidade configura a peculiaridade, a fisionomia, a identidade, a índole e a natureza do Instituto. Por esta razão se crê que a finalidade, além de configurar a identidade do Instituto, é um dos elementos constitutivos da natureza do mesmo¹². Da natureza e da finalidade do Instituto brota, também, uma espiritualidade. A finalidade permanece sempre a mesma, também quando os meios mudam segundo as circunstâncias dos tempos e lugares. Portanto, a finalidade de um Instituto é, por sua natureza, permanente¹³.

Na história da Congregação, a finalidade “serviço evangélico e missionário aos migrantes” permaneceu inalterável, não obstante as circunstâncias desfavoráveis em alguns momentos e em algumas regiões¹⁴.

2.3 O espírito, a índole, as sãs tradições e o patrimônio do Instituto

O *espírito* do Instituto faz parte da natureza ou índole do mesmo e não quer dizer exatamente a espiritualidade própria, mas se refere ao ambiente, ao clima familiar, ao estilo de vida, à fisionomia que existe em cada Instituto e que é o resultado de uma espécie de cristalização natural (*ex: estilo de vida das scalabrinianas, dos franciscanos, dos jesuítas*). Cada Instituto tem um próprio espírito: este é como a alma que tudo unifica e tudo inspira, mesmo que seja difícil defini-lo de forma precisa¹⁵. O espírito, as intenções primigênicas e originais do fundador, todas as tradições escritas ou vivas que foram custodiadas, enriquecidas e desenvolvidas desde o início são a herança espiritual do Instituto¹⁶.

10 V. DE PAOLIS, *La vita consacrata nella Chiesa, Dehoniane, Bologna 1991, 98; CDC, 170, nota 587.*

11 Normas Constitucionais (NC), n. 1.

12 J.F. CASTAÑO, *Gli istituti di vita consacrata, p. 99-100; CDC, 170, nota 587.*

13 V. DE PAOLIS, *La vita consacrata nella Chiesa, p. 98.*

14 M. FRANCESCONI, *Il Patrimonio Costituzionale della Congregazione - Lo Spirito e Finalità del Fondatore, Suore Missionarie di San Carlo Borromeo, Scalabriniane, Roma 1969, p. 2. 6-7.*

15 V. DE PAOLIS, *La vita consacrata nella Chiesa, p. 98-99; J.F. CASTAÑO, Gli istituti di vita consacrata, p. 100.*

16 DTVC, p. 96-97.

A *índole* (no nosso caso, um Instituto apostólico) é a dimensão que caracteriza em modo substancial o mesmo Instituto. Não se trata apenas de uma dimensão jurídica, mas de um componente que caracteriza todos os outros aspectos do Instituto¹⁷. Essa índole própria comporta um estilo peculiar de santificação e de apostolado, que estabelece uma determinada tradição própria¹⁸.

As *sãs tradições* são aquelas que dizem respeito à natureza, ao fim, ao espírito e à índole do Instituto e que foram estabelecidas pela competente autoridade da Igreja. Trata-se de elementos que inovaram o mesmo patrimônio, sem romper a continuidade com as fontes, nos elementos que o constituem¹⁹. Assim como o espírito, as sãs tradições são fruto de uma longa vida que, pouco a pouco, foi se formando, até se constituir uma verdadeira tradição. Fazem parte das sãs tradições o estilo de vida dos religiosos, o modo concreto de viver a profissão dos conselhos evangélicos, o apostolado específico de cada Instituto, as pequenas coisas que vão se depositando e cristalizando um estilo de vida que, no fim, se torna tradição. Em cada Instituto existem muitas tradições, mas o patrimônio é constituído só das tradições sãs e legítimas²⁰.

O *patrimônio do Instituto* é constituído de bens espirituais, não temporais. Em particular, faz parte do patrimônio do Instituto não aquilo que o fundador entendia fazer, mas aquilo que, de tal entendimento, a Igreja aprovou: "A mente e os objetivos dos fundadores, aprovados pela competente autoridade eclesiástica, no que se refere à natureza, à finalidade, ao espírito e à índole do Instituto, bem como as suas sãs tradições, tudo isso constitui o patrimônio desse Instituto e seja fielmente conservado por todos"²¹. Esses elementos inovam o patrimônio do Instituto ao longo da história, mas sempre em continuidade com a fonte nos elementos que o constituem²².

3. O carisma de um instituto religioso

3.1 O carisma na vida da Igreja

Na sua raiz, a palavra carisma (*charis*) significa a graça divina. O carisma é uma graça especial e extraordinária, um dom concedido gratuitamente pelo Espírito Santo, capacitando a pessoa que o recebe a edificar a Igreja, e esta reconhece este dom como caminho apropriado para o seguimento peculiar de Jesus Cristo. O objetivo do carisma é o de promover a unidade do corpo

17 V. DE PAOLIS, *La vita consacrata nella Chiesa*, p. 99.

18 *Mutuae Relationes (MR)*, n. 11.

19 V. DE PAOLIS, *La vita consacrata nella Chiesa*, p. 99. As sãs tradições não se referem tanto aos costumes e hábitos que marcam épocas e que caracterizaram a vida dos membros.

20 J.F. CASTANO, *Gli istituti di vita consacrata*, p. 100-101.

21 CDC, c. 578.

22 V. DE PAOLIS, *La vita consacrata nella Chiesa*, p. 97-99.

eclesial e social, mantendo e respeitando a distinção, a originalidade e a especificidade das pessoas que o recebem. “Há diversidade de dons, mas o Espírito é o mesmo; diversidade de ministérios, mas o Senhor é o mesmo; diversos modos de ação, mas é o mesmo Deus que realiza tudo em todos” (1Cor 12,4-6)²³.

3.2 O carisma do fundador

O carisma inicial, ou seja, a irrupção do Espírito sobre o fundador, constitui o ponto de partida, a palavra peculiar, transmitida aos próprios discípulos para ser, por eles, vivida, conservada, aprofundada e constantemente desenvolvida em sintonia com o Corpo de Cristo. Para esta experiência do Espírito, o papa Paulo VI é o primeiro a usar a terminologia “carisma dos fundadores”. O significado do termo designa aquele dom do Espírito doado por Deus aos fundadores, homens ou mulheres, a fim de produzir neles determinadas capacidades que os fazem aptos para dar à luz novas comunidades de VC na Igreja²⁴. Em primeiro lugar, esse dom é pessoal, no sentido de que transforma a pessoa do fundador, preparando-o para uma vocação e missão particular na Igreja, mostrando, na história, uma experiência particular do mistério de Cristo. Em segundo lugar, é coletivo-comunitário pelo fato que implica outras pessoas na realização do mesmo projeto divino. Em terceiro lugar, é eclesial, porque o fundador e seus discípulos oferecem a toda a Igreja este carisma original para a edificação da mesma. Toda a Igreja é chamada a acolher os frutos desse carisma particular²⁵ e, por isso, sustenta e defende a índole própria dos diversos Institutos religiosos²⁶.

No que se refere ao nosso Instituto, o carisma pessoal do fundador, o Bem-aventurado João Batista Scalabrini, brotou de uma experiência no Espírito quando, à luz da fé, contempla o drama humano causado pela emigração de seus conacionais.

Pela sua sensibilidade missionária, diante da forte e dolorosa emigração, da visão de centenas de pessoas, na estação de Milão, que deviam abandonar a pátria para buscar melhores condições de vida, Scalabrini comoveu-se, sentiu-se impulsionado a buscar respostas para aliviar este sofrimento. Ele assume a causa do migrante e empenha-se no âmbito do estudo, da análise da realidade, da sensibilização da opinião pública e de outras iniciativas. Esta sua capacidade de ver, de sentir, de partilhar o sofrimento o abriu à ação do Espírito do Senhor, que o preparava a uma missão especial na Igreja: a de sanar uma exigência pastoral, a de ir

.....
23 M. DE LIMA, *Inculturação do carisma, Loyola, S. Paulo 2000*, p. 63; R. RIZZARDO, *O carisma scalabriniano na Igreja, Congregação Scalabriniana, Roma, 1991*, p. 12.

24 *Evangelica Testificatio (ET)*, n. 11; *MR*, n. 11.

25 *DTVC*, p. 95-98.

26 *LG*, 44; *Christus Dominus (CD)*, n. 33; *MR*, n.11.

ao encontro de uma necessidade sócio-apostólica²⁷, a atenção às necessidades dos migrantes, sobretudo a preocupação em manter-lhes viva a fé.

3.3 O carisma de fundação

Na teologia da VC, junto à expressão de “carisma dos fundadores”, usa-se também a expressão “carisma de fundação”. Este é estabelecido pela autoridade eclesiástica e faz parte do patrimônio do Instituto. O carisma de fundação manifesta o carisma do fundador, que compreende os dons pessoais e o carisma coletivo de fundador, enriquecido pelo carisma do primeiro grupo que com ele o partilha e o enriquece. Além disso, o carisma de fundação inclui a origem do Instituto, com sua forma peculiar de vida, o seu *estilo próprio* de viver os conselhos evangélicos e a vida fraterna, a sua *natureza* como Instituto religioso, a sua *índole* como Instituto dedicado ao apostolado, o seu *fim*, objetivo pelo qual o Instituto nasceu e sua principal obra de apostolado, o seu *espírito*, ou seja, o ambiente, o estilo de vida, a fisionomia do Instituto, os quais manifestam um aspecto concreto de participação ao mistério de Cristo e de operar para o bem dos irmãos. Tudo isto já está presente na origem do Instituto, mesmo que, depois, se desenvolverá no tempo²⁸.

A origem de nossa Congregação emerge da ação pastoral específica que Scalabrini empreendeu em favor dos migrantes, comprometendo-se pessoalmente e reunindo colaboradores e continuadores de sua obra. O seu carisma pessoal o partilhou com os seus discípulos e o prolongou através da fundação da Congregação dos Missionários de São Carlos (1887) e da Associação de Patronato São Rafael (1889). Nesta ação sócio-pastoral realizada em favor dos migrantes, constatou que a missão por ele iniciada devia ser complementada com a participação pastoral de uma congregação feminina.

Após várias tentativas para sanar esta exigência pastoral, Scalabrini fundou a nova Congregação, as Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo, Scalabrinianas, com a admissão aos votos religiosos e envio das primeiras quatro missionárias (25/10/1895), preparadas e apresentadas a ele através de padre José Marchetti, missionário Scalabriniano²⁹, cofundador da Congregação. O mesmo contribuiu para modelar no espírito scalabriniano a fisionomia do novo Instituto feminino³⁰. E graças à fidelidade carismática de madre Assunta Marchetti, cofundadora, a identidade da Congregação afirmou-se na Igreja, culminando com a legitimação da mesma como Instituto religioso de direito pontifício, em 1934³¹.

27 Z. DELFORNO, *Identidade Espiritual das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo-Scalabrinianas, Loyola, São Paulo 1990*, p. 105.

28 G. GHIRLANDA, *Il diritto nella Chiesa mistero di comunione, Paoline, Cinisello Balsamo 1993*, p. 178-179.

29 XI CAPITOLO GENERALE, *Síntese histórica do Instituto, Roma 2001*, p. 62.

30 L. M. SIGNOR, *Irmãs Missionárias de São Carlos Scalabrinianas, 1895-1934, CSEM, Brasília 2005*, p. 80.

31 XI CAPITOLO GENERALE, *Síntese histórica do Instituto, Roma 2001*, 64.

3.4 O carisma de um Instituto

Os Institutos religiosos não são definidos de forma exaustiva pelo seu carisma inicial, mas pelo seu carisma atual. O carisma atual é o mesmo carisma inicial, porque esse continuou a animar e adaptar, progressivamente, a vida e a missão congregacional em continuidade viva com as próprias origens.

Na Igreja, o carisma do Instituto religioso é a forma pela qual os membros vivem o Evangelho, num projeto comum de santificação e de apostolado. É uma faceta da Palavra de Deus que se encarna em vida e serviço, uma riqueza e um patrimônio pertencente a toda a Igreja, mas confiado aos cuidados de cada Instituto.

Para nós, irmãs *mcs*, o carisma é a graça que nos torna capazes de perceber a realidade das migrações na ótica da fé, compadecendo e comprometendo-nos com os migrantes, “preferencialmente os pobres e necessitados”³²; impulsionadas por uma profunda vida no Espírito, que nos faz viver e expressar uma peculiar dimensão do mistério de Cristo: “Era estrangeiro e me acolhestes” (Mt 25,35).

Uma autêntica atualização do carisma comporta fidelidade dinâmica para com as próprias origens e isso exige discernimento para revisar o patrimônio original e a densidade espiritual do fundador, a fim de não empobrecer a identidade e a vocação pessoal do próprio grupo³³. Um carisma sempre mais vai se clareando e atuando na história, em continuidade com as suas fontes primigênicas. Por isso, a renovação de um Instituto consiste no contínuo retorno às fontes e no espírito da origem e, ao mesmo tempo, na adaptação às mutáveis condições dos tempos³⁴.

3.5 O carisma dos membros

No Instituto, os carismas dos membros, na sua forma característica e original, devem ser considerados como participação ao carisma comum e um enriquecimento, desde que sejam em coerência com o carisma coletivo de fundação. Cada religioso precisa encarnar o carisma no mais íntimo de sua alma, sentindo-se responsável por ele e olhando para a congregação como sua família, para os membros como seus irmãos, para a história e a tradição, como a sua história e a sua tradição, que sustentam o presente e indicam o futuro. Assimilar um carisma é tarefa que exige conversão: é fruto do esforço pessoal e do discernimento da comunidade³⁵.

.....
32 NC, n. 4.

33 DTVC, p. 97-98.

34 G. GHIRLANDA, *Il diritto nella Chiesa mistero di comunione*, p. 80; PC, n. 2.

35 R. RIZZARDO, *O carisma scalabriniano na Igreja*, p. 14-15.

4. A espiritualidade e missão de um instituto

4.1 A espiritualidade

A vida cristã pode ser unificada ao redor de diversos mistérios da fé cristã. O mistério que dá unidade a tudo e que tudo inspira constitui a espiritualidade³⁶. A espiritualidade própria de um Instituto é a maneira totalizante de configuração com Cristo, ou seja, o modo concreto de participação a um aspecto do mistério de Cristo, de estar em relação com Deus e de atuar para o bem dos irmãos³⁷. Esta experiência dá vida às linhas espirituais fundamentais: ao *proprium* da vida e da missão congregacional, que deverá manter-se sempre em continuidade dinâmica com as origens, apesar dos momentos de descontinuidade provocados pelas formas contingentes: condicionantes psicológicos, ambientais e teológicos, por meio dos quais há de expressar-se na história³⁸. A vida espiritual e apostólica dos Institutos exige um impulso sempre novo e abertura à voz do Espírito, da Igreja e dos sinais dos tempos³⁹.

Para nós, irmãs *mcs*, a espiritualidade se alicerça em elementos que perpassaram a vida e a missão congregacional. A escada de Jacó (Gn 28,10-22), visível no brasão episcopal de nosso fundador, João Batista Scalabrini, expressa uma espiritualidade que sobe ao céu para se impregnar de Deus e desce à terra para encarná-lo em pessoas, acontecimentos e estruturas. Jesus recorda esta escada (Jo 1,51), expressão que nos faz compreender que esta escada é Ele mesmo, fundamento de uma espiritualidade cristocêntrica e encarnada na realidade dos migrantes, experiência continuamente alimentada através da Palavra e da Eucaristia.

Esta espiritualidade, vivida num determinado momento histórico, em uma comunidade que se sente peregrina, está ancorada no Deus que prefere a tenda ao templo (2Sm 7), se fez peregrino em Jesus Cristo (Jo 1,11), o qual se torna o caminho que nos conduz à comunhão trinitária, meta de nossa missionariedade e espiritualidade, fonte de uma operosa diaconia. Enquanto peregrinos rumo a esta meta, acompanha-nos Maria, a Mãe do caminho, “ícone viva da mulher migrante”⁴⁰. Esta profunda experiência de fé nos leva a reler a história e a compreendê-la como uma história conduzida pela Providência, e a sentir-nos membros de um povo que experimenta o Deus que caminha com ele.

A vivência desta espiritualidade nos provoca a assumir um estilo de vida marcado pela provisoriedade e pela esperança, capaz de indicar ao migrante o caminho da “terra prometida”, fecundado por gestos de acolhida e aberto à universalidade do Reino, verdadeira expressão de um novo Pentecostes.

36 V. DE PAOLIS, *La vita consacrata nella Chiesa*, p. 98-99.

37 G. GHIRLANDA, *Il diritto nella Chiesa mistero di comunione*, p. 179.

38 DTVC, p. 96 e 294.

39 CDC, c. 663-664.

40 MCC, n. 15.

4.2 A missão

A mensagem do Reino é o anúncio central da missão de Jesus, visando a comunhão. Nesta mensagem, Jesus anuncia a grande reconciliação universal, a reunião de todos os filhos de Deus dispersos⁴¹. “Eu virei para reunir os povos de todas as nações e línguas” (Is 66,18).

Todas as formas de vida religiosa na Igreja são um modo singular de memória pública da missão de Jesus Cristo, enquanto manifestam diversos aspectos de sua missão. A missão específica dos Institutos religiosos é, por sua própria natureza, missão comunitária, congregacional, que se realiza através das comunidades locais e das pessoas⁴². A missão específica torna-se a chave da qual se configura o estilo de vida do Instituto.

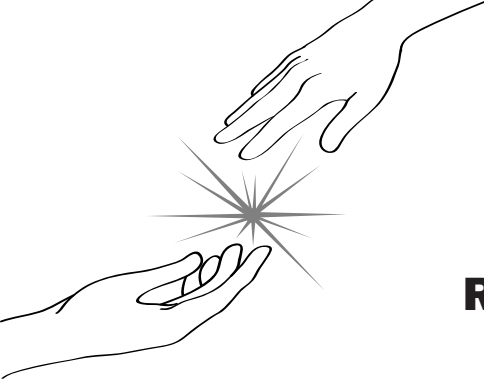
Para nós, irmãs scalabrinianas, através da missão que recebemos da Igreja, somos chamadas e enviadas a cooperar na obra iniciada por Cristo, anunciando a mensagem do Reino junto aos migrantes. Nossa missão exige itinerância apostólica, “migrante com os migrantes”, sendo presença lá onde ele vive, trabalha, celebra e sofre, construindo com ele a história da Salvação, experiência que nos faz sentir que Jesus continua caminhando conosco, como outrora com os discípulos de Emaús (Lc 24,13-35). Esta encarnação, na realidade, possibilita inculturar o carisma nos mais diferentes contextos sociais, culturais e eclesiais.

O amor à causa dos migrantes mais pobres e necessitados se manifesta na generosidade de coração, no dinamismo acolhedor, que se torna visível nos gestos de compaixão e solidariedade. A nossa ação missionária abrange todas as dimensões da pessoa migrante, que está a procura de pão para satisfazer suas necessidades materiais, da Palavra para encontrar o sentido de sua existência e de comunidades que satisfaçam suas necessidades de amor e de pertença, nas quais ninguém se sinta estrangeiro.

Como Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo, Scalabrinianas, vivemos a universalidade e a catolicidade que possibilita a convivência harmoniosa entre as várias raças, etnias, culturas e religiões, sendo articuladoras e profecia de comunhão entre os povos, eliminando fronteiras, pois sabemos que o mundo deve tornar-se “a pátria do homem e a terra que lhe dá o pão” (Scalabrini).

41 DTVC.p. 695-696.

42 *Ibidem*, p. 689-690.



VIDA RELIGIOSA, RADICAL DE JESUS CRISTO

1 Consagração Religiosa¹

1.1 Significado da Consagração

Vida Consagrada (VC) manifesta sua dimensão de louvor à Trindade. Confessa, com a sua fidelidade ao mistério da cruz, que crê e vive do amor do Pai, do Filho e do Espírito Santo. À luz da consagração de Jesus, aquele que “Deus ungiu com o Espírito Santo e com poder” (At 10,38), vê-se a iniciativa do Pai (Jo 15,16), fonte de toda a santidade e nascente originária da VC. O seguimento radical de Jesus é o traço essencial da VC e esta constitui memória viva da forma de existir e atuar de Jesus². Aos consagrados, Cristo pede uma adesão total, que implica o abandono de tudo (Mt 19,27) para viver na intimidade com Ele. É o Espírito Santo que induz as pessoas a sentirem atração por uma opção de vida tão comprometedora e plasma o espírito dos que são chamados, configurando-os a Cristo casto, pobre e obediente, impelindo-os a assumirem a sua missão em tarefas específicas, de acordo com as necessidades da Igreja e do mundo, através dos carismas próprios dos vários Institutos³.

A VC foi descrita como um dom do Espírito, um carisma da Igreja para o mundo⁴. Representa, na Igreja e no mundo, a forma de vida que Cristo abraçou quando veio habitar entre nós. Essa consagração, como dom total de si mesmo, coloca toda a vida do religioso diante de Deus. Ele toma posse da pessoa por um título novo e especial⁵ e confirma sua aliança de amor com ela. Mediante o ato da Profissão Religiosa, a pessoa se empenha de forma global,

1 O presente subsídio não aborda todos os elementos referentes ao tema. O objetivo da elaboração do mesmo é apenas oferecer pistas para a reflexão individual e comunitária. Esta reflexão poderá ser enriquecida e aprofundada através de outras leituras, documentos da Igreja e da Congregação.

2 Exortação Apostólica *Vita Consecrata* (VC), Loyola, São Paulo 1996, n. 14.22.24.

3 VC, *Introdução ao Capítulo I*, p. 29; n. 17-19.

4 J. M. ARNAIZ, *Por um presente que tenha futuro*, Paulinas, S. Paulo 2005, p. 39.

5 S. ALONSO, *A vida consagrada, Ave Maria*, São Paulo 1991, p. 205.214.227; *Decreto Perfectae Caritatis* (PC), n.1.

dando uma orientação de toda a sua vida para a realização do Reino⁶, tornando-a um culto ininterrupto e uma oferta agradável a Deus.

A consagração religiosa é a consagração batismal levada à plenitude, tornando mais radical a morte em Cristo e a configuração com o seu estado de *kénosis*, bem como, a vida segundo o Espírito do Senhor Ressuscitado⁷. A VC também preanuncia a ressurreição futura e a glória do Reino dos céus, “um novo céu e uma nova terra” (Ap 21,1). Proclamando com sua vida a primazia de Deus, os consagrados antecipam a realização escatológica, rumo à qual a Igreja caminha. Esta tensão se converte em missão e torna presente o Reino “aqui e agora”.

Atualmente, está surgindo uma VC com novas características. Observa-se cada vez mais forte a necessidade de uma intensa experiência contemplativa, vivida entre as angústias e as esperanças do povo, principalmente entre os mais fracos e pequenos. Esta experiência de estar no meio dos mais pobres e dos excluídos deu nova configuração à Vida Consagrada como vida samaritana (Lc 10,29-37; Jo 4,1-42) que anuncia o Evangelho com novas expressões⁸.

1.2. Os votos religiosos

1.2.1. Dimensão teológica dos votos

A VC é chamada a aprofundar continuamente o dom dos conselhos evangélicos com um amor cada vez mais sincero e intenso na sua dimensão trinitária: amor a Cristo, que chama à sua intimidade; ao Espírito Santo, que predispõe a pessoa para acolher as suas inspirações; ao Pai, origem primeira e fim supremo da VC. Os votos religiosos de castidade, pobreza e obediência, são um dom e reflexo da vida trinitária. Eles constituem uma forma particularmente íntima e fecunda de configurar-se com Cristo e de participar de sua missão, seguindo o exemplo de Maria de Nazaré, primeira discípula, que se colocou ao serviço do desígnio divino. Praticando-os, a pessoa consagrada vive o caráter trinitário e cristológico que caracteriza toda a vida cristã. Em seu conjunto, são considerados como um caminho privilegiado para a santidade⁹.

Pela profissão dos conselhos evangélicos, mediante um compromisso reconhecido e aceito pela Igreja como voto, os religiosos oferecem e consagram a Deus não somente o que possuem, mas a própria pessoa na sua totalidade. Através da castidade, da pobreza e da

6 CONGRESSO INTERNACIONAL DA VIDA CONSAGRADA (CIVC), *Paixão por Cristo, paixão pela humanidade*, Paulinas, S. Paulo 2005, p. 257.

7 *Exortação Apostólica Evangelica Testificatio (ET)*, n. 3; *Constituição Dogmática Lumen Gentium (LG)*, n. 44; *PC*, n. 5; *VC*, n. 30.

8 *CIVC, Paixão por Cristo, paixão pela humanidade*, p. 64-65.

9 *VC*, n. 18.21.35.

obediência, convertidas em norma de vida e compromisso definitivo para o religioso, Deus toma posse da pessoa, consagra-a, transformando-a em sua propriedade e pertença¹⁰. Os votos não são apenas um modo diferente de viver no mundo, mas geram um mundo diferente¹¹. Vivendo-os, são uma antecipação do Reino de Deus que já existe em nós e na comunidade, ou seja, a nossa participação na vida trinitária. Possuímos já este tesouro, mesmo que em vasos de argila (2Cor 4,7).

Em décadas anteriores, a ênfase dos votos era colocada no aspecto comportamental, ético e ascético, não contemplando elementos importantes da fraternidade e inclusive da missão. Atualmente, a ênfase é colocada sobre a realidade interna, trinitária, cristológica e são compreendidos como uma realidade que abraça a totalidade da vida evangélica e todo o horizonte da pessoa. Os votos oferecem um projeto integral de vida e de radicalidade evangélica e devem ser compreendidos na sua unidade: como resposta ao dom de Deus de um único “sim” e como três modos de comprometer-se nas três dimensões fundamentais da existência humana: os afetos, a posse dos bens e a autonomia (prazer, ter, poder). Estes três dinamismos presentes em cada pessoa, na VC são transformados e vividos de forma diferente: a vida afetiva em abertura de amor gratuito e oblato para todos; o desejo de posse em vontade de austeridade, partilha, solidariedade; o instinto de dominação em obediência fiel à vontade divina e oferta de serviço fraterno¹².

A reflexão atual sobre os votos tem relação com a experiência de Deus (dimensão mística) e com a forma de estar no mundo desde a perspectiva do Reino (dimensão política). As renúncias que os votos implicam, não são o ponto de partida do seguimento, mas são conseqüências de ter descoberto o Reino: “O Reino de Deus é semelhante a um tesouro escondido no campo” (Mt 13,44). Os votos qualificam o seguimento e a missão e só assim podem converte-se em caminho de auto-realização e plenitude de vida¹³.

1.2.2. Castidade

A castidade é a manifestação da entrega a Deus com um coração indiviso (1Cor 7,32-34) e constitui um reflexo do amor infinito que une as três pessoas divinas na profundidade misteriosa da vida trinitária¹⁴. O Magistério diz que a Igreja sempre teve uma singular

.....
¹⁰ S. ALONSO, *A vida consagrada*, p. 226-227.

¹¹ CIVC, *Paixão por Cristo, paixão pela humanidade*, p. 255-258.

¹² F. MARTÍNEZ DIEZ, *Rifondare la vita religiosa*, Paoline, Milano 2001, p. 136-139; A. PINA RIBEIRO, *Vida Consagrada: sinal e serviço*, Paulistas, Lisboa 1980, p. 147.

¹³ F. MARTÍNEZ DIEZ, *Rifondare la vita religiosa*, p. 142-146; F. MARTÍNEZ DIEZ, *La frontera actual de la vida religiosa*, San Pablo, Madrid 2000, p. 258.

¹⁴ VC, n. 21.

estima pela virgindade por amor ao Reino, vista como sinal e estímulo da caridade e fonte peculiar de fecundidade espiritual no mundo¹⁵. A castidade perfeita pelo Reino (Mt 19,22) é considerada a “porta” de toda a vida consagrada¹⁶, um sinal escatológico¹⁷. Ela é um caminho de transcendência, porque na oferta completa de si mesma, a pessoa se coloca na área da alteridade essencial e absoluta: em Deus. O voto de castidade não reduz as dimensões naturais da pessoa. Ao invés de ser renúncia da sexualidade, constitui-se numa forma especial de vivê-la, onde a alteridade e a abertura são distintivas nas relações da pessoa consagrada¹⁸. A castidade é uma denúncia da cultura hedonista e um testemunho da força do amor de Deus na fragilidade humana¹⁹.

Imersa na contemplação do amor trinitário, que foi revelado em Cristo, a castidade consagrada apresenta-se como experiência de alegria e de liberdade e oferece à pessoa um ponto de referência seguro. Desta forma, os consagrados se tornam exemplos de pessoas que demonstram equilíbrio, domínio de si, espírito de iniciativa, maturidade psicológica e afetiva²⁰. Na dimensão comunitária, a castidade consagrada expressa uma grande liberdade para amar a Deus e uma total disponibilidade para amar e servir todas as pessoas, tornando presente o amor de Cristo.

Portanto, a castidade não é uma renúncia à afetividade e ao amor. É um voto de reciprocidade e de amor radical sem a mediação da genitalidade²¹. Não é um amor excludente e possessivo, mas aberto à universalidade e à oblatividade. Com seu estilo de vida, a pessoa consagrada afirma o valor absoluto do Reino, diante do caráter relativo de outros valores humanos. Uma castidade que não seja fundamentada na experiência teologal pode cair no falimento existencial e nisso se encontra a justificação de muitas frustrações, agressividades, solidão e tristezas presentes nas comunidades religiosas²².

1.2.3 Pobreza

O voto de pobreza confessa que Deus é a única verdadeira riqueza do coração humano. Segundo o exemplo de Cristo que, “sendo rico, se fez pobre” (2Cor 8,9), muitas pessoas

15 LG, n. 42.

16 VC, n. 32.

17 PC, n. 12.

18 J. M. ALDAY, *La vocazione consacrata, Claretianum, Roma 1994*, p. 76-77.

19 F. MARTÍNEZ DIEZ, *La frontera actual de la vida religiosa*, p. 231; VC, n. 88.

20 VC, n. 8.

21 F. MARTÍNEZ DIEZ, *Rifondare la vita religiosa*, p. 215-218.

22 *Ibidem*, p. 220-225.

consagradas vivem em plenitude a sua vida “escondida com Cristo em Deus” (Cl 3,3), pela salvação do mundo, mesmo em causas pouco reconhecidas e menos ainda aplaudidas²³. A motivação última da pobreza voluntária dos religiosos é testemunhar a primazia absoluta dos bens do Reino, sendo sinal da presença escatológica do mesmo e de caridade fraterna²⁴. O voto de pobreza não implica necessariamente na renúncia dos bens materiais do Instituto, mas de estabelecer uma relação evangélica com esses bens e colocá-los a serviço da missão. Isto ajuda a construir uma economia alternativa, baseada no dom, que é o fundamento material da comunidade dos discípulos de Jesus, radicalmente ancorada na igualdade²⁵.

João Paulo II, ao comentar a frase: “Quem quiser salvar a própria vida, a perderá, mas quem perder a própria vida por minha causa, a encontrará” (Mt 16,25), afirma que ser pobre significa fazer-se na própria humanidade um dispensador do bem. Evangelicamente, rico não é aquele que possui, mas aquele que é capaz de dar. A pobreza, que é parte da estrutura interna da graça redentora de Cristo, cria no homem uma fonte que enriquece os outros com bens superiores aos bens materiais²⁶.

A pobreza religiosa é um convite à solidariedade e à caridade e denuncia uma cultura materialista ávida de poder. Esta pobreza concretiza-se no amor preferencial pelos pobres, anuncia que os bens deste mundo são para o serviço da pessoa e partilhados com aqueles para os quais a pobreza não é uma virtude, mas uma situação vital e uma imposição. Esta solidariedade testemunha que no Reino de Deus, é absolutamente anormal que uns vivam na abundância e outros passem necessidade²⁷.

A Igreja pede às pessoas consagradas um renovado e vigoroso testemunho evangélico de abnegação e sobriedade, num estilo de vida fraterna inspirada em critérios de simplicidade e de hospitalidade, de compaixão e partilha, sendo exemplo para quantos permanecem indiferentes perante as necessidades do próximo²⁸. A própria espiritualidade das bem-aventuranças e da confiança na Providência somente são possíveis num contexto de pobreza²⁹.

.....
23 VC, n. 90.

24 A. PINA RIBEIRO, *Vida Consagrada: sinal e serviço*, p. 211-214. *No mundo de hoje, como no tempo de Jesus, há muita pobreza involuntária, sofrida. Esta pobreza não é evangélica.*

25 CVC, *Paixão por Cristo, paixão pela humanidade*, p. 262-267-270.

26 *Exortação Apostólica Redemptionis Donum (RD)*, n. 5.12.

27 F. MARTÍNEZ DIEZ, *La frontera actual de la vida religiosa*, p. 231; A. PINA RIBEIRO, *Vida Consagrada: sinal e serviço*, p. 218-219; VC, n. 89-90.

28 VC, n. 90.

29 F. MARTÍNEZ DIEZ, *Rifondare la vita religiosa*, p. 186.

1.2.4. Obediência

O núcleo da obediência religiosa é fazer a vontade de Deus. É um convite que vem de Deus Pai para entrar na dinâmica participativa da história da salvação e, por isso, exige estar à escuta da voz íntima de Deus para conhecer a sua vontade. A obediência seriamente assumida continua a salvação de Cristo em favor da humanidade. Começa e termina na contemplação da pessoa de Cristo, que foi obediente até a cruz (Fl 2,6-11)³⁰. Continuar através da obediência este gesto de amor e de *kénosis* de Jesus é culto, adoração e holocausto. No coração da obediência está o amor ao Pai, amor às irmãs da comunidade, amor à Igreja e ao mundo³¹.

Praticada à imitação de Cristo, cujo alimento era fazer a vontade do Pai (Jo 4,34), esta obediência se descobre através de mediações, vivida numa comunidade orante, fraterna e apostólica, segundo o carisma do Instituto, onde a autoridade, expressão da paternidade do Pai e exercício da autoridade d'Ele recebida, coloca-se a serviço do discernimento e da comunhão. A comunidade é o lugar onde se articulam e unificam as diversas mediações da vontade divina, percebida na Palavra, na oração, no diálogo, no estudo, na programação e revisão de compromissos, na escuta do Povo de Deus, tendo em vista a irradiação do Reino³².

O discernimento comunitário, numa atmosfera de igualdade e de liberdade, mesmo se os vários membros exercem papéis diversos, é necessário para. Juntas. perscrutar os sinais dos tempos e discernir aquilo que favorece a vida em Cristo e à missão. O discernimento da vontade divina deve ir além do âmbito congregacional. A obediência profética caracteriza todos os momentos da vida dos religiosos, que estão continuamente com o coração aberto para encarnar a vontade divina na própria vida³³.

A missão é uma dimensão essencial da obediência religiosa e coloca a comunidade à disposição da Congregação e da Igreja, segundo as várias necessidades. A obediência unifica os membros de um Instituto, embora na diversidade dos dons e no respeito da individualidade própria de cada um³⁴.

13. O seguimento de Jesus Cristo na vida do fundador, o bem-aventurado João Batista Scalabrini e dos cofundadores, madre Assunta Marchetti e padre José Marchetti

O seguimento radical de Jesus Cristo, que se dá através da consagração religiosa, o vemos expresso de forma exemplar na vida do Fundador e dos Cofundadores. Eles colocaram, no

30 R. CANTALAMESSA, *O mistério da Páscoa, Santuário, Aparecida 1994*, p. 27.

31 L. KEARNS, *Teologia da obediência religiosa, Santuário, Aparecida (s.d)*, p. 52-58; F. MARTÍNEZ DIEZ, *Rifondare la vita religiosa*, p. 260.

32 A. PINA RIBEIRO, *Vida Consagrada: sinal e serviço*, p. 259-260; VC, n. 92.

33 CIVC, *Paixão por Cristo, paixão pela humanidade*, p. 276-277-281.

34 J. M. ALDAY, *La vocazione consacrata*, p. 57-58; VC, n. 92.

centro de suas vidas, Jesus Cristo e esta centralidade permitiu que chegassem a reconhecer os traços do mistério de Deus presente nas migrações e na pessoa do migrante.

A vida de Scalabrini foi uma progressiva configuração com Jesus Cristo, baseada numa profunda vida de fé, de retidão do coração, de constante e total orientação para Deus, que era a alma de sua vida apostólica. Ele mesmo afirmava: “faz-se verdadeiramente por fora, quanto se vive por dentro”. Acreditava que o caminho para alcançar a santidade, realiza-se não através de coisas extraordinárias, mas através da virtude, que se revela em atitudes cotidianas de humildade, mansidão, um coração cheio de caridade para com o próximo e todo amor para com Deus³⁵.

Madre Assunta faz de Jesus Cristo a razão de seu viver e de sua incansável doação. Viveu ancorada em Deus, não se distraía, mesmo nos seus múltiplos afazeres, porque tudo se destinava à glória de Deus – como sempre dizia: “Façamos tudo para a maior glória de Deus e para a salvação das almas”. Fazer a vontade de Deus era a orientação constante de sua vida espiritual e a qualidade de sua correspondência à graça de Deus foi tal de resultar heróica³⁶.

Padre José Marchetti deixou-se modelar nas mãos do Divino oleiro. Permitiu que Deus o trabalhasse, o deixasse acabado, pronto para aquilo que Ele o queria neste mundo, no seu projeto de salvação³⁷. Dizia: “Sinto que na minha cabeça não estou eu, mas o querer de Deus, que se serve de mim, sem que eu me dê conta”³⁸.

Esta centralidade em Jesus Cristo na vida do Fundador e Cofundadores manifestou-se de forma significativa através da vivência dos conselhos evangélicos, demonstrando com a própria vida um amor incondicional a Deus e aos irmãos. Esta vivência levou-os a uma constante busca da vontade de Deus e confiança na sua Providência. O despojamento interior e o desapego total das riquezas e bens pessoais foram traços marcantes em suas vidas, bem como uma obediência filial aos superiores e à Igreja.

2. Vida Comunitária

2.1. Bases teológicas

A partir do Vaticano II e, posteriormente, nos documentos da Igreja, a comunidade religiosa passou a ser vista como participação e testemunho qualificado da Igreja, enquanto expressão

.....
35 M. FRANCESCONI, *João Batista Scalabrini - Espiritualidade da Encarnação, Congregações Scalabrinianas, Roma 1991, p. 32-33.36-37.*

36 L. BONDJ, *Virtudes da Serva de Deus Madre Assunta Marchetti, Loyola, S. Paulo 2004, p. 16.225.*

37 Z. ORNAGHI, *Pe. José Marchetti - O mártir da caridade, EDUCS, Caxias do Sul 1997, p. 15.*

38 L. BONDJ, *Pe. José Marchetti, p. 17.*

viva e realização privilegiada de sua peculiar comunhão, da grande koinonia trinitária que o Pai quis fazer participar os homens no Filho e no Espírito Santo³⁹.

O mistério da Trindade é considerado a primeira base teológica da comunidade religiosa e fonte e modelo da vida comunitária. A vida fraterna, em virtude da qual as pessoas consagradas se esforçam por viver em Cristo com “um só coração e uma só alma” (At 4,32), se apresenta como uma eloquente confissão trinitária: confessa o Pai, que quer fazer de todos as pessoas uma só família; confessa o Filho encarnado, que congrega os redimidos na unidade; confessa o Espírito Santo, como princípio de unidade na Igreja, onde não cessa de suscitar famílias espirituais e comunidades fraternas. O modelo último da comunidade é a Trindade, que é comunhão na alteridade, no respeito das diferenças e da autonomia pessoal. Essa comunhão se concretiza no conhecimento e no amor mútuo entre as pessoas, gerando uma autêntica circulação de vida. São estas relações interpessoais de conhecimento e amor que estão na base da comunidade Trinitária⁴⁰.

A segunda base teológica da comunidade religiosa é o chamado de Jesus. Chamou quem Ele quis para estarem em sua companhia e para enviá-los a pregar (Mc 3,13-15). A consciência de um chamado e de uma fé comum no mesmo Senhor, são o que garantem a construção da comunidade, baseada não nos laços de sangue, mas na nova condição de filhos de Deus e irmãos em Cristo⁴¹. O que antes fazia a disciplina nas comunidades, hoje deve ter como base experiências teológicas partilhadas. A fé em Jesus é o centro da sequela e a união com Ele é o fundamento da comunidade⁴².

A terceira base teológica da comunidade religiosa é o Espírito Santo. É do amor de Deus difundido nos corações por meio do Espírito, que a comunidade religiosa se origina e se constrói como uma verdadeira família. Sob a ação do Espírito, ao redor dos Apóstolos se constitui uma comunidade fraterna, estruturada ao redor de três eixos: a comunhão com o Senhor; a comunhão fraterna, a difusão do Evangelho. Esta comunidade sempre tem sido a referência e o modelo para a fundação e refundação da comunidade religiosa⁴³.

A comunidade é o espaço humano habitado pela Trindade. É necessário viver experiências comunitárias que garantam esta consciência teológica: um amor alimentado pela Palavra

39 Documento *A Vida Fraterna em Comunidade (VFC)*, n. 2.

40 VC, n. 21; A. PINA RIBEIRO, *Vida Consagrada: sinal e serviço*, p. 305; F. MARTÍNEZ DIEZ, *Rifondare la vita religiosa*, p. 290.

41 VC, n. 21; A. PINA RIBEIRO, *Vida Consagrada: sinal e serviço*, p. 297. *Mesmo que chamados pelo mesmo Senhor e unidos na mesma fé, as diferenças existem. Cada um leva consigo a própria origem, a própria história, o próprio caráter e a própria cultura.*

42 A. PINA RIBEIRO, *Vida Consagrada: sinal e serviço*, p. 294-295.307; F. MARTÍNEZ DIEZ, *Rifondare la vita religiosa*, p. 289.

43 A. PINA RIBEIRO, *Vida Consagrada: sinal e serviço*, p. 312-314; VC, n. 41.

e pela Eucaristia, purificado no sacramento da Reconciliação, sustentado pela unidade e guiado pelo Espírito para a realização da missão segundo o carisma congregacional. O próprio serviço da autoridade está voltado para uma comunidade que deve cumprir uma missão particular, recebida e qualificada pelo Instituto e pelo seu carisma. Esta tem a função primária de ser autoridade espiritual promotora de unidade⁴⁴.

2.2. Comunidade profecia de comunhão

A vida fraterna, concebida como vida partilhada no amor, é sinal eloquente da comunhão eclesial, que vai além de qualquer diversidade de raça, origem, língua e cultura. Descrita como uma escola de fé, a comunidade religiosa é um laboratório de estudo, de diálogo e de cultura, onde se valoriza os gestos de serviço, de acolhida, de perdão e de comunicação de bens. A exortação VC insiste em algumas atitudes e gestos que são essenciais para toda a comunidade cristã, em especial para a construção da comunidade religiosa: prontidão para acolher o outro assim como é, sem julgá-lo (Mt 7,1-2); a disponibilidade para o serviço sem reservas; a capacidade para perdoar até setenta vezes sete (Mt 18,22); a generosidade para colocar tudo em comum: bens materiais e experiências espirituais, talentos e inspirações, ideais apostólicos e serviços de caridade⁴⁵.

Toda a Igreja espera muito do testemunho de comunidades ricas “de alegria e de Espírito Santo” (At 13,52) e deseja oferecer ao mundo o exemplo de comunidades onde a recíproca atenção ajuda a superar a solidão, a comunicação impele a todos a sentirem-se corresponsáveis, o perdão cicatriza as feridas, reforçando em cada um o propósito da comunhão. Em meio a um mundo dividido e injusto, a comunidade é apresentada como um sinal visível de fraternidade e reconciliação, de um diálogo sempre possível e de uma comunhão capaz de colocar em harmonia as diversidades. A Igreja tem urgente necessidade de comunidades fraternas, cuja existência já contribui para a nova evangelização, porque mostram, de modo concreto, os frutos do mandamento novo⁴⁶.

O papa João Paulo II afirmou que o grande desafio deste novo milênio é fazer da Igreja *a casa e a escola da comunhão*. Às pessoas consagradas pede-se para serem peritas em comunhão, como testemunhas e artífices daquele projeto de comunhão que está no vértice da história do homem segundo Deus. Da vida fraterna em comunidade deriva a necessidade de viver uma espiritualidade de comunhão, primeiro no seu seio e depois na própria comunidade eclesial e para além de seus confins. Deste modo, a vida de comunhão torna-se um sinal para o mundo e uma força de atração que leva à fé em Cristo. Todas as pessoas consagradas são chamadas a serem fermento de comunhão missionária na Igreja universal. Assim, a

44 V/C, n. 42; VFC, n. 8.50.

45 VC, n. 6.41-42.92.

46 F. MARTÍNEZ DIEZ, *La frontera actual de la vida religiosa*, p. 231; VC, n. 45.51.

comunhão se transforma em missão⁴⁷. Toda a fecundidade da ação apostólica da VC depende da qualidade da vida fraterna⁴⁸. Viver bem a vida fraterna em comunidade custa, e esta exige “comunidades novas”⁴⁹.

Nosso fundador João Batista Scalabrini, foi um homem que procurou viver incessantemente a comunhão com a Igreja, manifestando-a também através da obediência ao Papa e na união com os demais bispos. Aos seus missionários recomendava a unidade na caridade. Afirmava: “nenhuma categoria de homens, porquanto rica de forças individuais, se não se sujeita à grande lei da unidade, jamais fará coisas grandes e muito menos o farão os missionários. Por isso, vos conjuro, suplico-vos por amor a Jesus Cristo e pelo bem de nossos irmãos, de não desagregardes vossas forças, empregando-as cada um por própria conta. Sede vós unidos como uma única coisa. Unidos em pensamentos, afetos e aspirações, como sois unidos a um único fim”⁵⁰.

Madre Assunta afirmava que sem a união e a caridade não era possível o bem dos outros. Desejava que as irmãs da Congregação estivessem unidas como os elos de uma corrente. Exortava-as para trabalharem pela unidade e para formarem um único corpo⁵¹.

Padre José Marchetti, como testemunha sua correspondência, em todos os momentos de sua vida empenhou-se em viver a comunhão com os seus superiores, com seus coirmãos de Congregação, com os emigrantes e com outras pessoas com as quais tinha relações.

2.3. Comunidade missionária com os migrantes

A pessoa consagrada está em missão em virtude de sua consagração e segundo o projeto do próprio Instituto⁵². A missão vivifica a VC e torna-se a maior força da comunidade religiosa. Esta dimensão missionária não se reduz apenas a atividades apostólicas. O primeiro empenho apostólico da comunidade religiosa é viver em plenitude a fraternidade evangélica e tornar-se um laboratório de convivência justa e fraterna para a sociedade⁵³. Uma comunidade que vive a comunhão na diversidade possui um forte caráter missionário, contribui para a fraternidade universal e torna-se o sinal missionário por excelência. Para tal não poderá faltar uma forte experiência contemplativa. Só assim o ser da vida religiosa se converte em

47 VC, n. 46-47.51; Carta Apostólica Novo Millennio Ineunte (NMI), n. 43.

48 VFC, n. 54.

49 CIVC, *Paixão por Cristo, paixão pela humanidade*, p. 76.

50 M. FRANCESCONI, *Espiritualidade da Encarnação*, p. 111.

51 M. FRANCESCONI, *Mother Assunta – A Brave Woman, Italy 1974*, p. 41.55-88.

52 VC, n. 18.67.

53 F. MARTÍNEZ DIEZ, *Rifondare la vita religiosa*, p. 306.

verdadeira missão⁵⁴, cooperando eficazmente na missão de Jesus Cristo. Quem não sente compaixão e ternura pelas multidões, como Jesus, não evangelizará como ele.

A verdadeira missão tem força para continuar somente por meio da mística. As obras, se realizadas sem vida, sem paixão e sem intensidade, podem ser apenas o resultado de um certo profissionalismo⁵⁵. E só uma profunda espiritualidade, pessoal e comunitária, permite superar os grandes desafios missionários do mundo presente e para nós, particularmente, do fenômeno da mobilidade humana. Fortificada pela fé em Jesus Cristo, a missionária scalabriniana, enviada em meio a diferentes culturas, expressa o rosto feminino da Igreja, revelando sua atitude compassiva e materna, geradora de vida junto aos migrantes.

Nosso fundador, *João Batista Scalabrini* sugere atitudes para o comportamento cotidiano dos membros da comunidade missionária: a maneira de conversar, o olhar, a mansidão, seja o de Jesus; Jesus seja o espelho, o modelo. Ele a proferir as sentenças, a traçar os caminhos, a decidir as escolhas; Ele a governar, a dirigir, a dominar nossa vida⁵⁶.

Nossos Cofundadores, cada um a seu modo, também nos ensinam o segredo de sua eficaz ação apostólica. *Madre Assunta* amou intensamente os irmãos com um amor oblato e universal, mas permanecendo sempre “senhora de si”. Sua extraordinária capacidade de amar e servir eram fruto de sua união com Deus⁵⁷. *Padre José Marchetti* manifesta o desejo de poder viver em comunidade, porque acreditava que a eficácia da missão dependia da força e união dos seus membros. Em correspondência enviada a Scalabrini manifesta com insistência o pedido para que envie outros missionários e sugere para formar uma única comunidade, um corpo compacto e organizado, de grande força moral e física. Dizia também: “o bem da Congregação exige que estejamos unidos e não dispersos”⁵⁸.

2.4. Sentido de pertença congregacional

Viver em comunidade é viver juntas a vontade de Deus, segundo a orientação do dom carismático que o Fundador recebeu do Espírito e que transmitiu a seus discípulos e continuadores. A referência ao próprio Fundador, ao carisma por ele vivido, comunicado, conservado, aprofundado e desenvolvido ao longo de toda a vida do Instituto, aparece

.....
54 F. MARTÍNEZ DIEZ, *La frontera actual de la vida religiosa*, p. 225-226.

55 J. M. ARNAIZ, *Por um presente que tenha futuro*, p. 125-126.

56 M. FRANCESCONI, *Scalabrini – Uma voz atual, Congregações Scalabrinianas, 1989*, p. 16.

57 L. BONDI, *Virtudes da Serva de Deus Madre Assunta Marchetti*, p. 197.

58 L. BONDI, *Pe. José Marchetti*, p. 45-46.

como um componente fundamental para a unidade da comunidade⁵⁹. A comunidade é portadora deste mesmo dom que, compartilhado entre os membros, enriquece a Igreja. A aprofundada compreensão do carisma leva a uma clara visão da própria identidade carismática, em torno da qual é mais fácil criar unidade e comunhão de vida⁶⁰, que abraça todos os âmbitos da existência.

A pertença a uma família religiosa faz com que cada membro assuma o carisma de forma afetiva e efetiva, codificado em regra de vida, visível na existência de tantas pessoas que reconhecem o projeto que Deus pensou para elas, confirmado pela Igreja, rico de uma história e de uma tradição que revelam a sua vitalidade. O sentido de pertença ao Instituto é verdadeiro, quando é o reflexo do sentido de pertença ao carisma e quando faz nascer no coração o amor pelo Instituto, pela comunidade e pelas pessoas que a compõe, com todos os seus dons e limites⁶¹.

A consciência de pertença ao carisma qualificou as nossas primeiras irmãs no espírito e ação. Este sentido de pertença, madre Assunta o demonstrou mais fortemente quando vê ameaçado o carisma do Instituto. Empenha-se em salvaguardar um modo de ser, de viver, uma experiência que as agregava em uma família escolhida por Deus. Dedicava-se com todas as suas forças para conservar vivo, dinâmico e fecundo este dom do Espírito⁶².

3. Vida litúrgica e de oração

3.1. A liturgia na vida da Igreja

O Concílio Vaticano II afirma que a liturgia é o cume para o qual tende a ação da Igreja e, ao mesmo tempo, é a fonte donde emana toda a sua força⁶³. É primariamente um evento de graça, seja na proclamação da mensagem divina, como também nos sacramentos, e neles representado o mistério pascal de Cristo. Portanto, a liturgia é Palavra e Sacramento e seu objetivo é a santificação da pessoa. Ela expressa a comunhão da Igreja com a Trindade, nos eleva ao encontro com o mistério que é a nossa origem e fonte de vida. A ação litúrgica tem como ator principal Deus. À Igreja (a cada pessoa) é pedida a disponibilidade para ouvir, crer, escutar e obedecer. À ação salvífica de Deus responde o louvor de toda a Igreja, o Corpo místico de Cristo. Por isso, a liturgia foi designada também como um diálogo entre Deus e as pessoas⁶⁴. Assim,

59 Documento *Mutuae Relationes (MR)*, n. 11.

60 VFC, n. 45.

61 A. CENCINI, *Conferência sobre "Sentido de identidade e de pertença na formação inicial e permanente"*, Roma 2006.

62 Z. ORNAGHI, *Madre Assunta Marchetti – Vivência de um Carisma, Província Imaculada Conceição*, p. 7.2730-33.

63 *Constituição Sacrosanctum Concilium (SC)*, n. 10.

64 A. ADAM, *Corso di liturgia, Queriniana, Brescia 1988*, p. 13-14.

como a primeira comunidade de Jerusalém (At 2,42), a Palavra, a Eucaristia, a oração comum, a assiduidade e a fidelidade aos ensinamentos recebidos nos põem em contato com as grandes obras de Deus⁶⁵.

Em resposta aos apelos da Igreja e do mundo, a VC procura ser sinal de transparência e de testemunho profético. Isto exige privilegiar a qualidade da oração litúrgica, a vida de fraternidade, a hospitalidade, o discernimento sábio da história, a abertura às diferentes culturas e religiões. Para muitos, o desafio parece ser a elaboração e a vivência de uma espiritualidade intensa e marcada pelo seguimento radical, por uma profunda experiência de Deus, por uma nova paixão pela humanidade⁶⁶.

3.2. A Eucaristia, centro da vida espiritual e comunitária

No centro da liturgia está a Eucaristia, como representação salvífica do mistério pascal de Cristo e ao redor dela os demais sacramentos. Enquanto sacrifício e sacramento, que prolonga e expressa o mesmo sacrifício de Jesus, a Eucaristia é o centro vivo e o coração mesmo de uma comunidade e de toda pessoa que queira viver comprometida com sua vida cristã e espiritual⁶⁷. Sendo prolongamento da presença de Cristo, na própria vida e na história do mundo, é uma contínua encarnação, a qual gera uma espiritualidade intimamente solidária com a humanidade e com sua história.

Coração da vida eclesial, a Eucaristia é também o núcleo da VC e plasma a pessoa, o projeto de vida comunitária e a missão apostólica. Considerada o viático cotidiano, é também fonte de espiritualidade para a pessoa e para o Instituto e, nela, cada consagrado é chamado a viver o mistério pascal de Cristo, unindo-se a Ele na oferta da própria vida ao Pai, por meio do Espírito⁶⁸. A Eucaristia, vertente inexaurível de graça, “cume e fonte” de toda a atividade da Igreja, constrói a comunhão dos corações, abrindo-os à catolicidade, à acolhida de todas as diversidades, sentindo-as como uma riqueza para todos. Esta relação testemunha e torna presente a comunhão trinitária⁶⁹.

Nenhuma comunidade cristã se edifica se não tiver a sua raiz e o seu centro na celebração da Eucaristia, a partir da qual inicia a formação do espírito comunitário⁷⁰. Ao redor da mesa

65 VFC, n. 14.

66 CIVC, *Paixão por Cristo, paixão pela humanidade*, p. 95.

67 S-M. ALONSO, “Proyecto personal de vida espiritual”, in B. FERNÁNDEZ - F. TORRES, edd, *Recrear nuestra espiritualidad*, Publicaciones Claretianas, Madrid 2001, p. 246-247.

68 VC, n. 45.92.95.

69 I. ZIZIOLAS, *Il creato come Eucaristia*, Qiqajon, Magnano 1992, p. 74-79.

70 *Decreto Presbyterorum Ordinis (PO)*, n. 6.

da Eucaristia, as nossas opções apostólicas terão maior garantia de fidelidade ao espírito de Jesus e uma capacidade mais segura de fazer as escolhas certas⁷¹.

3.3. A Eucaristia na vida do Fundador e dos Cofundadores

Através do testemunho de vida e dos escritos do bem-aventurado *João Batista Scalabrini*, descobrimos que a Eucaristia ocupou um lugar central no seu caminho de santidade e foi um dos aspectos mais profundos de sua espiritualidade. Profundamente “apaixonado pela Eucaristia, Scalabrini contempla continuamente o Filho de Deus que se fez homem para revelar o amor do Pai e para reconduzir novamente a Ele a humanidade renovada”⁷². Estava convicto que a comunhão eucarística é a fonte de onde a alma absorve a água que jorra para a vida eterna; é o lugar onde se curam as feridas; o princípio e o fim daquela união com Deus elevada àquele último grau de perfeição que é possível alcançar na ordem presente. Para Scalabrini, a Eucaristia é o coração da Igreja, sacramento da unidade, extensão da Encarnação e eleva a pessoa a configurar-se com Cristo. Acreditava que este sacramento é, no mundo espiritual, o que é o sol no mundo físico, cujo calor difunde a fecundidade e a vida. Na Eucaristia Cristo se tornou acessível a todos e habita indiferentemente nas basílicas das grandes cidades, como na rústica igreja que lhe oferece o pobre agricultor⁷³.

O Papa João Paulo II, na homilia de beatificação disse: “era um homem profundamente enamorado de Deus e extraordinariamente devoto da Eucaristia”. O encontro com Cristo Eucarístico, Scalabrini o transforma em serviço. Quanto mais ama a Eucaristia, mais se torna servo.

Para madre *Assunta Marchetti*, a Eucaristia era o centro de sua vida espiritual. Viveu uma particular sintonia com Cristo Eucarístico. Testemunhas afirmam que se transfigurava diante do Santíssimo e permanecia horas inteiras diante d’Ele. Insistia em dizer que a Eucaristia era o tudo de sua vida e a força de sua extraordinária atividade missionária⁷⁴.

Em padre *José Marchetti*, o amor à Eucaristia o vemos expresso no seu zelo em celebrá-la nos lugares mais distantes junto aos emigrantes, na preocupação de não poder celebrá-la com frequência com as irmãs e órfãos e na contemplação do Senhor. Testemunhas afirmam que, vendo-o rezar, o seu semblante brilhava de uma luz interior. Trazia esculpidas no rosto a beleza das virtudes divinas. Consequentemente, era Jesus que agia nele e não se importava com a sede, cansaço, insônias e outras dificuldades⁷⁵.

71 CIVC, *Paixão por Cristo, paixão pela humanidade*, p. 291-293.

72 *Traditio Scalabriniana*, n. 1, Junho 2005, p. 8.

73 O. SARTORI (ed), *Giovanni Battista Scalabrini – Lettere Pastorali (1876-1905)*, SEI, Torino 1994. *Lettera Pastorale (1902)*, p. 639.641.648.650.655.

74 L. BONDI, *Virtudes da Serva de Deus Madre Assunta Marchetti*, p. 60-64.

75 Z. ORNAGHI, *O Mártir da caridade*, p. 61; L. BONDI, *Pe. José Marchetti*, p. 45.

3.4. A Palavra nutre a vida e a missão

A Palavra de Deus é a primeira fonte de toda vida espiritual cristã. Ela sustenta o relacionamento pessoal com o Deus vivo e com sua vontade salvífica e santificadora. O Vaticano II exorta vivamente os religiosos para que tenham todos os dias entre as mãos a Palavra de Deus, e, através de sua leitura e meditação, façam experiência de Cristo, sem o qual perde o sentido a VC⁷⁶. Por isso, menciona a *Lectio Divina*, bem como a partilha da meditação e oração em comum, como exercícios fecundos para a vida em comunidade⁷⁷.

Quando lida e meditada em comunidade, a Palavra ilumina o discernimento dos sinais dos tempos; alimenta a oração pessoal e comunitária; edifica os membros da comunidade, ajudando-os a contemplarem a própria história como um caminho conduzido por Deus. A Palavra continua recriando-nos, transformando-nos interiormente e penetra no mais íntimo de nossa vida⁷⁸.

A visão de fé que guiou a vida interior e exterior de Scalabrini brotava da meditação assídua da Palavra de Deus e da conversação familiar com Cristo na adoração eucarística. Através da Palavra, ele conheceu a si mesmo, aos outros e tornou-se homem espiritual⁷⁹. Afirmava que devemos escutá-la porque ela é verdade absoluta, suprema, imutável. Desde toda a eternidade, Deus pronuncia uma Palavra e o Verbo veio comunicá-la aos homens. Ela é o pão espiritual da alma, que suscita, nutre e faz crescer na pessoa uma nova vida, abrindo o nosso olhar a novos e descortinados horizontes. O sinal evidente de que a Palavra produziu frutos em nós são as boas obras⁸⁰.

3.5. A Liturgia das Horas e outras formas de oração

A oração em comum sempre foi considerada a base de toda a vida comunitária e, nestes últimos anos, tem sido enriquecida por diversas formas de expressão e de participação. A oração em comum alcança toda a sua eficácia quando está intimamente ligada à oração pessoal. A pessoa consagrada que vive em comunidade alimenta sua consagração quer através do constante colóquio pessoal com Deus, quer com o louvor e a intercessão comunitária. A comunidade religiosa deve ser vigilante e empregar o tempo necessário para cuidar da qualidade de sua vida⁸¹.

76 PC, n. 6; *Constituição Dogmática Dei Verbum (DV)*, n. 25.

77 VC, n. 42.94; VFC, n. 16.

78 J. C. R. GARCIA PAREDES, *Prayer in Religious Life*, Claretian Publications, Philippines, 1995, p. 14-16.

79 M. FRANCESCONI, *Espiritualidade da Encarnação*, p. 119.

80 *Lettera Pastorale (1897)*, p. 592.596.606.

81 VFC, n. 12.15-16.

A Liturgia das Horas, tendo como finalidade santificar todo o curso do dia e da noite, estende, para as diversas horas do dia, os louvores, intercessões e ações de graças, como também a lembrança dos mistérios da salvação. Na Liturgia das Horas se efetua a santificação da pessoa e se exerce o culto divino, de tal maneira que nela se estabelece uma espécie de intercâmbio ou diálogo entre Deus e as pessoas, através do qual Deus fala ao seu povo, e o povo, por sua vez, responde a Deus, ora com cânticos, ora com preces⁸². Na Liturgia das Horas proclamamos nossa fé, expressamos e alimentamos nossa esperança, de certo modo já participamos daquele gozo do louvor perpétuo e do dia que não conhece ocaso.

Em comunhão com a oração da Igreja, a celebração em comum da Liturgia das Horas ou, ao menos, de algumas de suas partes, revitalizou a oração das comunidades, que foram levadas a um contato mais vivo com a Palavra de Deus e com a oração da Igreja⁸³.

Nosso Fundador considerava a oração como um diálogo amoroso da pessoa com Deus. Afirmava: como um carro, por mais lindo que seja, se lhe falta a força do motor não anda, assim também o nosso coração, se lhe falta o sopro animador do Espírito de Deus, que só pode nos vir da oração, não será capaz de fazer alguma coisa de verdadeiramente grande, nobre e duradouro⁸⁴. Para ele, a oração é a luz, o calor, o alimento, o conforto, a vida da alma humana, a fonte dos bons e algumas vezes dos grandes pensamentos: perguntem àqueles que crêem, é lá que eles encontraram a luz da fé, perguntem aos santos, é lá que eles encontraram os socorros da graça; perguntem aos gênios, é lá que eles encontraram a luz da ciência. A oração transfigura, sublima e diviniza a pessoa. Diante da oração Deus não pode resistir por muito tempo. Por isso Scalabrini afirma com convicção: aquele que não reza não tem alma. Ou não entende, ou não sente, ou não ama⁸⁵.

A devoção mariana ocupou um lugar privilegiado na vida do Fundador, Cofundadores e irmãs que nos precederam, como vemos ao longo da história da Congregação. Maria sempre foi sentida como uma Mãe compassiva, uma companheira de viagem, uma mãe próxima e geradora de graça, uma mestra de sabedoria e simplicidade. Com ela, readquire-se vida e esperança, pois ela desperta o coração filial e fraterno, inspira o nosso modo de ser e nos ajuda a ser como Jesus. A autêntica devoção a Maria nos abre a relacionamentos humanos autênticos⁸⁶.

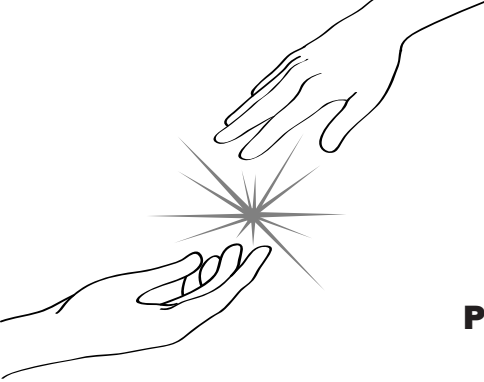
82 SC, n. 33.

83 VFC, n. 14; VC, n. 95.

84 *Lettera Pastorale* (1896), p. 392.

85 *Lettera Pastorale* (1905), p. 698.700.

86 J. M. ARNAIZ, *Por um presente que tenha futuro*, p. 227.



O PROCESSO FORMATIVO DA IRMÃ MSCS

EXPERIÊNCIA QUE GARANTE UM PRESENTE FECUNDO E CONSTRÓI UM FUTURO DE ESPERANÇA

Renovação adequada dos Institutos religiosos depende principalmente da formação de seus membros. A formação dos candidatos tem como finalidade iniciá-los na vida religiosa e fazê-los tomar consciência de sua especificidade na Igreja. Para os religiosos, a formação visa ajudá-los a realizarem sua unidade de vida em Cristo pelo Espírito, mediante a harmoniosa fusão de seus elementos espiritual, apostólico, doutrinal e prático¹.

1. A formação na vida consagrada

1.1 O núcleo da formação religiosa

A formação na Vida Consagrada parte do mistério da Encarnação e conduz a uma contemplação do mesmo. O núcleo de toda a formação religiosa é um caminho ou itinerário de crescimento vocacional que favorece uma decidida opção por Cristo, uma identificação com Ele, que conduz a um gradual processo de conversão e a um compromisso cada vez mais radical com o Evangelho, onde se assume as opções fundamentais de Jesus e trabalha-se segundo o seu estilo. Essa formação deve ser adequada e coerente com os atuais desafios da Vida Consagrada, nos quais precisa reconhecer as “sementes do Verbo” e a presença do Senhor ressuscitado e de seu Espírito².

1.2 A formação inicial e permanente

A formação para os valores religiosos que, em última análise, são uma pessoa, Jesus Cristo, significa ajudar as jovens a descobrir, interpretar e identificar as pegadas de Jesus na própria vida e a segui-las. Trata-se de despertar nelas o sentido de existir para algo muito importante, para a realidade maior – Deus, e ajudá-las a descobrir e identificar os desejos mais profundos

1 CONGREGAÇÃO PARA OS INSTITUTOS DE VIDA CONSAGRADA E AS SOCIEDADES DE VIDA APOSTÓLICA, *Potissimum Institutioni - Orientações sobre a formação nos institutos religiosos*, S. Paulo 1990, n. 1.

2 E. ARANGO, *Formação Inicial na Vida Religiosa*, S. Paulo 1997, p. 41-42.

e autênticos e propor-lhes os valores de Cristo na sua radicalidade³. É necessário, também, ajudá-las a elaborar e aprofundar os critérios de amadurecimento pessoal, sólido e eficaz, condizente com a própria vocação.

A formação inicial é entendida como um processo integral, que contempla diversos níveis (humano, psicológico, bíblico, espiritual, missionário e outros), no qual a formanda descobre, aprofunda e assimila a identidade religiosa em uma congregação, com um carisma específico na Igreja. Esse processo é vivido na comunidade a partir da missão e na missão, em vista do anúncio e construção do Reino⁴. Essa formação integral deve habilitar a pessoa a uma consciência crítica diante da realidade, mas também a capacitá-la a um diálogo aberto com a cultura circunstante⁵.

Em todas as etapas da formação, a fidelidade depende da capacidade de renovar, a cada dia, a vontade de permanecer fiel àquilo que prometeu: o amor fiel ao Senhor, na entrega total aos irmãos e às irmãs. Só uma fé sólida, uma esperança viva e um amor concreto e incondicionado a Deus e aos irmãos, poderá manter a fidelidade na VC. Os itinerários formativos, inicial e permanente, para garantir uma fidelidade dinâmica e criativa, devem intervir seriamente em três níveis de maturidade: humana, cristã e vocacional. Para penetrar o mistério da pessoa, a formação percorre três caminhos: a via da revelação, a via da ciência e a via da experiência⁶.

A formação permanente é um processo que prolonga no tempo a formação inicial. Ela deve permanecer o horizonte de sentido de toda a formação. Só a partir desta concepção, originalmente ampla, será possível, posteriormente, subdividir os tempos de tal formação em períodos, cada um com suas várias características. A formação permanente não vem depois da formação inicial, mas – por mais paradoxal que possa parecer – a precede e a torna possível, é a idéia-mãe, ou o seio gerador que a guarda e lhe dá identidade. Podemos dizer que a formação inicial prepara para a consagração, mas é a formação permanente que forma a pessoa consagrada, incessantemente convidada a dar uma resposta atenta, nova e responsável⁷.

Afirma a Igreja que a formação de todos os religiosos tem como finalidade primordial ajudá-los a tomar consciência da sua identidade de consagrados pela profissão dos conselhos

3 F. MODA, ed., *Olhou para ele com amor*, S. Paulo 2002, p. 9-16.

4 *Ibidem*, p. 42.

5 A. CENCINI, *I sentimenti del Figlio – Il cammino formativo nella vita consacrata*, Bologna 1998, p. 18.

6 A. ARRIGHINI, "In formazione per tutta la vita", in *Testimoni* n. 11, 2006, p. 1-3; A. CENCINI, *Formación Permanente*, Madrid 2002, p. 35-41; S. BISIGNANO, *La formazione che investe il cuore e tutte le dimensioni della vita: Formazione integrale, Seminario Intercongregazionale*, Roma 2002, p. 94-97-98.

7 A. CENCINI, *O respiro da vida – A graça da formação permanente*, S. Paulo 2004, p. 28-35; *PI*, n. 29.

evangélicos de castidade, de pobreza e de obediência, num Instituto religioso⁸. A formação permanente pode ser entendida como aquela disponibilidade constante a aprender, que se exprime num conjunto de atividades ordinárias e extraordinárias, de vigilância e de discernimento, de ascese e de oração, de estudo e de apostolado, de avaliação pessoal e comunitária, que ajudam cotidianamente a amadurecer na identidade e na fidelidade criativa à própria vocação, nas diversas circunstâncias e fases da vida⁹.

A formação permanente, em particular, é orientada à unificação e à reelaboração progressiva da própria identidade, procurando reler a história pessoal e comunitária à luz do mistério de Cristo, do caminho eclesial e dos desafios socioculturais de nosso tempo. Os Institutos e as comunidades deveriam investir com maior decisão nesta etapa, mediante recursos e projetos concretos¹⁰.

1.3 O projeto formativo

A formação é essencialmente o futuro da Vida Consagrada. É necessário qualificar a formação e torná-la um caminho de construção da identidade vocacional e carismática. Hoje cresce a consciência de que a educação, a formação e a própria evangelização tem necessidade de um projeto, de uma intencionalidade explícita, de processos e dinamismos em ato para alcançar os objetivos fixados. Em tempo de transição, como o nosso tempo, o projeto formativo é um lugar concreto onde se pode fazer dialogar os valores perenes do carisma¹¹.

O projeto formativo nasce de uma exigência de qualidade e de fidelidade às pessoas, à sociedade e à Igreja. Dar vida a esse processo significa criar as condições para que a pessoa e a comunidade possam realizar o projeto de Deus, em fidelidade ao chamado recebido. Tais condições devem ser projetadas e organizadas em termos processuais antes que de conteúdo¹².

A formação deve ser projetada no confronto com a história, com a realidade concreta das pessoas e das diversas situações culturais, mas também tem necessidade de paixão, de fantasia, de esperança e de utopia. Para que o projeto seja realista e suscite motivações e impulsos inovadores, enquanto continua olhando o ideal, o horizonte, deve também ter presente a situação concreta no qual está inserido¹³.

8 *PI*, n. 110.

9 A. CENCINI, *Formación Permanente*, p. 45-46.

10 P. DEL CORE, "Costruire il futuro. Il progetto formativo", in AA.VV., *Prevedere e provvedere*, Milano 2004, p. 103-104.

11 *Ibidem*, p. 92-97.

12 *Ibidem*, p. 98.

13 *Ibidem*, p. 112.

O projeto formativo de um Instituto deve, primeiramente, expressar com clareza a visão de fundo, o horizonte cultural, sobretudo carismático e pedagógico, que está subjacente na formação. Diz-se que o projeto formativo representa o complemento operativo das Constituições¹⁴.

A *Ratio Formationis* responde a uma verdadeira urgência: de um lado indica o modo de transmitir o espírito do Instituto; de outro, ilustra às pessoas consagradas os meios para viver o mesmo espírito nas várias fases da existência, progredindo rumo à plena maturidade da fé em Cristo Jesus¹⁵.

1.4 A formação como processo

O tempo que vivemos impõe um repensar geral da formação das pessoas consagradas, não mais limitada a um período da vida¹⁶. Por isso, a formação deve ser pensada em termos de processo: um processo evolutivo e vital através de níveis de maturação pessoal, psicológico, espiritual, teológico e pastoral. Esse processo de unificação pessoal na construção de uma identidade tem relação consigo mesmo, com os outros, com o mundo, com a história e com Deus¹⁷. Portanto, a formação é um itinerário de vida, que facilita a maturação da pessoa e a leva a uma progressiva assimilação dos sentimentos de Cristo para com o Pai e à sua total oblação. O processo formativo deveria ter a capacidade de propor um método rico de sabedoria espiritual e pedagógica, que conduza progressivamente a pessoa a consagrar-se e assumir os sentimentos de Cristo Senhor¹⁸.

Esse processo pedagógico permanente está centrado na pessoa e interpelado pelo contexto histórico, social, pessoal, eclesial e congregacional. A pedagogia usada na formação alicerça-se no evento da Encarnação de Jesus (Jo 1,14), à luz do qual o mistério da pessoa se revela (GS 22). Esse evento é lido na prospectiva trinitária. O Pai vem ao encontro da pessoa: a atrai a si com vínculos de amor (Os 11). Em Cristo Jesus, na sua morte e Ressurreição se revela o amor da Trindade e somos feitos partícipes por obra do Espírito Santo¹⁹.

Estamos diante de novas gerações, notavelmente diferentes das precedentes, e cresce a exigência de novas necessidades formativas. Entre os sinais de novidades encontramos: a

14 *Ibidem*, p. 118.

15 *VC*, n. 68. *Para o nosso Instituto a Ratio Formationis a temos expressa com o título: Princípios e Orientações para a Formação, documento que será citado inúmeras vezes neste texto.*

16 *Partir de Cristo (PdC)*, n. 15.

17 *P. DEL CORE*, "Costruire il futuro. Il progetto formativo", p. 101.106.

18 *VC*, n. 65.68.

19 *S. BISIGNANO*, *La formazione che investe il cuore*, p. 98.

maturação de uma liberdade crítica; um modo diferente de entender a vida e a procura de experiências fortes de impacto sensível; uma necessidade forte de identidade, de pertença e de comunhão; a exigência de unificação e pacificação interior; a necessidade de aprender a administrar o tempo e de harmonizar o ser e o fazer²⁰.

1.5 A identidade carismática

A configuração com Jesus Cristo e a identidade vocacional e carismática estão no centro da atenção de todo o processo formativo. É fundamental colocar na base de todo o itinerário formativo este olhar novo ao carisma, a inspiração carismática da origem, os valores vocacionais próprios da espiritualidade vivida pelo Fundador e Cofundadores e transmitidos de geração em geração²¹.

Para nós, o carisma é a fonte da espiritualidade e da missão, que dá continuidade à Encarnação do Verbo, através do serviço prestado à pessoa do migrante, em vista da construção do Reino de Deus. A experiência profunda de Scalabrini, diante do sofrimento e do abandono em que se encontravam os migrantes, concedeu-lhe o “dom” particular, imutável no tempo, de serviço ao migrante, o qual o levou a enviar em missão homens e mulheres que assumiram e encarnaram o seu carisma. O carisma é sempre reinterpretado na nova cultura em que se insere. Imutável, nossa missão é o serviço evangélico e missionário ao migrante²².

Para as irmãs *mcs*, a espiritualidade que revitaliza a missão emerge da própria experiência com os migrantes, os construtores providenciais da grande civilização universal, onde é maravilhoso ser diferente juntos. Em Jesus Cristo, está o caminho que conduz à comunhão trinitária, meta da missionariedade e da espiritualidade. Enquanto peregrinas em direção a esta meta, uma profunda vivência da fé, alimentada pela Palavra e pela Eucaristia, leva cada irmã a reler a história e a interpretá-la como uma série de eventos guiados e conduzidos pela Providência, e a sentir-se parte de um povo que experimenta Deus que caminha com ele²³.

1.6 A comunidade formativa

A comunidade formativa, um dos sujeitos principais no processo formativo, para desenvolver um itinerário de crescimento capaz de unir as exigências evangélicas e carismáticas com a realidade concreta das pessoas, deve ter presente todos os aspectos da formação. A responsabilidade na formação da candidata expressa o cuidado e a atenção da família religiosa diante da jovem que pede para fazer parte da mesma. O ambiente

.....
20 P. DEL CORE, “Costruire il futuro. Il progetto formativo”, p. 110-111.

21 *Ibidem*, p. 120.

22 CSEM, *Expressão de um carisma a serviço dos migrantes*, Brasília 2006, p. 399.

23 *Ibidem*, p. 399-400.

formativo, o primeiro com o qual a pessoa tem contato, às vezes, se constitui um obstáculo ao crescimento pessoal, à maturação do sentido de pertença, à consolidação da identidade vocacional e carismática²⁴.

Uma comunidade formativa é feita de relações com as pessoas e entre as pessoas, mas também com os valores nos quais se acredita e os valores do carisma vividos pelos membros e transmitidos em uma dinâmica de circularidade. A comunidade é sempre considerada o lugar por excelência para a experiência formativa, lugar privilegiado de formação permanente²⁵. Essa se constrói dia a dia, em modo de tornar-se uma escola de espiritualidade partilhada. De maneira consciente ou não, os jovens procuram Deus. Disso a necessidade de comunidades acolhedoras e capazes de partilhar o seu ideal de vida e experiência de Deus com as jovens que buscam a VC, deixando-se interpelar pelas exigências de autenticidade e prontas a caminhar com elas²⁶.

A comunidade, enquanto se faz espaço de crescimento vocacional para cada irmã, torna-se lugar de proposta vocacional, que será tanto mais eficaz e atraente, quanto mais o clima inter-humano e espiritual for impregnado de entusiasmo, de coerência e de fidelidade ao dom vocacional recebido. Na medida em que se faz capaz de contágio vocacional, terá a coragem de propor o “vinde e vede” (Jo 1,39) e de acompanhar as novas vocações no seu caminho de crescimento. Uma comunidade verdadeiramente formativa, é capaz de gerar vida e de fazer crescer o próprio futuro, a partir do testemunho de comunhão e de fraternidade, no diálogo entre as diversas fases da vida, na fidelidade das múltiplas potencialidades e nas possibilidades de interação formativa com os leigos²⁷.

Outra tarefa importante da comunidade formativa é saber conciliar o aspecto da estabilidade com o aspecto da criatividade, ou seja, conjugar a fidelidade ao carisma e ao modelo institucional, com a capacidade de acolher e provocar, se necessário, a natural tensão da jovem, a sua vontade de sonhar e de buscar o ideal. Este equilíbrio entre estabilidade estrutural e a dinamicidade-flexibilidade subjetiva, nem sempre é fácil²⁸.

2. A formação no instituto

2.1 . A preocupação do Fundador, Cofundadores e do Instituto com a formação dos membros

24 P. DEL CORE, “Persona e comunità nel percorso formativo”, in AA.VV, *Educarsi per educare*, Milano 2002, p. 123-124.

25 *Ibidem*, p. 142.

26 *Testimonij*, n. 4, 2005, p. 8-10.

27 P. DEL CORE, “Persona e comunità nel percorso formativo”, p. 143-144.

28 A. CENCINI, *I sentimenti del Figlio*, p. 54.

Desde o seu início, o Instituto sempre zelou pela formação e atualização constante de seus membros, garantindo a unidade na fidelidade ao espírito do Fundador, Cofundadores e primeiras irmãs. Isso o manteve atentamente voltado aos contínuos desafios provindos do mundo da mobilidade humana presentes na Igreja e na sociedade²⁹.

A formação que Scalabrini dá a seus missionários, continuada depois pelos primeiros discípulos, é caracterizada pela necessidade do atendimento ao migrante e é direcionada à sua salvação e promoção integral, mantendo viva, no seu coração, a fé católica e ajudando-o a alcançar o bem estar moral, cívico e econômico. Scalabrini forma seus discípulos mediante o exemplo, a convicção, a firmeza e a criatividade com que propõe os conteúdos³⁰.

Tanto o Fundador como os Cofundadores e as primeiras irmãs, formam também com a vida e a ardente caridade missionária, traduzindo em ações a própria paixão pelas almas e conquistando os corações. É um método de formação que nasce do amor aos migrantes e está a serviço de sua salvação. Neste sentido, uma das grandes preocupações de nosso Fundador sempre foi a formação. Para o clero recomendava a prática anual dos exercícios espirituais, pois isso possibilitava uma profunda revisão de vida, uma renovação da própria vocação e uma concreta programação para o futuro, bem como, o estudo da teologia, a leitura da vida dos santos Padres e de bons livros e o contato com os fiéis em missões. Na bênção de envio das quatro primeiras missionárias ao Brasil, demonstrou sua preocupação com a formação das neo-missionárias³¹.

Servem de exemplos para nós a vida do Fundador e Cofundadores. As Congregações para os migrantes, masculina e feminina, tem, nos seus pioneiros, uma escola de formação viva, através do testemunho evangélico, do ardor missionário, da humildade e da simplicidade de vida. A audácia e a coragem deles são um apelo constante para encarnar vitalmente o carisma scalabriniano na história e na cultura do povo, com renovado ardor missionário, novos métodos e novas expressões.

Para tal experiência é necessário um forte empenho em todas as etapas, que expresse o amor a Cristo no serviço evangélico e missionário aos migrantes. Na progressiva configuração a Cristo, partilhamos com Ele a sua total oblação ao Pai e o serviço fraterno à família humana, em sintonia com o carisma originário do Instituto. Esse processo nos leva, como pessoas e como comunidade, a acolher, aprofundar, desenvolver e fortalecer

.....
29 CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS DE SÃO CARLOS BORROMEO – SCALABRINIANAS, *Princípios e Orientações para a Formação*, Roma 2002, p. 25.

30 *Ibidem*, p. 26-27.

31 O. SARTORI, ed., *Giovanni Battista Scalabrini, Lettere Pastorali*, Torino 1994, p. 44-52.

constantemente nossa específica vocação na Igreja e assumir os traços de nossa identidade carismática – sermos missionárias no serviço evangélico aos migrantes³².

Nossa formação visa preparar para assumir a mística scalabriniana: ser continuadoras da Encarnação de Cristo entre os migrantes. Este caminho formativo é guiado pela fidelidade a Cristo, à Igreja, aos sinais dos tempos, ao carisma scalabriniano e aos clamores da pessoa migrante³³.

2.2 Ideias iluminativas para o processo de formação a partir do pensamento e ação do Fundador e Cofundadores

- As primeiras irmãs partiram para um país estranho e ali superaram a falta de recursos e as condições adversas, viveram de modo intenso o sentimento de pertencer a uma pequena comunidade comprometida com os orfãos e abandonados, qualificando-se no espírito e maturando uma comum consciência da missão que lhes fora confiada. Isto porque as palavras da promessa que ouviram de Scalabrini, na sua mensagem de envio, reportam à noção de estar integradas a um grupo e de identificar-se com ele: *“Ide confiantes, filhas, mandar-vos-ei depois outras coirmãs, e vós retornareis para formar-vos e consolidar-vos no espírito religioso”*³⁴.
- Em *João Batista Scalabrini* temos um exemplo de homem que viveu a formação permanente. Como homem de Deus, do coração de pastor, durante toda a sua vida foi um constante leitor dos sinais dos tempos e das situações migratórias, pastorais, sociais, políticas e eclesiais, com uma atitude atualizada, inteligente e operativa. Aquilo que caracteriza Scalabrini é a sua grande capacidade de dar à sua experiência, à sua ação um amplo conteúdo de pesquisa científica, diria, de análise teórica dos problemas [...] que em seu tempo teve que enfrentar³⁵. *“Aprofundai-vos sempre mais no conhecimento das verdades reveladas e em todos os tipos de estudo”*. *“O mundo caminha e nós não devemos ficar para trás”*³⁶.

As considerações de Scalabrini relativas à mobilidade humana resultam de reflexões e pesquisas feitas por ele, a fim de recolher os dados estatísticos e os fatos que serviram de base ao texto de sua autoria - *A emigração italiana na América* - cujo objetivo não era impedir a emigração, mas ajudá-la, guiá-la mediante a ação e o aconselhamento, a fim de que a mesma reverta em vantagem para os emigrantes e em honra para a Itália³⁷.

32 *Princípios e Orientações para a Formação*, p. 27-28.

33 *Ibidem*, p. 37-38

34 L. SIGNOR, *Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo-Scalabrinianas (1895-1934)*, Brasília 2005, p. 166-167.

35 A. PEROTTI, *“Il Pensiero sociale del Vescovo Scalabrini”*, *Relazione al Meeting di Loreto*, 2 agosto 2002.

36 CONGREGAÇÕES SCALABRINIANAS, *Scalabrini Uma voz Atual*, Roma 1989, p. 170.309.

37 L. SIGNOR, *Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo-Scalabrinianas (1895-1934)*, p. 39.

Em relação às irmãs, Scalabrini escreveu ao padre Faustino Consoni: “É necessário formar também as boas filhas que há tempo trabalham com afinco para os orfãozinhos. Conheço o seu bom espírito e o vivo desejo de servirem, do melhor modo possível a Jesus Cristo [...]. Se dedicarão particularmente aos exercícios de piedade e de perfeição religiosa”³⁸.

- Em *padre José Marchetti* temos o exemplo de um verdadeiro animador vocacional. Ele sabia vocacionalizar toda a sua pastoral. Em sua correspondência, deixa transparecer a certeza de que uma formação bem direcionada, sólida, poderia despertar vocações religiosas missionárias entres os órfãos e órfãs do Orfanato³⁹. Em outras cartas afirma:
- “[...] duas noviças estão em Firenze preparando o ânimo ao espírito de sacrifício e do amor de Deus. Duas estão aqui e, assim, teremos sete ou oito delas. *Deo gratias*”⁴⁰.
- “[...] sob a força da experiência sinto-me crescer de fato”⁴¹.
- Desde o início *madre Assunta Marchetti* mostrou sua convicção e clareza quanto à definição e salvaguarda da identidade congregacional, dando prova de uma competência capaz de favorecer a unidade entre as irmãs. Posteriormente, preocupou-se com a formação integral das mesmas. Empenhou-se para que tivessem uma “preparação adequada para atuar nas escolas”⁴². Uma coirmã testemunha que quando estava no Orfanato de Vila Prudente, não ensinava nenhuma matéria escolar às crianças, “mas seu exemplo era uma verdadeira escola de vida”. Também “queria que as irmãs estudassem o harmônio, aprendessem a bordar e a pintar, para preparar-se bem para as coisas de Deus”. Além disso, “possuía e queria que todas tivessem uma vida espiritual profunda”⁴³.

Madre Assunta foi também extraordinariamente prudente. A perícia grafológica oferece elementos que justificam isso: capacidade de concentração, alto nível de consciência reflexiva e ponderada; não corre risco de dispersão mental e divagações, muito menos de facilidade de julgar e de tomar decisões. Antes de tomar decisões pondera tudo com atenção. Atitudes estas que revelam auto-formação e são testemunho às demais irmãs⁴⁴.

.....

38 M. FRANCESCONI, *Madre Assunta*, São Paulo 1974, p. 23-24.

39 L. BONDI, *Padre José Marchetti – Alguns escritos inéditos, Carta de padre José Marchetti enviada a Dom Scalabrini, Ipiranga, 10 de março de 1895.*

40 *Ibidem*, 4 de abril de 1895.

41 *Ibidem*, 17 de março de 1896.

42 L. BONDI, *Biografia – Madre Assunta Marchetti*, Roma 2003, p. 70. 130-131.

43 L. BONDI, *Virtudes da Serva de Deus Madre Assunta Marchetti*, Roma 2004, p. 18. 78. 127.

44 *Ibidem*, p. 104.

3. As etapas do processo formativo no instituto

3.1 A Pastoral Vocacional

3.1.1 As mudanças no Concílio Vaticano II

O Concílio Vaticano mostrou a ligação íntima que existe entre o mistério da Igreja e o mistério da Trindade e recupera a importante imagem de Igreja “Povo de Deus”. Esta visão de Povo de Deus, convocado e reunido pela Trindade, foi muito importante para a Pastoral Vocacional. A partir desta concepção de Igreja, passa-se a vê-la como um corpo, onde cada um tem sua função específica. A consciência renovada do Concílio, da vocação universal à santidade e da participação de todos os batizados na tríplice missão de Cristo: profética, sacerdotal e real, mostrando a responsabilidade de todos os batizados no anúncio do Evangelho, fez nascer na Igreja um verdadeiro espírito de comunhão e de participação. A partir da visão do sacerdócio comum, brotam novos carismas dentro da Igreja e nela há lugar para novas formas de vivência do Batismo e, conseqüentemente, para novos ministérios. Essa doutrina criou uma mentalidade nova, fazendo nascer uma Pastoral Vocacional específica e, ao mesmo tempo, diversificada: não voltada apenas para o sacerdócio, como antes, mas para a formação de todo o Povo de Deus⁴⁵.

Neste terceiro milênio, é necessário que a Igreja estimule todos os batizados a tomarem consciência de sua responsabilidade ativa na vida eclesial. Todos os membros ativos das comunidades, todos os batizados, são animadores vocacionais⁴⁶.

3.1.2 Natureza e finalidade da Pastoral Vocacional

A primeira grande vocação da pessoa humana é o chamado à vida (Gn 1,28) e à vida plena (Jo 10,10). A vocação cristã fundamental consiste, sobretudo, em tornar-se maduro na fé e dar continuidade à missão do Senhor, assumindo o Batismo. Isso exige que se acompanhe a pessoa na sua vida, na realização de sua opção, na construção do projeto ao qual Deus a chama⁴⁷. Somente uma pessoa de fé, participante de uma comunidade eclesial, tem condições de ouvir o chamado e de dar uma resposta.

A Pastoral Vocacional é definida como a ação mediadora de toda a comunidade cristã entre Deus que chama e aqueles que são chamados, a fim de que os dons hierárquicos e carismáticos doados pelo Espírito, sejam acolhidos generosamente. Tal pastoral nasce do mistério da Igreja e se põe ao seu serviço, para promover a variedade dos carismas, dos ministérios e, portanto, das diversas vocações. Estas nascem e crescem na vida e na oração da Igreja inteira, animada

45 *Estudos da CNBB, n. 50, p. 26-28.*

46 *NMI, n. 46.*

47 *A. LONDOÑO, Acompanhamento Vocacional, S. Paulo 1992, p. 56.*

pelo Espírito Santo. A Pastoral Vocacional tem como um de seus momentos fortes a oração pessoal e comunitária e a Palavra de Deus. As vocações são um dom inestimável de Deus a uma comunidade orante. Sem oração, nem mesmo fazemos apostolado, porque o Reino de Deus não se constrói com energias humanas, mas com energias divinas: “Se o Senhor não constrói a sua casa, em vão trabalham os seus construtores” (Sl 127,1)⁴⁸.

Em sentido global, a Pastoral Vocacional consiste em despertar e animar uma ação que mobilize as diversas vocações que o Espírito suscita e reúne na Igreja e na sociedade. Esta pastoral deve integrar-se com outras pastorais, conscientizando-as a se responsabilizarem na promoção de vocações e ministérios para a Igreja. É a articulação de um trabalho sistemático, que tem por objetivo ajudar as pessoas a reconhecerem sua própria vocação, um serviço como leigo, sacerdote, religioso e missionário, para responder às necessidades da Igreja-mundo, a partir dos dons e carismas pessoais⁴⁹. A integração na Igreja particular deve estar em consonância com o próprio carisma.

Geralmente, o discernimento vocacional se realiza no âmbito da comunidade eclesial, seja na família, na escola, no grupo de jovens, e outros. A inserção na mesma é um fator importante na decisão vocacional da jovem. Essa experiência oferece múltiplos estímulos e subsídios para o discernimento da vocação pessoal⁵⁰.

Em nosso Instituto, as finalidades da Pastoral Vocacional são: a participação ativa de todas as irmãs no processo de animação vocacional da Igreja; individualizar aquelas jovens que sentem o apelo à vocação scalabriniana, propor a elas, com convicção e coragem, o seguimento a Jesus Cristo, acompanhá-las no discernimento e cultivo do dom da vocação, para que possam colher os sinais do chamado ao particular estilo de consagração e missão scalabriniana e darem uma resposta livre e consciente a Deus⁵¹.

3.1.3 Itinerário da Pastoral Vocacional

O ponto de partida da pedagogia vocacional se encontra ordinariamente em comunidades cristãs, sensibilizadas mediante a Palavra de Deus, os sacramentos, a oração e o empenho apostólico. Na comunidade, manifesta-se o testemunho de pessoas consagradas e de outras pessoas responsáveis e atuantes na mesma. São as mediações que respondem aos desígnios da providência divina. O passo sucessivo é constituído da proposta direta, do apelo pessoal ao seguimento de Jesus Cristo na VC⁵².

48 V. MAGNO, *Pastorale delle vocazioni - storia, esperienze, prospettive*, Roma 1993, p.74.89-92.

49 A. PIGHETTI – J. DUTRA PESSOA, *Curso para orientadores vocacionais*, S. Paulo 1991, p. 25-26.

50 CNBB, *Guia pedagógico de Pastoral Vocacional*, n. 36, p. 44-45.

51 *Princípios e Orientações para a Formação*, p. 67.

52 V. MAGNO, *Pastorale delle vocazioni - storia, esperienze, prospettive*, p. 93.

Os responsáveis da pastoral vocacional têm, em primeiro lugar, o dever de ser testemunhas críveis de sua proposta. O primeiro testemunho de qualquer animadora vocacional é uma vida plenamente realizada no seu carisma. A credibilidade e a proposta constitui o banco de prova da validade e da eficácia da proposta vocacional. Portanto, é necessário fazer conhecer, nos melhores dos modos, esse testemunho, valendo-se da mídia, particularmente, a destinada a uma específica pastoral vocacional⁵³.

A comunidade religiosa e cada irmã *mscs*, em resposta à própria vocação na Igreja e em sintonia com ela, compromete-se com a animação de novas vocações através: da oração incessante; do testemunho de amor fraterno e simplicidade de vida, expressão da comunhão trinitária e do mistério da Igreja; da fidelidade à própria vocação no serviço ao irmão migrante⁵⁴. É necessário também insistir na animação vocacional mediante a catequese, o testemunho de vida e a pastoral juvenil⁵⁵.

3.2 O Aspirantado

3.2.1 Natureza e finalidade

A formação inicial tem a missão de propor as modalidades concretas, verdadeiros e próprios dinamismos formativos, através dos quais o bem não é mais propriedade de uma só pessoa, mas torna-se dom para todos, para a edificação da comunidade. É importante para a jovem que ela sinta a própria comunidade como o seu lugar de crescimento, o dom próprio e quotidiano de Deus. O Senhor recolheu os membros da comunidade e os mantém numa comum consagração, para uma comum missão na Igreja⁵⁶.

A etapa do aspirantado é um período no qual a jovem demonstra atração em relação à vida religiosa e tem os primeiros contatos com a Congregação em seu próprio ambiente. A finalidade deste período é alcançar um conhecimento mútuo, aspirante-Congregação, por meio de um acompanhamento e comprovar e/ou obter as motivações e a preparação necessária para ingressar no postulante⁵⁷. De modo geral, esta etapa visa favorecer na jovem a maturação e a capacidade efetiva de escolher livremente a vida consagrada como ideal pessoal.

53 V. MAGNO, *Pastorale delle vocazioni - storia, esperienze, prospettive*, p. 100; A. CENCINI, *Vocações, da nostalgia à profecia*, Lisboa 1992, p. 133-135.

54 *Princípios e Orientações para a Formação*, p. 70.

55 F. M. DIEZ, *La frontera actual de la vida religiosa*, Madrid 2000, p. 239; PdC, n. 16.

56 A. CENCINI, "Dinamismi educativi e formativi alla comunità", in AA.VV., *Vivere insieme*, Roma 1999, p. 78-81.

57 E. ARANGO, *Formação Inicial na Vida Religiosa*, p. 63; *Princípios e Orientações para a Formação*, p. 76.

3.2.2 Objetivos

O Instituto propõe objetivos à candidata que inicia seu caminho formativo, direcionado à opção vocacional à vida religiosa scalabriniana, tais como: cultivar o dom da vocação mediante o discernimento constante; realizar adequada formação humana, com meios que ajudem no conhecimento de suas potencialidades, valores, limitações e condicionamentos; desenvolver a capacidade de convivência e integração grupal; adquirir elementos básicos da formação cristã através do estudo e da reflexão; aprofundar o valor da consagração batismal; realizar a experiência de Deus mediante oração pessoal e grupal, escuta da Palavra de Deus, vivência sacramental e conhecimento de elementos de espiritualidade; conhecer elementos da história da Congregação, do carisma scalabriniano, da vida e obra do Patrono, do Fundador e dos Cofundadores; realizar experiências apostólico-missionárias com migrantes⁵⁸.

3.2.3 Corresponsabilidade da comunidade

As novas vocações exigem comunidades renovadas, seguras de sua identidade, felizes de expressar o próprio carisma com renovado vigor a serviço de Deus, da Igreja e da humanidade. As novas gerações de pessoas consagradas nascerão lá onde existem comunidades feitas de corações abertos e disponíveis, onde possam encontrar um ambiente que lhes favoreça respostas à pergunta, repetida ao longo dos séculos: "Mestre, onde moras?" (Jo 1,38).

A comunidade do aspirantado caracteriza-se, sobretudo, como lugar de formação, procura ter a necessária clareza a respeito da finalidade do aspirantado e do significado que esse tem para a aspirante, de modo a poder colaborar conforme a responsabilidade de cada membro. É necessário que as irmãs conheçam o mundo das jovens, para acolhê-las com espírito scalabriniano e aceitá-las no seu modo de expressar-se. As mudanças na vida da jovem ocorrem na medida em que advém a interiorização dos valores propostos ao longo do caminho formativo; por isso, não se pode exigir mudanças imediatas, para que estas não sejam apenas uma adaptação externa ao novo ambiente. Todas as irmãs, pelo seu testemunho pessoal e comunitário de vida consagrada, pela oração e apoio, incentivo e gestos de comunhão, auxiliem as jovens no seu caminho vocacional⁵⁹.

Nesse ambiente, algumas condições internas são imprescindíveis: a coerência entre as mensagens educativas, implícitas ou explícitas e a realidade de vida concreta; a beleza de uma vida totalmente consagrada ao Senhor; a capacidade de provocação, de fazer a jovem ir além, de caminhar, de superar-se, de buscar mais; o sentido de responsabilidade, que forma pessoas adultas e responsáveis na comunidade, para que seja educativa-formativa⁶⁰.

.....
⁵⁸ *Princípios e Orientações para a Formação*, p. 76.

⁵⁹ *Ibidem*, p. 78.

⁶⁰ A. CENCINI, *I sentimenti del Figlio*, p. 61-67.

Um ambiente comunitário adequado favorecerá para que a jovem tenha um conhecimento de si mesma e das exigências da Congregação, do dom recebido do Espírito e do espírito do Instituto. O ambiente educativo deve favorecer a liberdade de escolha, através do acompanhamento pessoal e da coerência da estimulação ambiental. Tal experiência permitirá também ao Instituto de constatar a veracidade do chamado que vem de Deus e uma adequada capacidade de resposta por parte da jovem⁶¹.

3.3 O Postulante

3.3.1 Natureza e finalidade

O postulante é um período de preparação específica, onde se verifica se a candidata possui os requisitos de maturidade humana e cristã e se está em condições de assumir as exigências da etapa do noviciado, progredindo sempre para uma equilibrada maturidade em todos os níveis⁶². Esta etapa visa favorecer na jovem a maturação e a capacidade efetiva de escolher livremente a vida consagrada como ideal pessoal. A Congregação, por sua vez, poderá verificar a autenticidade do chamado e a maturação na jovem de uma nova e eficaz disposição de ânimo, em sintonia com o dinamismo da sequela no interno do próprio Instituto. Pode-se dizer que é o tempo da primeira experiência⁶³.

São finalidades deste período: oferecer à postulante a possibilidade de aprofundar no discernimento o chamado e de amadurecer na fé sua resposta, de modo especial através da experiência de Deus, um maior conhecimento do Instituto e engajamento em atividades pastorais específicas; permitir ao Instituto de verificar, com a jovem, a sua vida de fé, suas motivações para seguir Jesus Cristo e sua capacidade para o estilo de vida da irmã *mscs*⁶⁴.

3.3.2 Objetivos

Afirma a Igreja que a etapa do postulante não somente visa fazer uma avaliação das atitudes e a caminhada vocacional da candidata, mas também verificar o grau de cultura religiosa e de suficiente cultura geral de base, adquirida na própria cultura de origem; maturidade humana e cristã e de completá-la conforme a necessidade. Isso lhe permitirá a passagem da vida do mundo para aquela do noviciado⁶⁵.

61 *Ibidem*, p. 70.

62 *Renovationis Causam (RC)*, n. 11; PI n. 33.

63 A. CENCINI, *I sentimenti del Figlio*, p. 69-70.

64 *Princípios e Orientações para a Formação*, p. 83.

65 *RC*, n. 11.

No Instituto, os objetivos propostos para o postulante são: experienciar Jesus Cristo como centro de sua vida; intensificar o processo de conhecimento de si e integração da própria personalidade; assumir gradualmente, no espírito evangélico, as rupturas que a vocação da irmã *masc* comporta; adquirir conhecimento mais profundo e global da doutrina cristã e da Palavra de Deus; crescer na vida espiritual, nos valores e virtudes contidos na espiritualidade scalabriniana; aprofundar o conhecimento da história do Instituto, da vida e obra do Fundador e Cofundadores, das primeiras irmãs e do fenômeno das migrações; adquirir elementos de planejamento e organização da ação pastoral específica do Instituto⁶⁶.

É importante, nesta etapa formativa, avaliar a capacidade que a postulante tem para viver em comunidade, sua abertura nas relações interpessoais, de modo a oferecer garantias de poder crescer na vida fraterna. Um ambiente adequado favorecerá a convivência em grupo e com a comunidade⁶⁷. Faz-se necessário também a aquisição de hábitos disciplinares, comunitários e de estudo, a fim de que a postulante se exercite a uma formação mental que a prepare a aceitar um novo estilo de vida.

3.3.3 Conhecimento da Congregação e gradativa identificação com o carisma

No postulante é importante uma aproximação às raízes carismáticas. Nesta etapa devem estar presente, de forma qualificada, os aspectos do carisma. Só assim se provoca a liberdade de escolha na jovem. Essa aproximação, também com as obras e com quem as dirige, deve converter-se em identificação com o espírito da Congregação, mediante os sucessivos contatos com os escritos e a bibliografia do Fundador e Cofundadores, para compreender o carisma de fundação e um sumário conhecimento da história do Instituto⁶⁸. Não seria respeitoso nem inteligente, admitir ao noviciado quem não experimentou suficientemente e sobre a própria pele a convergência entre ideal pessoal e ideal institucional⁶⁹.

É sinal de maturidade vocacional e disponibilidade efetiva da jovem renunciar a certos hábitos da vida precedente e adotar um novo estilo de vida. Esta disponibilidade pode também ser provocada pelo ambiente que a acolhe. A experiência deve ser tal, capaz de consentir um juízo prudente de idoneidade já constatado, mas que deverá ainda ser objeto de ulterior formação. O ambiente não deverá impor nada, mas favorecer a liberdade de escolha⁷⁰.

66 *Princípios e Orientações para a Formação*, p. 83.

67 B. GOYA, *Formazione integrale alla Vita Consacrata*, p. 193-203.

68 *Ibidem*, p. 198-199.

69 A. CENCINI, *I sentimenti del Figlio*, p. 69.

70 *Ibidem*, p. 69-70.

Por isso, a *Potissimum Institutioni* recomenda que as postulantes sejam acolhidas em uma comunidade do Instituto, sem todavia partilhar toda a vida e que não acreditem terem se tornado membros do Instituto⁷¹.

A consciência clara de fazer uma opção livre e pessoal será um instrumento extraordinário para que todas as energias da candidata se canalizem a fim de alcançar seu ideal. Uma escolha que empenhe todo seu futuro e que seja autêntica tem necessidade deste sentido de responsabilidade e de liberdade. Cabe à mestra, com respeito à individualidade e com paciência, contribuir para ampliar os espaços de liberdade da candidata. Um estilo de intervenção personalizado completará o acompanhamento educativo⁷². Esta etapa, bem feita por parte da candidata e bem acompanhada por parte da responsável e da comunidade formativa, reverterá em um caminho para o noviciado com mais segurança.

3.4 O Noviciado

3.4.1 Natureza e finalidade

O noviciado é o período de iniciação à vida consagrada como irmã *mscs*. Visa ajudar a noviça a tomar consciência mais profunda da vocação e missão do Instituto, experimentar o estilo de vida próprio, formar a mente e o coração segundo o espírito do mesmo⁷³, experiência que, fundamentalmente, acontece através da vivência do carisma e do patrimônio próprio do Instituto. Esse período de formação dá a possibilidade de concretizar o projeto que Deus tem sobre a pessoa, chamada a fazer uma experiência no espírito do Fundador e Cofundadores, atualizá-la e desenvolvê-la no hoje da história. Contemporaneamente, permite ao Instituto verificar a idoneidade e intenções da noviça⁷⁴.

Pode-se definir a finalidade do noviciado como o tempo da iniciação integral à forma de vida escolhida pelo Filho de Deus e proposta pelo carisma do Instituto. É o início do processo de assimilação dos sentimentos do Filho (Fl 2,5), ponto de chegada de todo o processo formativo. O elemento central e peculiar do noviciado é a possibilidade de estabelecer uma relação nova e inédita com a pessoa de Jesus Cristo, contemplado segundo o aspecto ressaltado pelo carisma⁷⁵.

Além disso, o Instituto tem como finalidades desta etapa: possibilitar à noviça um conhecimento mais profundo da vocação e experiência do estilo de vida próprio por meio

71 Pl, n. 44.

72 B. GOYA, *Formazione integrale alla Vita Consacrata*, p. 200.

73 *Princípios e Orientações para a Formação*, p. 89.

74 J. BEYER, "Il diritto della Vita Consacrata", Milano 1989, p. 293-301; E. ARANGO, *Formação Inicial na Vida Religiosa*, p. 81; B. GOYA, *Formazione integrale alla Vita Consacrata*, p. 193-203.

75 A. CENCINI, *I sentimenti del Figlio*, p. 65-69.

de significativa experiência de Deus, da vida comunitária e da participação na missão, para que possa optar pelo seguimento de Jesus Cristo e assumi-lo com liberdade, mediante a profissão dos votos temporários; permitir ao Instituto de avaliar, com a jovem, a autenticidade da sua vocação e de ter suficiente garantia acerca das qualidades e da maturidade com que ela pode assumir o compromisso da vida de irmã *mscs*⁷⁶.

Atualmente, a Igreja pede que o noviciado seja feito na própria cultura de origem e use uma pedagogia adequada para cada realidade cultural e individual das formandas. Os motivos são muito claros: as diferenças culturais e o escasso domínio da língua obstaculizam a possibilidade de uma autêntica comunicação pessoal, tornando difícil a compreensão empática e comportam o risco de acolher falsas vocações e de não perceber eventuais falsas motivações⁷⁷.

3.4.2 Objetivos

No Instituto, os objetivos propostos à noviça para a consecução da finalidade do noviciado são: viver o mistério pascal de Cristo no despreendimento de si, na prática evangélica da pobreza, da castidade e da obediência, configurando-se a Jesus Cristo no carisma scalabriniano; intensificar a experiência de Deus mediante a oração, meditação, contemplação da Palavra de Deus, amor à Eucaristia, devoção à Maria Santíssima, prática das virtudes teologais e ascese; viver a vida fraterna em comunidade, assumindo seus valores e exigências; adquirir conhecimento teórico e prático do patrimônio do Instituto, desenvolvendo a identificação com o carisma; continuar o processo de auto-conhecimento e integração da própria personalidade, construindo sua nova identidade como irmã *mscs*; assumir o processo formativo, tornando-se sujeito da própria formação⁷⁸.

No período do noviciado, é necessário também a iniciação à missão própria do Instituto, pois a consciência de pertencer ao mesmo se estende até à interiorização do sentido eclesial. É a consciência de pertencer a Cristo e à sua Igreja e de ter nela um compromisso pastoral a realizar⁷⁹. Desta forma, as noviças podem confrontar-se com os valores vividos pelo carisma e ter uma visão realista dos empenhos e das responsabilidades que assumirão com a profissão temporária⁸⁰.

76 *Princípios e Orientações para a Formação*, p. 89-90.

77 B. GOYA, *Formazione integrale alla Vita Consacrata*, p. 193-209; Pl, n. 47.

78 *Princípios e Orientações para a Formação*, p. 90.

79 *Direito Canônico*, can. 648 § 2.

80 B. GOYA, *Formazione integrale alla Vita Consacrata*, p. 207.

3.4.3 Experiência da forma de vida de Jesus Cristo proposta pelo carisma scalabriniano

É no silêncio da oração que se cria a consciência da presença de Deus e do caráter teologal da vida consagrada e é também através da oração que se cria a amizade profunda com Cristo. O encontro profundo com o Senhor através da *Lectio Divina*, da escuta e da participação pessoal e comunitária às leituras bíblicas, faz crescer, na noviça, a fé e a esperança do encontro com o Senhor e a habitua à contemplação e ao abandono filial à obra do Espírito Santificador na sua história de salvação. O discernimento vocacional e o acompanhamento pessoal sustentam o amadurecimento subjetivo da resposta vocacional. Assim, a candidata toma consciência de sentir-se amada pelo Senhor e nascerá uma relação sempre mais viva e pessoal com Cristo, com as irmãs e com o Instituto⁸¹.

Para tal experiência, são necessárias mediações humanas e o ambiente externo é uma dessas mediações. O ambiente é importante e deverá consentir a experiência do silêncio, do desejo de uma procura essencial de Deus, da Transfiguração. Esta experiência comporta a prática da oração prolongada, a coragem de abandonar o mundo dos ruídos e das vozes e o esforço do estar diante de Deus, também quando há a tentação de ocupar o tempo em atividades mais produtivas, apostólicas. Se a relação com Deus não coloca raízes profundas no noviciado, o fruto pleno da intimidade divina não maturará jamais e teremos pessoas consagradas perenamente insatisfeitas e azedas⁸².

3.5 O Juniorato

3.5.1 Natureza e finalidade

O tempo sucessivo à primeira profissão é o tempo no qual o dinamismo do seguimento inicia dois processos fundamentais na jovem consagrada: a personalização integral do carisma e a extensão a todas as áreas da personalidade da nova identidade. Neste período, a jovem deve acolher sempre mais o carisma como sua própria identidade, como o projeto de Deus ao qual deve conformar-se e, ao mesmo tempo, exige-se a prática coerente e global, mas também corajosa e criativa, de seguir o Senhor onde quer que a chame⁸³.

81 *Ibidem*, p. 209; A. BARUFFO, "Formazione al discernimento spirituale personale e in comune", in *Formazione al discernimento nella vita religiosa*, Roma 1988, p. 95-130.

82 A. CENCINI, *I sentimenti del Figlio*, p. 71-72.

83 *Ibidem*, p. 73.

A Igreja prescreve que, depois da primeira profissão, se continue a formação de todos os membros a fim de que possam viver mais plenamente a vida própria do Instituto e realizem sua missão com maior eficácia. O juniorato é um período importante, dedicado à maturação vocacional e à preparação aos votos perpétuos, mediante experiência de vida fraterna em comunidade, preparação teológica e complementação da formação scalabriniana⁸⁴.

Esta etapa é um tempo de discernimento e amadurecimento da consciência e da vivência do carisma, para alcançar uma escolha livre, responsável e perpétua. É um recolher os frutos das etapas antecedentes e prosseguir seu próprio crescimento humano e espiritual no estilo de vida que se comprometeu. Esta etapa se caracteriza por compromissos apostólicos assumidos em nome da comunidade. É um tempo apropriado para preparar-se com empenho, para a missão na Igreja e no mundo⁸⁵.

A etapa formativa do juniorato tem como finalidades: dar às jovens religiosas as condições favoráveis para um crescimento real da oferta ao Senhor; possibilitar a consolidação da opção vocacional, mediante aprofundamento, vivência e verificação de experiências da vida quotidiana, para dar uma resposta definitiva a Deus no Instituto das irmãs *mscs* e cumprir com fidelidade criativa a missão própria; possibilitar ao Instituto a verificação da idoneidade da juniorista para a renovação dos votos temporários e de modo particular, para a emissão dos votos perpétuos⁸⁶.

3.5.2 Objetivos

Os objetivos propostos para a juniorista são: capacitar a juniorista a fazer sua opção definitiva por Jesus Cristo, crescer na configuração com Ele, em contínua docilidade ao Espírito⁸⁷; inserir-se em uma comunidade do Instituto, em atitude ativa e responsável, vivendo no quotidiano as riquezas e as exigências da mesma; continuar o processo de conhecimento e integração pessoal, consolidação da própria identidade vocacional e preparação para a missão; crescer na união com Deus mediante a fidelidade ao cultivo da vida espiritual; aprofundar teologicamente os votos religiosos e sua vivência como meio de solidificar a própria consagração a Deus; desenvolver, mediante estudo e experiência, a capacidade de atuação apostólico-missionária, a partir do próprio carisma; oferecer um fundamento sólido para a ação pastoral e missionária da Igreja-mistério de comunhão; exercitar-se em integrar os empenhos da vida comunitária, vida espiritual, estudo, atividades apostólicas e trabalho⁸⁸.

84 *Princípios e Orientações para a Formação*, p. 97; *PI*, n. 58.

85 B. GOYA, *Formazione integrale alla Vita Consacrata*, p. 205-210.

86 *Princípios e Orientações para a Formação*, p. 97; *PI* n. 59 - 60.

87 E. ARANGO, *Formação Inicial na Vida Religiosa*, p. 98.

88 *Princípios e Orientações para a Formação*, p. 98; *PI*, n. 62.65.

3.5.3 Preparação profissional e empenho pastoral

Este período é, de fato, o tempo de preparação cultural e pastoral, de vários contatos e de experiências apostólicas, de abertura aos problemas das pessoas e da sociedade. Nessa etapa, a jovem deve aprender a difícil arte espiritual de procurar e encontrar Deus na ação, no apostolado, no contato com as pessoas, no estudo, experimentando não só que a oração é a alma do apostolado, mas que o apostolado é a alma da oração⁸⁹.

A formação no juniorato deve ser sistemática e deve contemplar as dimensões doutrinal, espiritual, apostólica, profissional, com particular atenção ao aprofundamento da vida consagrada e do carisma do Instituto. A formação é profundamente vital, compromete toda a pessoa, em sua globalidade, em suas peculiaridades, com a graça, os dons, os limites da própria natureza humana e as experiências acumuladas na família e na sociedade. Esta é feita, preferencialmente, na própria cultura da juniorista, aberta a outras culturas, com consciência e coração de universalidade. Durante este período, a missão confiada às junioristas não impeça o desenvolvimento do programa formativo⁹⁰.

Embora não seja prioritária, nesta etapa, a preparação profissional também faz parte do juniorato. Com os desafios da atualidade, é necessário “conjuguar conhecimentos profissionais e formação permanente”⁹¹. A formação profissional, à altura das expectativas, constitui um objetivo do crescimento global da juniorista⁹².

3.5.4 A responsabilidade da comunidade no processo formativo da juniorista

As comunidades, nas quais se inserem as junioristas, devem criar um clima propício que facilite o diálogo, no qual as junioristas possam se expressar com liberdade e simplicidade⁹³. Na comunidade, a jovem religiosa esforçar-se-á para compreender melhor a importância da vida comunitária segundo a vocação própria do Instituto, aceitar a realidade desta vida, respeitar os outros nas suas diferenças e sentir-se responsáveis pela vida da comunidade. A mesma favorece para que a juniorista seja capaz de integrar os empenhos pastorais, comunitários, vida espiritual, formação e estudo⁹⁴.

Para que isso possa efetivamente se concretizar, são necessárias algumas estratégias para a formação: uma vigorosa comunidade formativa, que vibre pelo carisma e tenha uma vida

.....
89 A. CENCINI, *I sentimenti del Figlio*, p. 74-75.

90 E. ARANGO, *Formação Inicial na Vida Religiosa*, p. 74-75; *PI*, n.58.

91 AA.VV., *Paixão por Cristo, paixão pela humanidade*, p. 103.

92 *PI*, n. 61-62; *VC*, n. 58.

93 E. ARANGO, *Formação Inicial na Vida Religiosa*, p.102

94 *Princípios e Orientações para a Formação*, p. 99; *PI*, n. 60.

fraterna exemplar; um ambiente evangélico que afronta com simplicidade os desafios da fraternidade e da missão⁹⁵; um acompanhamento espiritual que conduza a jovem religiosa à maturidade integral e harmoniosa; uma experiência de Deus e a escuta dos sinais de sua presença na história; uma consciência real da assimilação dos valores e dos conteúdos do Instituto; encontros comunitários, partilhas e diálogos, que ajudem a juniorista a avaliar-se no seu caminho formativo⁹⁶.

3.6 A Formação Permanente

3.6.1 Natureza e Finalidade

A formação permanente, dom do Pai, é um processo humano-divino em ato. Justifica-se no plano da evolução profunda e normal da pessoa e do ser consagrado. É uma paciente gestação do Filho em nós por obra do Pai e pelo poder do Espírito Santo⁹⁷. Em todas as suas formas, esta sempre tem uma função de apoio ao dom da vocação em suas diversas ressonâncias: pessoais, comunitárias, institucionais e pastorais⁹⁸.

A formação permanente é um processo que prolonga no tempo a formação inicial, bem como, é um processo de conversão contínua. Nessa itinerância todo acontecimento ou realidade, pode converter-se em instrumento providencial, através do qual o Pai forma no discípulo os sentimentos do Filho e este se deixa formar por Ele e por suas mediações⁹⁹.

A finalidade da formação permanente é motivada pela necessidade de realizar uma adesão “conformativa” a Cristo; compreender melhor a natureza da consagração religiosa; oferecer a cada irmã e a cada comunidade a possibilidade e os meios adequados para realizar, em plenitude, a identidade vocacional num dinamismo de fidelidade, em resposta aos urgentes apelos da migração na Igreja e na sociedade; ajudar a descobrir e viver o mistério da pessoa humana a fim de que saiba enfrentar com confiança e criatividade os problemas que o mundo atual lhe apresenta; viver o carisma pessoal e institucional de forma criativa e dinâmica; permitir ao Instituto expressar o próprio carisma, no desenvolvimento do apostolado, na Igreja e na sociedade¹⁰⁰.

95 J. BEYER, “La formazione dei religiosi”, in *Il diritto della Vita Consacrata*, Milano 1989, p. 334-342.

96 S. RECCHI, “Formazione dei religiosi e carisma dell’istituto”, in *Vita Consacrata* 11(1991), p. 844-851.

97 A. CENCINI, *Formación Permanente*, p. 14-31. 113-114.

98 B. GOYA, *Formación Integral a la Vida Consagrada a la Luz de la Exhortación post-sinodal*, Madrid 1998, p. 13-14.

99 A. CENCINI, *Formación Permanente*, p. 41.

100 *Princípios e Orientações para a Formação*, p. 107; S. BISIGNANO, *La formazione che investe il cuore*, p. 94.

3.6.2 Objetivos

Os objetivos propostos para esta etapa são: aprofundar o processo de unificação da própria vida em Cristo mediante opções correspondentes e meios adequados; qualificar as relações interpessoais através da integração humano-afetiva da personalidade: colaborar na construção da comunidade fraterna capaz de viver a comunhão nas diferenças, a acolhida, a gratuidade e a corresponsabilidade no espírito scalabriniano; revitalizar continuamente a própria identidade de irmã scalabriniana, mediante o dom de si na vida comunitária, na vida espiritual e na missão; ajudar as irmãs a viverem, com dinamismo, o carisma do Instituto e dar respostas evangelicamente dinâmicas e adequadas aos desafios da mobilidade humana. É decisivo que a família religiosa tenha um projeto de formação permanente, adequado a todos os seus membros, que leve a viver progressivamente a dimensão do carisma, o crescimento humano e espiritual no decorrer das diversas fases da vida e tenha presente os contextos locais onde as irmãs estão inseridas¹⁰¹.

3.6.3 Responsabilidade pela Formação Permanente

O conceito da formação permanente evoca uma realidade complexa e articulada e uma participação conjunta e solidária dentro da instituição religiosa. Ela é concebida nos diversos níveis de intervenção: institucional, provincial, comunitário e pessoal¹⁰².

O lugar normal da formação do consagrado é a família religiosa, onde o Pai continua transmitindo-lhe os seus dons. É tarefa da autoridade suprema do Instituto promover uma mentalidade favorável à formação permanente, a fim de que todas se comprometam com a mesma e haja as bases para um desenvolvimento harmônico, na fidelidade dinâmica e criativa do carisma e no respeito às leis do crescimento humano e espiritual¹⁰³.

A comunidade é o lugar privilegiado para a formação, lugar de forte experiência de comunhão, permitindo a cada um de seus membros crescer na fidelidade ao Senhor, segundo o carisma do Instituto. A autoridade na comunidade se empenha para que a mesma exerça seu papel formativo, envolvendo todos os seus membros. A comunidade fervorosa aumenta na pessoa a capacidade de resposta ao Senhor e o sentido de pertença ao Instituto¹⁰⁴.

A formação permanente é um direito e um dever de toda pessoa consagrada. No caminho da formação, progride a pessoa que, ao longo de sua vida, está sempre disposta a aprender e buscar a ajuda necessária para realizar seu caminho formativo, em todos os seus âmbitos, para depois participar ativa e responsavelmente das iniciativas comunitárias. A

101 *Princípios e Orientações para a Formação*, p. 107; A. CENCINI, *Formación Permanente*, p. 43; B. GOYA, *Formación Integral a la Vida Consagrada*, p. 252-253.

102 A. CENCINI, *Formación Permanente*, p. 46.

103 *Ibidem*, p. 47-48.

104 B. GOYA, *Formación Integral a la Vida Consagrada*, p. 253; A. CENCINI, *Formación Permanente*, p. 50.

pessoa consagrada se ocupa de sua própria formação porque é responsável também pela formação das pessoas que serve. Mantendo essa consciência, a família religiosa será fiel ao carisma originário e às exigências do momento presente¹⁰⁵.

3.6.4 A Formação Permanente na comunidade

A vida em comum, especialmente as relações interpessoais, constitui o contexto normal no qual as consagradas aprendem diariamente a arte de crescer juntas, deixando-se formar e modelar pela coirmã que se converte em instrumento da ação formadora do Pai¹⁰⁶. Ao longo desta aprendizagem se chega a reconhecer a vontade e o amor de Deus que se manifesta nos acontecimentos e mediações humanas¹⁰⁷.

A formação permanente se nutre das grandes oportunidades e das provocações da vida diária, em especial da Eucaristia e da Palavra de Deus, da partilha da vida, da participação nos acontecimentos positivos e negativos e na comunicação das experiências apostólicas. A vida quotidiana se converte em lugar sagrado da presença transformadora de Deus. Por isso, a formação permanente é graça que engloba a vida no seu percurso normal¹⁰⁸.

No cotidiano da vida, a formação permanente também exige a capacidade de encontrar o justo equilíbrio entre aspectos relevantes: apostolado e oração, trabalho e descanso, bem como, dar atenções fundamentais para o crescimento interior e o equilíbrio geral. A experiência de reciprocidade entre oração e ação é formação permanente, porque o apostolado educa para buscar e encontrar a Deus na história e no próximo¹⁰⁹.

Às irmãs idosas e enfermas é apresentado um programa de apoio espiritual, facilitando-lhes assumir um papel ativo na preparação de seu encontro definitivo com Deus. Objetivos formativos para esta fase da vida podem ser: partilhar o mistério pascal de Cristo; ajudar a aceitar pacientemente a própria realidade existencial; servir a Igreja com solicitude, através do testemunho de vida, disponibilidade para o serviço de direção espiritual e oração assídua¹¹⁰.

Vivamos a vocação missionária scalabriniana com toda a riqueza da nossa feminilidade, força geradora de vida, porque, como diz Scalabrini, “*existem coisas às quais só vós podeis conseguir: Deus infundiu no coração da mulher uma atração toda particular; pela qual exerce um poder divino sobre as mentes e os corações*”¹¹¹.

.....
105 A. CENCINI, *Formación Permanente*, p. 54

106 *Ibidem*, p. 98.

107 *Ibidem*, p. 100.

108 *Ibidem*, p. 108-114.

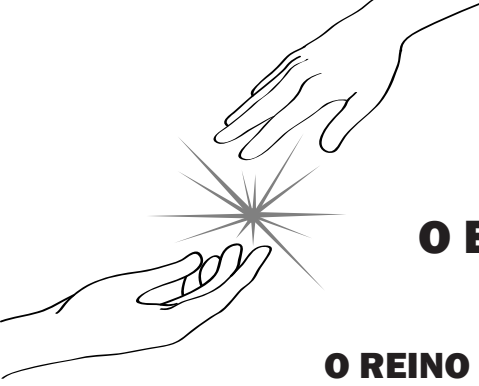
109 *Ibidem*, p. 122-125, 138-140.

110 B. GOYA, *Formación Integral a la Vida Consagrada*, p. 273-278.

111 *Princípios e Orientações para a Formação*, p. 29.

Os migrantes do novo milênio, fruto de uma realidade sócio-cultural globalizada e contraditória, são para nós um desafio que requer dedicar-lhes toda nossa vida com ardor apostólico, competência e criatividade¹¹². Por isso, suplicamos ao Espírito de Deus, “*que faz novas todas as coisas*” (Ap 21,5), para que nos mantenha com a mente e o coração abertos a esta realidade e, através do processo formativo, tornarmo-nos, na Igreja e no mundo, uma presença qualitativa do carisma scalabriniano.

.....
¹¹² *Ibidem*, p.21.



O ENVIO MISSIONÁRIO PARA ANUNCIAR E INSTAURAR

O REINO DE CRISTO ENTRE OS MIGRANTES

“Ide, portanto, e fazei que todas as nações se tornem discípulos” (Mt 28,19)



mandato missionário que recebemos nos impulsiona a olhar no centro do Evangelho, à pessoa de Jesus Cristo e a representá-lo esculpido vivo na nossa pregação e catequese, na nossa liturgia e oração, nos gestos de justiça e de caridade fraterna e nas iniciativas missionárias. A vida cotidiana da Igreja, das comunidades e realidades eclesiais, devem ser impregnadas deste elã missionário e manter o olhar fixo em Jesus, revelador do Pai e doador do Espírito. Enquanto a Igreja prega, celebra e serve, deve ter consciência que nestas atividades revela a missão e está envolvida na missão. No seu santuário mais íntimo, a comunidade cristã é Igreja *ad extra*, não só porque testemunha a fé às pessoas, mas sobretudo, fala-lhes do Deus vivente e a Ele as conduz. O coração da maternidade da Igreja é fazer discípulos (Mt 28,19), porque só quando se é discípulo, é possível ser missionário. É este o imperativo central do programa de Jesus¹.

1. A missão na igreja

1.1 Origem, conceito e conteúdo da missão

A palavra “missão” não existe no NT, mas seu significado possui um amplo horizonte. Missão significa envio. A Igreja, continuidade do povo da antiga Aliança, é a comunidade que Deus Pai escolheu mediante a Palavra – que é o seu Filho Jesus Cristo – a consagrou e a habilitou para a missão, enviando sobre ela o Espírito. Na teologia, “missão” se refere ao mistério das missões divinas, ou seja, de cada uma das pessoas da Santíssima Trindade. Portanto, a Trindade é a fonte da missão. O Pai envia o Filho e o Espírito Santo é enviado pelo Pai e pelo Filho para orientar o mundo ao Reino. Sob este aspecto trinitário se justifica toda a atividade da Igreja. Podemos afirmar que a missão da Igreja tem raízes no projeto de Deus Criador; na escolha do povo de Israel; na missão de Jesus e na consciência missionária da própria Igreja².

1 D. TETTAMANZI, “Comunione fondamento e dimensione della missione”, in *Comunione e corresponsabilità per la missione*, Editrice Missionaria Italiana, Bologna 2006, p. 48-50.

2 L. A. CASTRO, *Didattica Missionaria - Elementi teologici per una crescita missionaria*, Elle Di Ci, Leumann 1986, p. 117-118; G. BARBAGLIO – S. DIANICH, *Dizionario di Teologia*, Paoline, Torino 1988, p. 2017-2018.

A missão fundamental do povo de Deus é a continuação da missão de Jesus e da Igreja apostólica. Esta missão consiste em anunciar e instaurar o Reino de Deus, mediante a proclamação e ensinamento do Evangelho a todas as pessoas, comunidades, povos, culturas, com particular preferência pelos mais pobres – entre eles os migrantes – a fim de que todos acolham por meio da fé, a revelação e a graça de Deus e este mundo se torne conforme o projeto da criação³.

O apóstolo Paulo resume sua missão numa palavra: “anunciar o Evangelho” (Rm 1,1) e para ele, o Evangelho não é apenas uma mensagem, “é a força de Deus para a salvação de todo aquele que crê” (Rm 1,16). E dizia o papa João Paulo II: A missão é o índice exato da nossa fé em Jesus Cristo e no seu amor por nós⁴.

Jesus é o enviado que vem para cumprir o projeto do Pai. Sua missão consiste em reunir todos os filhos de Deus dispersos (Jo 11,52), estabelecendo uma aliança definitiva entre Deus e o ser humano. A partir da ressurreição de Jesus, a comunidade dos apóstolos se tornou consciente de ser a comunidade messiânica. Primeiro, dirigiu-se aos filhos de Israel, oferecendo-lhes uma oportunidade para converterem-se ao Evangelho e, com o passar do tempo, dirigiu-se a todas as nações. A Igreja primitiva foi profundamente marcada pela convicção de ser uma comunidade para a missão. E esta consciência inspirou os mais variados projetos missionários no curso de sua história⁵.

O caminho da Igreja é um caminho para frente, rumo ao cumprimento da esperança: o Reino de Deus. Este é um Reino que vem, deve ser implorado, preparado e esperado. A virtude da esperança engloba toda a existência histórica da Igreja e o dinamismo messiânico é a sua lei. Esta esperança é um primeiro elemento que determina a missão da Igreja, porque se coloca na história com a perspectiva de um futuro para a pessoa e para o mundo⁶.

Por sua natureza peregrina e missionária, a Igreja está totalmente em função do Reino. Sua missão é caracterizada pela universalidade, enviada a todas as pessoas, também às quais ainda não chegou o anúncio do Evangelho. A missão *ad gentes* é paradigma da missionariedade evangelizadora própria de cada comunidade eclesial. Somente na ótica missionária, com uma constante referência à missão *ad gentes*, a Igreja encontra a sua natureza mais íntima, a sua face essencial e, assim, pode inserir-se em cada cultura. É este o caminho: partir da missão

3 J.C.R.G. PAREDES, “Missione”, in A. A. RODRÍGUEZ, – J. M. C. CASAS, *Dizionario Teologico della Vita Consacrata (DTVC), Ancora, Milano 1994, p. 1042.*

4 JOÃO PAULO II, *Redemptoris Missio, (RMi), n. 11.*

5 J.C.R.G. PAREDES, “Missione”, p. 1040-1046.

6 G. BARBAGLIO – S. DIANICH, *Dizionario di Teologia, p. 2021-2022.*

ad gentes, para repensar a natureza profundamente comunal da Igreja, nos seus elementos essenciais – Palavra, sacramentos, carismas⁷.

A missão *ad gentes* deve ser entendida à luz da *Lumen Gentium*, que fala de uma Igreja “sacramento de salvação”, “povo messiânico”, ou da *Gaudium et Spes*, que proclama o caráter solidário da comunidade cristã com o mundo e com os seus problemas⁸. O documento *Ad Gentes* admite que Deus pode levar os homens à fé através de vias ignoradas, mas sustenta que é tarefa imprescindível da Igreja anunciar o Evangelho. Esta necessidade brota da estreita conexão entre comunhão e missão e do dever de corresponsabilizar-se para a realização do desígnio divino⁹.

1.2 Dimensões da missão

A missão possui várias dimensões e entre elas destaca-se as três principais:

A dimensão cristológica: A missão tem uma dimensão essencialmente cristológica, enquanto Cristo é o primeiro e o maior evangelizador e, como tal, o protótipo de cada arauto da Boa Notícia, o princípio fonte da verdadeira evangelização, o conteúdo essencial e o agente principal da mesma. No exercício da missão evangelizadora de Jesus de Nazaré, encontram-se algumas características fundamentais, que são essenciais em cada ação missionária da Igreja¹⁰.

Cristo, enviado e missionário do Pai, habitou entre nós, “cheio de graça e de verdade” (Jo 1,14). Apresenta-se pobre (Mt 8,20) e obediente até as últimas consequências. Amou todas as pessoas e as convidou à comunhão com Ele. Como evangelizador é fiel à mensagem universal que recebeu do Pai, a de anunciar a salvação a “todas as nações” (Mt 28,19), “até os confins da terra” (At 1,8)¹¹. Fazer a vontade do Pai e cumprir a missão é o eixo central da vida de Jesus. Este foi o seu alimento diário (Jo 4,34). “Ao entrar no mundo Ele afirmou: eis-me aqui! Eu vim ó Deus, para fazer a tua vontade” (Hb 10,5.7). Ao deixar o mundo, faz revisão e diz: “Está tudo consumado” (Jo 19,30)¹².

Nesta fidelidade ao Pai está a raiz da eclesialidade e da missão. Pois quem obedece não fala em seu próprio nome, mas em nome daquele que o enviou. Em Jesus, a obediência não é uma simples virtude ao lado das outras virtudes. Ela faz com que Ele se torne totalmente transparente, radicalmente livre, pura referência. Aprendeu a obediência pelo sofrimento e

7 D. TETTAMANZI, “Comunione fondamento e dimensione della missione”, p. 38.

8 *Ibidem*, p. 45; *Ad Gentes* (AG) n. 2.

9 AG, n. 7.

10 J.S. MARTINS, *Andate e Annunciate*, Editrice Vaticana, Città del Vaticano 2005, p.17.

11 *Ibidem*, p. 32-40; *Dei Verbum*, n. 2; *Redemptoris Homini*, n. 12; AG, n. 3.

12 C. MESTERS, *Eclesialidade e Missão*, CRB, Rio de Janeiro 1992, p. 8.

se tornou para todos os que lhe obedecem princípio de salvação eterna (Hb 5,8). Pela sua obediência até a morte, Jesus esvaziou-se de si mesmo e deixou que o Pai tomasse conta d'Ele. Por isso mesmo, tudo o que Jesus faz é revelação do Pai: "Quem me vê, vê aquele que me enviou" (Jo 12,45)¹³. Percorrendo a via real da Encarnação, Ele veio servir e dar a vida a fim de salvar a todos (Mc 10,45).

A dimensão pneumatológica: O mistério escondido há séculos, ou seja, o plano salvífico de Deus, como afirma Paulo, foi revelado aos apóstolos e aos profetas mediante o seu Espírito (Ef 3,5). É a sua presença, real e eficaz, que conserva no anunciador do Evangelho as palavras recebidas e faz conhecer o seu verdadeiro significado aos destinatários. Todos, uns e outros, agem sob o influxo irresistível do Espírito Santo¹⁴.

Tal como enfatiza a *Redemptoris Missio*, o Espírito é o protagonista da missão. É Ele que operou na Encarnação, na vida, morte e ressurreição de Jesus e na vida da Igreja. Quando o Espírito age no coração das pessoas, na história dos povos, nas culturas e nas religiões, esta ação sempre tem referência a Cristo, Verbo feito carne, homem perfeito, que veio trazer a salvação para todos e a recapitulação universal¹⁵. É sempre o Espírito que santifica todo o povo de Deus, vivifica a Igreja e a impulsiona para anunciar o Cristo. Outrossim, desenvolve os seus dons em todas as pessoas e povos e guia a Igreja a descobri-los e promovê-los através do diálogo¹⁶.

O Espírito continua mantendo o caráter missionário da Igreja. Ele abre a comunidade eclesial ao dinamismo missionário, está presente e atua nas missionárias(os), impulsionando-as a proclamarem sempre o mistério de Cristo, que é característica da obra do Espírito nas missões¹⁷.

A dimensão eclesiológica: A Igreja, como comunidade de fé, de esperança e de amor, é uma realidade essencialmente missionária. Tal é a concepção bíblica, patrística, conciliar e sinodal da Igreja de Cristo, retomada por Paulo VI na *Evangelii Nuntiandi*, bem como por João Paulo II, toda vez que se ocupou deste tema¹⁸.

Enviada por Deus às nações, para ser o sacramento universal da salvação, a Igreja, em virtude das exigências íntimas da sua própria catolicidade e em obediência do mandato de Jesus (Mt 28,19-20), procura incansavelmente anunciar o Evangelho a todas as pessoas¹⁹.

13 *Ibidem*, p. 8.

14 J.S. MARTINS, *Andate e Annunciate*, p. 46-47.60.

15 *RMj*, n. 29; *AG*, n. 4; *Unitatis Redintegratio*, n. 2.

16 J.S. MARTINS, *Andate e Annunciate*, p. 80-81.

17 E.G. JAVIER, "Mission in a Cross-Cultural Setting", in *SEDOS* n. 7/8, 2006, p. 197.

18 *Ibidem*, p. 82-83; *AG*, n. 9.

19 *AG*, n. 1; *Catecismo da Igreja Católica (CIC)*, n. 849.

A maternidade da Igreja vem, primeiramente, da experiência de termos sido gerados em Cristo, de pertencermos ao Senhor no discipulado, de sermos capazes de gerar filhos na fé e irmãos na caridade e de criar entre todos os povos um lugar de comunhão. A Igreja é artífice de evangelização porque é antes lugar de comunhão. Os destinatários da maternidade da Igreja são todos os povos. Ela é universal no seu impulso missionário, porque é sua vocação inserir-se entre os povos e valorizar as riquezas da identidade particular de cada um. O lugar onde se plasma a face de uma comunidade é a Igreja local²⁰.

1.3 A missão específica da Vida Consagrada na Igreja

No que concerne aos religiosos, no anúncio do Evangelho, precisa-se afirmar a natureza essencialmente missionária da Vida Consagrada. Todos os Institutos devem participar da vida da Igreja, segundo a índole própria de cada um e sustentar, na medida das próprias possibilidades, as iniciativas e os objetivos que a Igreja se propõe alcançar nos vários campos e, em particular, naquele missionário e ecumênico. Para um religioso(a), não teria sentido uma vida consagrada a Cristo (missionário do Pai), e à Igreja (missionária de Cristo), se não participar vivamente do ela missionário de Cristo e da Igreja²¹.

A missão é uma dimensão essencial do carisma da Vida Consagrada e este é essencialmente missionário. Não existem formas de VC que não sejam missionárias. A vocação fundamental cristã e a vocação à Vida Consagrada, que lhe dá uma forma particular, são um chamado ao seguimento de Jesus Cristo na comunhão filial com Deus, na fraternidade com as pessoas, na diaconia do Reino e no senhorio sobre toda a criação. Assim como a Igreja, também a Vida Consagrada foi suscitada pelo Espírito para a diaconia do Reino, para ocupar um lugar na missão única da Igreja. Todas as formas de Vida Consagrada são um modo singular de memória pública da missão de Jesus, enquanto manifestam os diversos aspectos de sua missão²².

A missão carismática dos Institutos religiosos foi autorizada pela Igreja, junto à aprovação dos mesmos. Portanto, a missão tem um caráter público, foi confiada pela Igreja e deve ser realizada em seu nome. É um autêntico ministério sagrado a serviço da grande missão do povo de Deus. Os Institutos de vida ativa possuem imensos espaços para a caridade, para o anúncio evangélico, para a educação cristã, para a cultura e solidariedade com os pobres, os marginalizados e oprimidos²³.

A Igreja deve fazer conhecer os grandes valores evangélicos da qual é portadora. Ninguém os testemunha mais eficazmente do que aquele que faz profissão de vida consagrada na

20 D. TETTAMANZI, *“Comunione fondamento e dimensione della missione”*, p. 50-52.

21 J.S. MARTINS, *Andate e Annunciate*, p. 109; *Perfectae Caritatis (PC)*, n. 2

22 J.C.R.G. PAREDES, *“Missione”*, p. 1048-1049.

23 *Ibidem*, p. 1049-1050; *RMi*, n. 69; *CIC*, n. 791.

castidade, pobreza e obediência, em total doação a Deus e em plena disponibilidade em servir as pessoas e a sociedade. A Boa Nova deve ser proclamada, antes de tudo, pelo testemunho. Consequentemente, os religiosos, pelo seu testemunho de vida são evangelizadores, no sentido pleno da palavra.

Na VC, missão e estilo de vida mantêm um vínculo estreito. A missão carismática de um Instituto é a chave, em base à qual se configura o seu estilo de vida. E o estilo de vida é, ao mesmo tempo, a chave em base à qual se configura o estilo da missão. Os votos e a vida comunitária recebem uma particular caracterização da atividade missionária do Instituto.

A missão específica dos Institutos religiosos é, por sua natureza, uma missão comunitária. O sujeito da missão não é tanto a pessoa quanto a comunidade congregacional, que age através das comunidades locais e das pessoas. A Vida Consagrada oferece uma contribuição comunitária à missão da Igreja universal. Também caracteriza a missão carismática da VC a sua audácia e a sua criatividade: os religiosos são audazes e o seu apostolado é seguidamente marcado por uma originalidade, uma genialidade que leva à admiração. A dimensão apostólica da VC é uma exigência da caridade que os religiosos são chamados a praticar de maneira mais perfeita do que os outros fiéis. E os religiosos serão missionários na medida em que viverem em profundidade o radicalismo evangélico das bem-aventuranças²⁴.

1.4 O que se entende por apostolado?

Um termo muito usado na missão dos Institutos religiosos é apostolado. O que entendemos quando usamos este termo?

A palavra apostolado vem de “apóstolos”. A noção de vida apostólica, em contraste com a vida contemplativa, nasceu no século XVI. O termo apostólico faz, primeiramente, referência à pregação verdadeira e própria (missões) e passa depois a indicar as características que devem marcar a vida daquele que deverá ser missionário. Aos poucos, o termo apostolado foi aplicado a todas as formas de atividades: pregação, cura dos doentes, educação da juventude, trabalho nos orfanatos, cuidado dos idosos, obras sociais e outros. Cria-se, assim, um contraste entre vida contemplativa e vida apostólica, esta última identificada com a vida ativa. O termo não indica mais um tipo de vida, mas cada atividade que contribui para a edificação do Reino²⁵.

Com o Concílio Vaticano II, o termo *apostolado* passa a ser aplicado a qualquer forma de atividade e, ao mesmo tempo, aos diversos tipos de vida. A vida contemplativa retoma a qualificação de apostólica, enquanto também essa contribui, e em medida primária, à edificação do Corpo de Cristo. Com esta vasta abrangência do termo, caem as distinções e

24 J.S. MARTINS, *Andate e Annunciate*, p. 112-113; *Evangelii Nuntiandi*, n. 69; *Lumen Gentium*, n. 44; *AG*, n. 40.

25 G. PELLICIA – G. ROCCA, *edd*, *Dizionario degli Istituti di Perfezione (DIP)*, Paoline, Roma, p. 735.

os contrastes. Se de um lado se redescobre o valor da vida contemplativa, de outro lado, o termo apostolado se alarga, até indicar praticamente o tipo de vida conduzido pelo cristão, quase sinônimo de vida cristã. E essa generalização empobreceu o termo apostolado²⁶.

Nos documentos conciliares, o conceito de “apostolado” aparece relacionado intrinsecamente ao fim último da Igreja, que é o tornar todos os homens participantes da salvação operada pela redenção e, por meio destes, ordenar efetivamente o mundo inteiro a Cristo. Toda a Igreja é apostólica, na medida em que permanece em comunhão de fé e de vida com a sua origem e enviada a todo mundo. Todos os membros da Igreja, embora de modos diversos, participam desta missão. A vocação cristã é também por natureza vocação para o apostolado. E chamamos de apostolado toda e qualquer atividade do Corpo Místico, cuja finalidade é alargar o Reino de Cristo à terra inteira. Portanto, toda a atividade realizada para este fim chama-se apostolado e a Igreja o exercita em modos diferentes mediante todos os seus membros. A todos é imposto o nobre empenho de trabalhar a fim de que a mensagem de salvação seja conhecida e aceita por todas as pessoas²⁷.

No âmbito do apostolado, um termo muito usado é práxis apostólica. Esta é o conjunto de práticas que tendem à transformação evangélica da sociedade, das pessoas, visando a instauração do Reino de Deus na história, como continuação da práxis missionária de Jesus. Por meio da atividade apostólica, do anúncio do Evangelho, do diálogo com as culturas, da promoção humana, da libertação dos pobres e oprimidos, a Igreja realiza a sua missão. Existem muitos Institutos religiosos dedicados a esta práxis apostólica, segundo os seus carismas próprios. Nesses a ação apostólica e caritativa entram na natureza intrínseca da vida religiosa. A ação apostólica não é um elemento secundário ou justaposto: é algo constitutivo. É uma forma particular de participação à missão de Cristo e da Igreja. Portanto, a ação apostólica é uma atividade humana penetrada pelo dinamismo de Deus, da energia do Espírito Santo que age na pessoa²⁸. A VC é essencialmente apostólica e todo gênero de iniciativas nada são sem a caridade²⁹.

1.5 A vocação missionária na Igreja

A vocação missionária implica uma dimensão itinerante: “Vamos a outros lugares, às aldeias da vizinhança, a fim de pregar também ali, pois foi para isso que eu vim” (Mc 1,38). A missão universal é movimento, deslocamento de um lugar a outro, deixando atrás de si, como sinal e instrumento do Reino, comunidades formadas. É um movimento que

.....
26 DIP, p. 735-736.

27 *Apostolicam Actuositatem* (AA), n. 2-3; LG, n. 1734; CIC, n. 863.

28 DIP, p. 1052-1053; PC, n. 8.

29 DIP, p. 734.

exige o sentido da provisoriedade; não aquela do turista, mas aquela de João Batista que diz: “É necessário que ele cresça e eu diminua” (Jo 3,30). É uma provisoriedade que requer o despojamento de si, dos próprios projetos pessoais, como também a confiança no outro, nas suas capacidades de atualizar a criação, de semear com generosidade e de construir o futuro³⁰.

A missão hoje cumpre o seu serviço somente se contagia as pessoas com esperança, com uma atividade missionária voltada à transformação do mundo. Essa práxis da missão transformadora requer uma visão de mundo, uma confiança e uma esperança no mesmo. O missionário é um profeta vivo em favor da vida em todas as suas experiências, testemunho da ressurreição, da nova vida, em comunidades pascais reunidas ao redor da Eucaristia, que as torna capazes de lançar-se na missão³¹.

2. A missionariedade na vida do fundador, João Batista Scalabrini e dos cofundadores, Padre José Marchetti e Madre Assunta Marchetti

2.1 O espírito missionário de João Batista Scalabrini

Scalabrini manifestou a sua vocação missionária no início de seu sacerdócio, quando inscreveu-se no Instituto *Missione Estere* de Milão. Este espírito missionário caracterizou toda a sua vida e revelou-o no seu envolvimento com outros Institutos missionários e fundadores dos mesmos³². Jamais hesitou em reconhecer a dimensão fortemente missionária do anúncio do Evangelho de Jesus Cristo e do compromisso da Igreja junto aos migrantes, no contexto das grandes migrações que marcaram seu tempo e seu episcopado. Via a migração como uma ocasião e uma graça para crescer na solidariedade universal e realizar, assim, o ideal de Jesus: “que todos sejam um” (Jo 17,21).

Scalabrini conta a cena que o comoveu e que, certamente, seria decisiva para desencadear sua ação missionária em favor dos migrantes: “Ha vários anos, em Milão, fui expectador de uma cena que deixou em meu espírito, uma impressão de profunda tristeza. Passando pela estação, vi a vasta sala, os pórticos laterais e a praça adjacente invadidos por trezentos ou quatrocentos indivíduos, vestidos pobremente, divididos em diversos grupos. Em suas faces bronzeadas pelo sol, sulcadas por rugas precoces que a privação costuma imprimir, transparecia o tumulto dos afetos que agitavam seus corações, naquele momento [...]. Eram migrantes. Pertenciam às províncias da alta Itália e esperavam, com ansiedade que o trem os

30 L. A. CASTRO, *Didattica Missionaria - Elementi teologici per una crescita missionaria*, p. 208-209.

31 *Ibidem*, p. 209.

32 M. FRANCESCONI, *Giovanni Battista Scalabrini - vescovo di Piacenza e degli emigrati, Città Nuova, Roma 1985*, p. 57-58. 443.

levasse às margens do Mediterrâneo e de lá para as longínquas Américas [...]. Parti comovido. Uma onda de pensamentos tristes me amarguravam o coração”³³.

Scalabrini via, sentia que as migrações colocavam à Igreja um desafio missionário. Ele mesmo decidiu dedicar todas as suas forças para sensibilizar a Igreja, a fim de que ela se comprometesse com a causa dos migrantes. O seu projeto sócio-pastoral revela sua ação transformadora e seu desejo de ser missionário junto aos migrantes. Nos discursos aos missionários que partiam, emerge a nostalgia da missão. Entre outras palavras expressa: “apertando ao peito a cruz de ouro do Bispo, docemente, quase me queixo com Jesus, que me negou a cruz de madeira do missionário e não posso deixar de expressar-vos, ó jovens apóstolos de Cristo, a mais alta veneração e sentir uma santa inveja de vós”. Dizia também: “Cada expedição de missionários é a repetição, ou melhor, a continuação daquela que o divino mestre realizou, quando disse aos apóstolos: Ide e ensinai a todos os povos”³⁴.

Em outro envio missionário (27.12.1888), Scalabrini assim se expressou: “Ide, ó novos apóstolos de Jesus Cristo; ide mensageiros velozes... ao povo que vos espera. Vasto, sem fim é o campo aberto ao vosso zelo. Lá, templos para erguer, escolas para abrir, hospitais para construir, asilos para fundar, o culto do Senhor para prover. Ide! Ide! A Providência, que vigia, com ternura de mãe sobre as obras que ela iniciou, resolverá, ela mesma o árduo problema. Procurai somente seguir os seus amorosos conselhos”³⁵.

Durante a última viagem ao Brasil (1904), costeando a África, ele novamente manifesta seu desejo de ser missionário na África e comovido até o pranto pensava e dizia: “Oh, porque nós sacerdotes não vamos evangelizar aqueles povos e espalhar com o nosso sangue a semente fecunda do cristianismo”? Em setembro do mesmo ano, Scalabrini escreveu ao bispo de São Paulo, dizendo estar disposto a retomar a catequese com os índios do Paraná, enviando missionários entre eles³⁶.

O impulso missionário levou Scalabrini a estar aberto e compreender a história em movimento. Ele está aberto à novidade e à diversidade, considerado um pioneiro no campo do interesse pastoral e social. Prova disso é a concepção de vida religiosa dos missionários e das missionárias para os emigrantes, concepção que foge da rigidez de formas tradicionais, para dar espaço a uma elasticidade que permitia a liberdade de movimento necessária à missão. Diga-se o mesmo da concepção da pastoral da emigração, que deixa entrever, claramente, os sinais de novidade, superando barreiras, não só linguísticas e culturais,

33 M. FRANCESCONI, *Scalabrini uma voz atual, Congregações Scalabrinianas, Roma 1989, p. 355-356.*

34 M. FRANCESCONI, *João Batista Scalabrini - Espiritualidade da Encarnação, Congregações Scalabrinianas, Roma 1991, p. 74-75.83.89.*

35 M. FRANCESCONI, *Scalabrini uma voz atual, p. 432-433.*

36 M. FRANCESCONI, *Giovanni Battista Scalabrini – vescovo di Piacenza e degli emigrati, p. 1168-1169.1173-1174.*

mas também a rigidez de certas estruturas eclesiais locais. Ainda mais significativa é a interpretação da história à luz da fé, que o leva a ver na emigração um meio de expansão, de disseminação das sementes do Verbo³⁷. A atenção em estar no mesmo passo com o mundo que caminha, levou-o a tomar consciência dos fatos irreversíveis da história em constante mudança e introduzir neles o fermento evangélico.

Em sua missão, os critérios da análise e as referências interpretativas definitivas, sempre foram os teologais e eclesiais. À luz da fé e da missão da Igreja, ele interpreta os dados adquiridos pela pesquisa humana, e de tal interpretação, faz nascer suas escolhas, sua intervenção operacional, sua ação³⁸. Ele não vê nenhuma dicotomia entre a evangelização e a promoção da justiça no mundo das migrações. Coloca sob o mesmo conceito a “meta final”, o “aperfeiçoamento do homem na terra” e a “glória de Deus no céu”.

A pastoral de Scalabrini é verdadeiramente marcada pelo “carisma de totalidade”: todo tempo, todas as forças, todos os talentos, todos os dons da graça. Ele vai ao encontro das pessoas, e quanto possível, quer conhecer “in loco” o seu rebanho; o estado de ânimo das pessoas, muito além das relações e das estatísticas; não espera que o procurem no episcopado, é ele que vai encontrar os seus nas suas casas, nos campos e nas oficinas, nas escolas e nas associações; vai em busca dos afastados do redil espiritual, disposto a enfrentar dificuldades e críticas, desde que recupere uma alma para Cristo. A caridade pastoral abraça todas as necessidades e misérias humanas. Ele mesmo dizia: “Devemos sair do templo, se quisermos exercer uma ação salutar no templo”. Afirmou, vigorosamente, que a tarefa da Igreja é a evangelização dos filhos da miséria e do trabalho. “Onde está o povo que trabalha e sofre, aí está a Igreja”. Entendia que a atividade missionária da Igreja não pode ser diferente da atividade pastoral e que os missionários são agentes pastorais em qualquer parte do mundo³⁹.

Na intuição da pastoral missionária scalabriniana, a primazia é da catequese. Esta fundamenta-se na Palavra revelada por Deus e, em germe, é o cumprimento do mandato missionário de Cristo aos apóstolos: ide e ensinai. O catequista é missionário porque comunica a boa nova de Cristo e, desta forma, continua a expansão da Igreja, como foi o caso da missão nas primeiras comunidades cristãs, que se formaram sobre a base da comunicação do Evangelho⁴⁰.

Reviver hoje a figura e a missão de Scalabrini não se reduzirá a repetir ou descobrir determinados esquemas de pastoral migratória, mas, principalmente, assumir a sua grande

37 M. FRANCESCONI, *João Batista Scalabrini - Espiritualidade da Encarnação*, p. 77. 85.

38 *Ibidem*, p. 81.

39 *Ibidem*, p. 82-84.

40 *Ibidem*, p. 84.86

utopia – uma humanidade solidária, fraterna e justa – e as suas motivações – que em última análise, são sempre aquelas que diferenciam as pessoas e as atividades umas das outras⁴¹.

2.2 O exemplo de padre José Marchetti

Padre José Marchetti, como seminarista, foi catequista dos seminaristas mais jovens e um deles afirmava: ele não escondia o seu grande desejo de ser um dia missionário e de sacrificar a própria vida pela fé. O desejo do apostolado ativo-missionário e do martírio davam-lhe fervor naqueles anos de preparação. Sorte mais bela não lhe poderia tocar, exclamava, ao lembrar os mártires e, para ele, os homens verdadeiramente felizes eram os missionários. Na missa solene, logo após a sua ordenação, manifestou o propósito que há tempo sentia: o chamado missionário⁴².

No seu breve período de pároco, viu a dura realidade de seus paroquianos, decididos a emigrar para o Brasil. A sua vocação missionária e a conferência sobre emigração, proferida por Dom João Batista Scalabrini, em Luca (1892), motivou padre Marchetti a dar uma resposta generosa em favor dos imigrantes italianos no Brasil. Admitido por Scalabrini na qualidade de missionário externo, em 1894, empreendeu sua primeira viagem ao Brasil. Pouco tempo depois, empreendeu uma segunda viagem, que foi decisiva em sua vida⁴³.

Numa carta dirigida a Dom Scalabrini (12.12.1895), concluía dizendo: “eis-me aqui pronto para morrer; tenho desejado tantas vezes o martírio de sangue, mas tenho a sorte de encontrar o martírio nas fadigas apostólicas. Assim me considero feliz”. Afirmava também: “para melhor corresponder à alta missão que me foi confiada, por vossa misericórdia, sinto-me estimulado a sacrificar-me ainda mais, jurando com um voto, que serei sempre vítima do meu próximo por vosso amor. Assim, pelo voto de caridade, anteporei em tudo o meu próximo a mim mesmo, aos meus prazeres, à minha saúde, à minha vida. Com o voto, pois, de não perder mais um quarto de hora em vão, consagro a Vós e ao meu próximo todas as forças físicas e morais do meu corpo”⁴⁴.

Padre José Marchetti inseriu-se totalmente no mundo migratório. Fez dele o centro de sua missão. Movido por um real desejo de colaborar para o desenvolvimento das populações migrantes, não mediu esforços para encontrar formas e meios que minimizassem o sofrimento de milhares de pessoas nas fazendas do interior do estado de São Paulo, bem como o da população marginalizada, na cidade de São Paulo e no interior do Brasil. A coragem dava-lhe a prontidão em partir, e a humildade conferia-lhe a prontidão em servir: A

41 R. RIZZARDO, *O carisma scalabriniano na Igreja, Congregação Scalabriniana, Roma 1991, p. 60.*

42 M. FRANCESCONI, *Pe. José Marchetti (Come una meteora), Instituto Cristóvão Colombo, São Paulo 2006, p. 10-11.*

43 L.M. SIGNOR, *Irmãs Missionárias de São Carlos Scalabrinianas (1895-1934), CSEM, Brasília 2005, p. 54-55.*

44 M. FRANCESCONI, *Pe. José Marchetti (Come una meteora), p. 23.27.*

preocupação de padre Marchetti abrangia todos os imigrantes, mas, principalmente, aqueles mais abandonados: os órfãos e os doentes sem assistência médica e espiritual⁴⁵.

Diante das necessidades do povo, tanto espirituais, como materiais, não se omitia, não media sacrifícios. Sua caridade, profunda humildade e os magníficos votos de caridade e de vítima do próximo, acrescentados por ele aos votos tradicionais, deixam transparecer a alma de uma pessoa totalmente mergulhada em Deus e voltada para o bem do outro. A fé era a fonte de sua esperança que, tornada ato, gerava frutos de caridade. Privilegiava os últimos, aqueles que não podiam ser auto-suficientes, aqueles que dependiam da caridade de outros para viver⁴⁶.

2.3 A missão na vida de madre Assunta Marchetti

Madre Assunta, depois de ter refletido e rezado, aceitou a proposta de padre José Marchetti de ser missionária com ele e poder cuidar dos órfãos. Ela compreendeu que Deus lhe pedia de substituir a vocação claustral por aquela missionária. Como sempre o fez, pronuncia um sim generoso à vontade de Deus e parte com o irmão⁴⁷.

Ao emitir os votos, em Piacenza, madre Assunta finalmente tem clara a sua vocação e missão: sente-se unida ao seu irmão pelo mesmo carisma scalabriniano: levar com humildade e simplicidade a riqueza do amor de Deus através do serviço evangélico aos migrantes mais pobres e abandonados, aos órfãos e aos anciãos em dificuldade. O entusiasmo e a comoção daquele momento, encontraram confirmação na determinação, constância e generosidade de cada dia, até aquele da morte⁴⁸.

Seu caminho missionário no Brasil durou 53 anos. Foi um caminho em ascensão. Percorreu-o sem hesitações, sem esmorecer, na coragem que a tinha motivado a dar o sim inicial diante do quadro do Sagrado Coração de Jesus. Na fidelidade a este “sim”, tornou-se, gradativamente, consciente de sua missão na Igreja: a missão de ser a pedra angular do Instituto, aquela que, depois de ter acolhido as peculiaridades do carisma, foi chamada a guardá-lo, defendê-lo, transmiti-lo na sua originalidade, sobretudo, após os períodos de crise. A Serva de Deus soube ser corajosa, conferindo identidade à Congregação e encorajando as irmãs no compromisso apostólico específico⁴⁹.

45 *In memoriam Pe. José Marchetti (1886-1996) – Província N. Senhora Aparecida, São Paulo 1996, p. 26.*

46 *Pe. José Marchetti – exemplo de amor a Deus e ao próximo, síntese elaborada pela jornalista Francisca Sônia de Mello, São Paulo.*

47 *Cuori di Luce – tre esempi di spiritualità nella terra di Camaiole, Comune di Camaiole e Parrocchia di Santa Maria Assunta 2002, p. 36. Artigo escrito por Ir. Laura Bondi, postuladora da causa de Beatificação de madre Assunta.*

48 *La serva di Dio Assunta Marchetti – cittadina di Camaiole (1871-1948), Atti del Simposio di studio, Camaiole 1994, p. 52-54.*

49 *L. BONDI, Virtudes da Serva de Deus Madre Assunta Marchetti, Roma 2004, p. 158-161.*

Em sua missão, madre Assunta demonstrou ser uma mulher simples, a mãe que se oferece a Cristo e aos irmãos. Ela é mulher de compaixão, aquela que encarna a sua vida nos pequenos, nos pobres, nos últimos. No encontro com os povos estrangeiros, ela não fala uma língua feita de palavras, mas uma linguagem formada por gestos de atenção, de silêncios e de compaixão. O gesto e o silêncio são os sons da língua dos pobres. Madre Assunta coloca em prática aqueles sons até o dom supremo de si⁵⁰.

No sexênio 1912-1918, durante o qual madre Assunta exerceu o mandato de superiora geral, a Congregação *mcs* viveu um tempo de afirmação e de progresso em todos os sentidos. A expansão missionária do Instituto teve início em 1913, no estado de São Paulo e em 1915, no Rio Grande do Sul, onde as irmãs pioneiras deram testemunho de verdadeiras missionárias⁵¹.

A força propulsora desse progresso das irmãs era o espírito de oração e de vida interior; aliadas a uma profunda humildade e caridade sem limites. Madre Assunta, quando seus deveres o permitiam, ajudava a cozinhar para os órfãos, sendo presença em todos os setores de trabalho, sobretudo nos mais obscuros⁵². Fazia muito bem todas as coisas, dos trabalhos mais simples aos de maior responsabilidade e tinha certeza de estar fazendo a vontade de Deus.

No Sul, chegando em Nova Bréscia, madre Assunta foi superiora de uma pequena comunidade que iniciava marcada pela pobreza. Portanto, no abandono confiante na Divina Providência, iniciou o seu caminho missionário em favor de um grupo de imigrantes italianos marginalizados, 60 famílias ao todo. Junto a esse povo tinha aceitado docilmente viver. Nesse pequeno vilarejo, a serva de Deus praticou, sobretudo, a virtude da paciência, da caridade e viveu de modo especial unida a Deus⁵³.

Desenvolveu, em Nova Bréscia, inúmeras atividades. Entre outras, era catequista, “doutora”, enfermeira e cozinheira. Era sempre muito disponível. Aceitava tudo com espírito de humildade e de sacrifício. Uma testemunha afirma: Não havia médico no local, por isso, recorda-se que madre Assunta saía a cavalo, de noite, para atender os doentes, sempre acompanhada por uma senhora. Promovia a reza do terço, ia nas famílias para confortá-las nos seus sofrimentos, convidava as pessoas para a missa dominical, cuidava também das representações teatrais e com muito sucesso. E fez mais: Nova Brécia era um lugar isolado e muito pobre e a Serva de Deus, com muitos sacrifícios, conseguiu construir uma escola em favor dos filhos dos habitantes do lugar⁵⁴.

50 *Cuori di Luce – tre esempi di spiritualità nella terra di Camaiore*, p. 52

51 L.M. SIGNOR, *Imãs Missionárias de São Carlos Scalabrinianas (1895-1934)*, p. 157-158:176 ss.

52 B. FELIPELLI, *Perfil espiritual de madre Assunta Marchetti*, S. Paulo 1986, p. 10.

53 L.BONDI, *Biografia Maria Assunta Marchetti*, Roma 2003, p. 101:103.

54 *Ibidem*, p. 103-104.

Ela sempre foi a mais caridosa, a mais pobre, a mais humilde, a mais penitente entre as irmãs scalabrinianas. Muitas testemunhas dizem ter visto nela a mãe dos órfãos, dos mais pobres, dos doentes, dos sofrendores, das irmãs de vocação e de seus irmãos de sangue⁵⁵. Catequizava os doentes, os pobres, os pecadores e soube viver e oferecer-se em imolação total e constante. Não se poupou em nada que se referisse à glória de Deus e à dilatação de seu Reino⁵⁶.

A virtude teologal da caridade, infusa por Deus no coração de madre Assunta, exercida em relação às irmãs, é o sinal mais seguro da autenticidade da sua virtude, enquanto que o caminho comunitário é um teste inequívoco da capacidade de amar, porque exige a generosidade e a gratuidade próprias de quem é virtuoso. Numerosas testemunhas atestam que ela amou sinceramente as irmãs, constantemente, até o fim de sua vida e que, à imitação do Bom Pastor, foi sempre particularmente atenta àquelas, que por motivo de sua fragilidade, tinham quase um direito maior de especial benevolência⁵⁷.

Predominou, no exercício concreto da caridade de madre Assunta Marchetti, um exercício de fato heróico, a maturidade humana e espiritual, a integração entre caridade vivida e expressa às pessoas, a ausência de egocentrismo, de individualismo e de ambição pessoal⁵⁸.

Algumas testemunhas de nosso tempo afirmam que madre Assunta é modelo de missionária. Dom Paulo Evaristo Arns (12.06.1987) definiu madre Assunta como modelo de missionária hoje. Foi uma pessoa de fé, de oração, de sacrifício, de grande união com Deus e tem muito a nos dizer. Nos seus 53 anos de vida missionária, deixou um legado profundo de autêntica fidelidade ao carisma scalabriniano e um rastro de santidade fundamentada, sobretudo, na humildade. Dom Vicente Marchetti Zioni afirma que a ação missionária de madre Assunta se abre em leque. É uma ação missionária que atinge absolutamente todos os setores que atualmente preocupam na vida pastoral⁵⁹.

3. A missão da congregação mscs

3.1 A missionariedade da irmã scalabriniana

O mandato missionário de Jesus: “Ide, portanto, e fazei que todas as nações se tornem discípulos” (Mt 28,19); “pregai o Evangelho a toda criatura” (Mc 16,15), tem um significado

55 *Cuori di Luce – tre esempi di spiritualità nella terra di Camaioere*, p. 37.

56 L. BONDI, *Virtudes da Serva de Deus Madre Assunta Marchetti*, p. 59.

57 *Ibidem*, p. 90.

58 *Ibidem*, p. 99.

59 *In Memoriam Madre Assunta Marchetti (1948-1998)*, Província N. Senhora Aparecida, São Paulo 1998, p. 8:19.44.

especial para a irmã scalabriniana. Este mandato a impele a deixar a sua terra, a fazer-se “migrante com os migrantes”, para ser capaz de compreendê-los e evangelizá-los⁶⁰.

Para sentir-se verdadeiramente missionária, é necessário uma motivação e uma espiritualidade profundas, as quais brotam de uma fonte: o Filho de Deus. A missão nasce da necessidade do seguimento d'Aquele que, sendo de natureza divina, desceu para servir. Para nós, irmãs *mcs*, a escada de Jacó (Gn 28,10-22), representada no brasão episcopal de Scalabrini, inspira e fundamenta estas duas dimensões do carisma que precisam sustentar-se mutuamente: a espiritualidade e a missão.

A missão não é um caminho puramente horizontal, assim como, o caminho espiritual não é um movimento puramente ascendente, vertical. A missão é fruto de um caminho espiritual e o caminho espiritual se alimenta da missão. Espiritualidade e missão são intimamente conexas. Este percurso não é retilíneo, mas é constituído de um alternar-se de *subir*, para escutar e encontrar Deus, e um *descer*, para encontrar e servir os irmãos. Na realidade, somente quem sobe a Deus tem motivações e a força para descer e servir no árduo trabalho da missão. Nesta, se verifica a verdade do “sair de si” e se adquire o impulso para subir e adquirir um maior conhecimento de Deus. Deste decorre uma dedicação total à missão, para depois subir de novo e penetrar sempre mais profundamente no coração do mistério de Deus. Quem não sobe para encontrar o Verbo, não tem o desejo e a compreensão da missão, nem a constância em resistir nas suas dificuldades e exigências⁶¹.

Em força do carisma herdado do fundador, o Bem-aventurado João Batista Scalabrini, a Congregação tem, como missão na Igreja, “o serviço evangélico e missionário aos migrantes, preferencialmente os pobres e necessitados”⁶². Missionária na sua essência, a Congregação responde à sua vocação na Igreja, em disponibilidade total a Deus e no comprometimento com o migrante. Em seu ideal de vida religiosa apostólico-missionária, é sinal de esperança, presença de evangelização, educação da fé, promoção e defesa dos direitos humanos, junto aos irmãos migrantes e refugiados⁶³.

A missionariedade da irmã *mcs*, nas dimensões espiritual e missionária, atualiza-se através dos membros da Congregação, em cada tempo e lugar. Esta missionariedade é vivida como eixo central de sua vocação e ação em favor e junto às pessoas e povos em mobilidade, com atenção especial aos migrantes mais pobres e necessitados. Inclui uma pastoral integral, que se orienta para o migrante como pessoa, sujeito ativo e responsável de sua própria

60 M. DALTOÉ, “O carisma scalabriniano revelador de novos rumos no campo da missionariedade”, in *Expressão de um carisma a serviço dos migrantes*, CSEM, Brasília 2005, p. 83-84.

61 PG. CABRA, “Spiritualità della missione”, in *Testimoni* n. 17, 2004, p. 22-29.

62 Normas Constitucionais MSCS, n. 4.

63 DIRETRIZES GERAIS DO APOSTOLADO MSCS, *Sexênio 2001-2007*, p. 10.

história, na edificação da Igreja, na construção de uma nova civilização e de unidade entre os povos. Tal visão orienta, interpela e exige uma ação articulada, previdente e continuada na promoção e defesa da dignidade da pessoa e de seus direitos. O horizonte desta ação missionária scalabriniana norteia-se pela meta da sabedoria e lógica do Reino, que configura o projeto de Deus. A esta visão, corresponde uma análise global e articulada da realidade e um discernimento à luz da Palavra de Deus⁶⁴.

A Congregação integra a missionariedade como dimensão característica de sua identidade e ação, em suas estruturas, em seus membros e com os migrantes, valorizados em sua vocação de missionários do Evangelho. O compromisso vivido por cada uma das irmãs *mscs* é sustentado por uma profunda comunhão com Deus e pela vida fraterna em comunidade. Destas, emergem a vitalidade do dinamismo constante de acolhida da Palavra e inculturação do Evangelho nas realidades em que se inserem. O envio missionário que cada irmã recebe, expressão de pertença à Congregação, é o fundamento e guia que orienta os seus passos⁶⁵.

3.2 A ação apostólica da irmã *mscs* no contexto migratório

Caracteriza a ação apostólica da irmã *mscs* o espírito de serviço e doação de si mesma, inspirando-se na comunhão da Trindade, em Jesus Cristo Peregrino, na fidelidade da Virgem Maria e nos exemplos de São Carlos Borromeo, do Bem-Aventurado João Batista Scalabrini, dos Servos de Deus padre José Marchetti e madre Assunta Marchetti e de todas as irmãs que encarnaram o carisma de fundação⁶⁶.

A missão scalabriniana de serviço evangélico e missionário aos migrantes se concretiza na ação pastoral, social e cultural das irmãs e da Congregação, nos diversos âmbitos de atuação: obras, serviços, atividades, testemunho, anúncio explícito do Evangelho e animação da vivência cristã, que expressam, entre outras, a variedade, a diversidade e a harmonia da ação com que as irmãs servem a Igreja e os migrantes. Esta ação se concretiza assumindo as diversas pastorais que visam a promoção e a assistência religiosa, social e cultural dos migrantes. Todas as pastorais possuem como meta colaborar, contribuir na salvação integral dos mesmos. Nesse processo de salvação, o Espírito antecipa o Reino de Deus e impulsiona para que todos se empenhem na construção de uma sociedade renovada, a caminho da pátria definitiva⁶⁷.

A força dinâmica do carisma levou a Congregação a assumir diversas atividades nos âmbitos da catequese, educação cristã, pastoral da saúde, pastoral social e pastoral das migrações. Frente às novas exigências do carisma, atualmente, as irmãs marcam presença significativa em

64 *Ibidem*, p. 15-16.

65 *Ibidem*, p. 28.

66 *Ibidem*, p. 14-15.

67 *Ibidem*, p. 16.

organismos eclesiais e internacionais, em organizações civis e não-governamentais. Através de toda ação apostólica, a Congregação visa contribuir para a formação de uma sociedade mais humana, fraterna e solidária, fundada nos princípios do Evangelho e nos direitos fundamentais da pessoa⁶⁸. Junto à Igreja e aos migrantes, a Congregação busca solidificar sempre mais sua fisionomia institucional, marcadamente feminina, missionária e encarnada⁶⁹.

3.3 Comunhão e missão

O carisma congregacional, por sua natureza, possui uma intrínseca dimensão comunitária. Sua riqueza é expressa na comunhão e colaboração entre todos os membros, que convergem num mesmo espírito, em vista da missão. Esta nos constitui como comunidade e como tal a realizamos. A comunidade é o lugar onde se vive o carisma e, sentir-se-á sempre mais missionária, na medida em que for enviada ao mundo das migrações e responder às necessidades dos migrantes. Todos os membros participam da missão da comunidade, mas não da mesma forma⁷⁰.

Comunhão e missão são duas realidades interligadas. Uma experiência mais profunda de comunhão renova o impulso da missão e a qualifica. Podemos também afirmar que a comunhão é fruto da missão. Não há comunhão sem missão e não há missão sem comunhão. A comunhão é um “evento espiritual”, ou seja, gerado, animado e recriado pelo Espírito Santo. Só através de sua ação, nossas comunidades e toda a Igreja podem tornar-se ícone da comunhão trinitária⁷¹.

A comunhão é uma das vias mais eloqüentes de evangelização. O papa João Paulo II, falando da comunhão que fecunda a missão, dizia: de particular importância é a capacidade de relacionamento com os outros, elemento essencial para quem é chamado a ser responsável de uma comunidade, é ser pessoa de comunhão, capaz de suscitar, em todos, relações fraternas. A humanidade está cada vez mais sensível ao valor da comunhão. Esta é hoje um dos sinais mais eloqüentes e uma das vias mais eficazes para transmitir a mensagem evangélica⁷².

É missão da irmã *mcs* tornar-se agente de comunhão e fazer com que todas as comunidades e pessoas envolvidas em atividades junto aos migrantes, se empenhem numa pastoral de comunhão. Esta tem, como horizonte, a santidade, para o qual deve tender todo caminho pastoral⁷³.

68 M. DALTOÉ, “O carisma scalabriniano revelador de novos rumos no campo da missionariedade”, p. 81-82.

69 C. LUSSI, “Missionariedade em Mobilidade”, in *Expressão de um carisma a serviço dos migrantes*, CSEM, Brasília 2005, p. 15.

70 M. DALTOÉ, “O carisma scalabriniano revelador de novos rumos no campo da missionariedade”, p. 84-85.

71 D. TETTAMANZI, “Comunione fondamento e dimensione della missione”, p. 46-48.

72 *RMi*, n. 61.75.

73 JOÃO PAULO II, *Novo Millennio Ineunte*, n. 30-31.

3.4 Desafios para a missão mscs

O carisma scalabriniano interpela-nos e nos deixa inquietas diante da realidade que nos circunda. Vivemos num mundo globalizado e, ao mesmo tempo, excludente, de grandes avanços científicos e tecnológicos, de movimentos migratórios em busca de paz e condições de uma vida digna, da mundialização da economia e da cultura, do amplo quadro das situações de risco para etnias e grupos sociais excluídos, da limpeza étnica, de projetos para eliminar as diferenças culturais, dos sistemas de governo que utiliza o ser humano à produção do sistema neoliberal, do tráfico da criança e da mulher e de tantos outros males que tolhem à pessoa a sua plena dignidade⁷⁴.

João Paulo II, na encíclica *Redemptoris Missio*, afirma que entre as grandes transformações do mundo contemporâneo, as migrações produziram um novo fenômeno: os não-cristãos chegam em grande número aos países onde predominam os cristãos, criando novas ocasiões para contatos e intercâmbios culturais, esperando da Igreja o acolhimento, o diálogo, a ajuda, numa palavra: a fraternidade. A Igreja deve assumir estes milhões de imigrantes no âmbito da sua solicitude apostólica, aproximando-os, para levá-los ao conhecimento de Cristo e do seu Evangelho. Abre-se, assim, um vasto campo à missão da Igreja *ad gentes*⁷⁵.

No documento de Aparecida – texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe – os bispos falam dos “rostos sofredores que doem em nós”, entre os quais está o rosto dos migrantes. Afiram: “É expressão de caridade, também eclesial, o acompanhamento pastoral dos migrantes. Há milhões de pessoas que, por diferentes motivos, estão em constante mobilidade. Na América Latina e Caribe, os emigrantes, deslocados e refugiados, sobretudo por causas econômicas, políticas e de violência, constituem fato novo e dramático”⁷⁶.

O apelo dos bispos da América Latina e do Caribe, que também é expressão do apelo da Igreja universal, interpela-nos a um compromisso, a fim de que: “A Igreja, como Mãe, deve sentir-se como Igreja sem fronteiras, Igreja familiar, atenta ao fenômeno crescente da mobilidade humana em seus diversos setores. Considera indispensável o desenvolvimento de uma mentalidade e espiritualidade a serviço dos irmãos em mobilidade, estabelecendo estruturas nacionais e diocesanas apropriadas, que facilitem o encontro do estrangeiro com a Igreja particular de acolhida. As Conferências Episcopais e as Dioceses devem assumir profeticamente esta pastoral específica, com a dinâmica de unir critérios e ações que favoreçam uma permanente atenção também aos migrantes, que devem chegar a ser também discípulos e missionários”⁷⁷.

74 M. DALTOÉ, “O carisma scalabriniano revelador de novos rumos no campo da missionariedade”, p. 82-83.

75 J.S. MARTINS, *Andate e Annunciate*, p. 241; RMI, n. 37.

76 CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO, *Documento de Aparecida – texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe (DA)*, 2007, n. 411.

77 DA, n. 412.

Conforme a Instrução *Erga Migrantes Caritas Christi*, “as migrações contemporâneas nos colocam diante de um desafio certamente não fácil pelo seu vínculo com a esfera econômica, social, política, sanitária, cultural e de segurança. Trata-se de um desafio que todos os cristãos devem aceitar, muito além da boa vontade ou do carisma pessoal de alguns”⁷⁸.

Na mesma Instrução emergem algumas características principais da fisionomia da missionariedade, que também se apresentam como desafios à Pastoral Migratória da Igreja, particularmente para nós, irmãos *mcs*. Entre outros, destaca-se:

- A acolhida dos migrantes é explicitamente indicada como um evento missionário. É serviço à comunhão. Não é só a distância geográfica que determina a missionariedade, mas também a situação cultural e religiosa do migrante. A Igreja convoca todas as instâncias eclesiais para convergirem na ação sincera e diversificada da acolhida dos migrantes⁷⁹.

- A eclesialidade, marcada pela universalidade, é um traço distintivo da ação missionária junto aos migrantes e refugiados e um espaço vital para eles. As migrações expressam a imagem da Igreja missionária⁸⁰.

- A comunhão, construída no respeito das diferenças, onde os migrantes são considerados membros vivos da comunidade⁸¹, é sinal de comunhão universal da Igreja. O testemunho de comunhão se torna anúncio, elemento de atração e de convocação. Esta experiência de fraternidade deve caracterizar as comunidades eclesiais. Todas as Igrejas locais, institutos e movimentos, são convocados a colaborar na missão junto aos migrantes, construtores providenciais da fraternidade universal, e tornar-se “casa e escola de comunhão”⁸².

- A sociedade multicultural, multiétnica e multireligiosa desafia a formar uma cultura do diálogo, do respeito recíproco, da valorização das diversidades, onde haja educação à acolhida, à solidariedade e à abertura ao migrante, sem discriminações, preconceitos e divisões. Essa tarefa exige compromisso de todas as pessoas, grupos, igrejas e sociedade⁸³.

- O diálogo ecumênico e interreligioso é um aspecto missionário fundamental e encontra na mobilidade humana um de seus campos principais de atuação⁸⁴. A missão scalabriniana nos interpela a promover e participar de iniciativas ecumênicas, de projetos, de grupos de

78 Pontifício Conselho para a Pastoral dos Migrantes e Itinerantes, *Instrução Erga Migrantes Caritas Christi (EMCC)*, n. 3.

79 *EMCC*, n. 96.

80 *EMCC*, n. 97/100.

81 *EMCC*, n. 98.

82 M. A. L. FERREIRA, “Un tempo di transizione” in *Testimoni* n. 17, 2004, p. 29; *NMI*, n. 43.

83 *EMCC*, n. 96.99-100.103.

84 *EMCC*, n. 56-69.

solidariedade com o ser humano, de qualquer nacionalidade ou religião, considerando o inalienável direito à vida⁸⁵.

- O anúncio explícito de Jesus Cristo para os migrantes que não o conhecem, ou que não o acolheram, exige que, no processo de evangelização, os cristãos tenham muito respeito e atenção pelas tradições e culturas dos migrantes. Os cristãos são chamados a testemunhar o Evangelho da caridade e da paz e a anunciar-lhes a Palavra de Deus, de modo que também a eles chegue a bênção do Senhor, prometida a Abraão e à sua descendência para sempre⁸⁶.

- Os leigos na Igreja, em várias situações de desafios para a missão cristã, conseguem ser protagonistas de iniciativas de evangelização de grande significado e evidente fecundidade apostólica. As suas ágeis estruturas, e em grande parte locais, permitem a eles uma variedade de presença e de ação missionária, não possível a membros de Institutos missionários. De nossa parte, cada vez mais, precisamos intensificar nossa relação, apostolado e trabalho com os leigos, especialmente os Leigos Missionários Scalabrinianos, e favorecer-lhes a participação na missão scalabriniana⁸⁷.

Além dos desafios citados, atualmente, interpela-nos na realização da missão junto aos migrantes, a atuação em parceria e em rede com organizações governamentais e não-governamentais, nacionais e internacionais, que atuam na causa da mobilidade humana e com os próprios migrantes. Essa atuação tem como finalidade participar de instâncias de decisão e incidir em políticas migratórias que visam o resgate da dignidade inalienável dos migrantes e refugiados⁸⁸.

Assim como afirmou o papa Bento XVI: “Cremos que a realidade das migrações não deve nunca ser vista só como problema, mas também, e sobretudo, como grande recurso para o caminho da humanidade”⁸⁹. Portanto, “os migrantes devem ser acompanhados pastoralmente por suas Igrejas de origem e estimulados a se fazer discípulos e missionários nas terras e comunidades que os acolhem, compartilhando com eles as riquezas de sua fé e de suas tradições religiosas. Os migrantes que partem de nossas comunidades podem oferecer valiosa contribuição missionária às comunidades que os acolhem”⁹⁰.

85 R. MILESI, “Proteção dos direitos e resgate da dignidade humana dos migrantes e refugiados”, in *Profetismo e identidade apostólico-missionária da Irmã Scalabriniana*, CSEM, Brasília 2001, p. 128.

86 EMCC, n. 100.

87 M. A. L. FERREIRA, “Un tempo di transizione”, p. 25; EMCC, n. 86-87.

88 R. MILESI, “Proteção dos direitos e resgate da dignidade humana dos migrantes e refugiados”, p. 128-130.

89 PAPA BENTO XVI, *Alocução, Ángelus, 14 de janeiro de 2007*.

90 DA, n. 415.

As irmãs *mscs*, missionárias da esperança, reconhecem a ação de Deus nos caminhos das migrações. São mulheres que, com seu olhar atento e perspicaz, percebem os diferentes tipos de mobilidade humana e com sua sensibilidade feminina, criam estratégias para proteger a vida. Junto aos migrantes em situação de risco e vulnerabilidade, direcionam seus esforços à promoção de ações para eliminar situações de injustiça e criar melhores condições de vida, colaborando, assim, na construção de uma nova sociedade⁹¹ e na expansão do Reino.

Esta grande esperança que sustenta as irmãs *mscs* é Deus. Somente o seu amor dá a possibilidade de perseverar com toda sobriedade dia após dia, sem perder o ardor da esperança num mundo que, por sua natureza, é imperfeito⁹².

O esforço cotidiano, as dificuldades, as limitações inerentes à missão, podem nos cansar “se não nos iluminar a luz daquela grande esperança que não pode ser destruída sequer pelos pequenos fracassos e pela falência em vicissitudes de alcance histórico. Através de nossa ação, nasce esperança para nós e para outros: mas ao mesmo tempo, é a grande esperança apoiada nas promessas de Deus que, tanto nos momentos bons, como nos maus, nos dá coragem e orienta o nosso agir. A fé em Cristo nos faz olhar sempre para frente⁹³.”

91 C. LUSSI, *“Missionariedade em Mobilidade”*, p. 23-24.

92 PAPA BENTO XVI, *Encíclica Spes Salvi*, Cidade do Vaticano 2007, n. 31.

93 *Ibidem*, n. 35.41.



A AUTORIDADE NA CONGREGAÇÃO

UM SERVIÇO EM FAVOR DA VIDA E DA MISSÃO

“Entre vós não deverá ser assim. Ao contrário, aquele que quiser tornar-se grande entre vós seja aquele que serve...” (Mt 20,26).



termo autoridade tem relação com o latim *augeo* que, nos dicionários, assume a valência de fazer crescer, promover, favorecer a vida. Portanto, é um vocábulo que inclui, ao mesmo tempo, a idéia de responsabilidade, de serviço e de iniciativa.

Autoridade e obediência são duas dimensões de uma única realidade, “dois aspectos complementares da mesma participação à oferta de Cristo”¹, dois momentos de um processo de obediência à vontade de Deus. A relação autoridade-obediência não é de oposição, mas de serviço mútuo, necessário na comunidade religiosa formada de membros seguidores de Jesus Cristo e fiéis à missão confiada pela Igreja. Trata-se de duas dimensões de uma mesma disposição de obediência, onde todos os convocados do Senhor traduzem em ato, como membros de um mesmo corpo – membros uns dos outros pela caridade – o que agrada a Deus².

O exercício da autoridade e o seu serviço no interior da comunidade religiosa sempre foi uma tarefa difícil. Trata-se de um serviço que exige exercitar-se na caridade de Cristo para o crescimento espiritual (1Pe 5, 2-4) das pessoas, segundo o carisma do Instituto. Na prática, não é fácil criar um clima propício para procurar, no diálogo e na oração, a vontade de Deus e assumi-la com liberdade interior.

1. Fundamentos da autoridade

1.1 Deus é a fonte de toda autoridade

No Antigo Testamento, Deus é reconhecido como o único, a quem pertence a honra e a glória (Is 6,3; 42,8), único a quem se deve adoração humana (Lv 26,1) porque é o único juiz (Jr 17,10; Rm 2,69), único Senhor da vida e da história, artífice e detentor de toda autoridade (Rm

1 Cf. PAULO VI, *Evangelica Testificatio*, n. 25.

2 Cf. J.M.G. GUERRERO, “Autorità”, in T. GOFFI – A. PALAZZINI, *edd*, *Dizionario Teologico della Vita Consacrata*, Ancora, Milano 1994, p. 108.

13,1). É uma autoridade de amor e de serviço na contínua procura da justiça. A conotação maior dessa característica de Deus – senhor-servo – é o apelativo de Pai que muitas vezes o distingue no AT, uma paternidade revelada a todas as pessoas (Dt 32,6; Tb 7,12; Mt 6,33). Se a autoridade de Deus se qualifica como exercício de um poder incontestado e, ao mesmo tempo, de abertura amorosa em relação ao outro, disso deriva que a autoridade humana também é modelada segundo os mesmos parâmetros.

Frequentemente, no AT, fala-se do poder e da autoridade. Os contextos são vários e múltiplos os significados. Mas como pano de fundo está sempre presente a mesma idéia: o poder e a autoridade são atribuídos essencialmente e exclusivamente a Deus. “Tú só és digno, ó Senhor e Deus nosso” (Ap 4,11). Esta certeza não se deu a partir da razão, mas a partir da experiência histórica do povo de Israel. O Deus que se revela a Israel não é um Deus longínquo, inerte e neutro, mas sim um Deus próximo, que age, exalta e socorre (Lc 1,51-54), que não tolera a opressão e a escravidão de seu povo. A importância dos acontecimentos do Êxodo não está tanto no fato em si, mas no como Israel viu e sentiu a presença do Senhor: “Naquele dia o Senhor salvou Israel da mão dos egípcios...” (Ex 14,30-31). Ao longo de sua história, Israel experimentou que Iahweh estava ao seu lado, operava a seu favor e era o mais potente de todos os poderosos da história. Sobre esta experiência se apoiava a fé de Israel, e é esta que inspirou os cânticos de agradecimento do AT³.

A fidelidade em Iahweh constituía a segurança e a esperança do povo de Israel. A partir desta experiência histórica, a reflexão sucessiva se interrogará sobre a raiz última de tal poder. Aos poucos, foi se delineando e se concretizando a idéia da criação como resposta convincente e definitiva. Iahweh é assim potente porque é o Senhor de tudo, o Senhor da história, que dá origem a tudo: “No princípio Deus criou o céu e a terra” (Gn 1,1) e o homem é constituído mediador da autoridade divina (Gn 1,28; Sl 8). Porque é o único criador, Deus exercita todo poder na história e a sua autoridade é absoluta. O povo, depois de ter sofrido as duras provas do exílio, deve saber que Iahweh é capaz de libertá-lo. E o apóstolo Paulo utilizará o vaso de argila nas mãos do oleiro (Rm 9,20; Is 45,8) para revelar o quanto Deus é capaz de fazer. A sua autoridade sobre o ser humano não visa oprimi-lo, mas libertá-lo⁴.

1.2 Modelos bíblicos no exercício da autoridade

Abraão é o modelo de fé para todos os que crêem. A sua experiência espiritual é uma relação marcada pela exigência radical de obediência na fé (Gn 12,1). Quando Deus intervém na vida de cada pessoa, realidade e aparência não coincidem mais e a pessoa é chamada a discernir e a reler os eventos sob a ótica da fé, que a torna capaz de ver o invisível⁵.

3 *Ibidem*, 108-109.

4 *Ibidem*, p. 109.

5 Cf. G.F. POLI - G. CREA, *Dall'autorità all'autorevolezza - Per una leadership in tempo di crisi*, Rogate, Roma 2008, p. 33-35.

A liderança de Moisés está toda centrada no serviço de libertação do povo. O projeto de libertação divina passará através da mediação de um Moisés transformado, maturado nas provas do deserto e na escuta da Palavra. Ele não escolhe ser o líder do povo, mas é Deus que o escolhe. Em sua liderança, Jetro, sogro de Moisés, percebe que ele não está envolvendo suficientemente o povo e a comunidade nas diversas escolhas e tarefas. Observa que ele faz tudo sozinho. Tal constatação se traduz em uma série de conselhos operativos, mas contextualmente se entrevê um convite a uma espécie de reforma institucional. Jetro demonstra que está atento às necessidades da comunidade, tem no coração o bem do povo e de Moisés, por isso, ousa propor algumas linhas prioritárias. São tarefas subsidiárias. Convida Moisés a organizar uma estrutura descentrada, com diversas responsabilidades para os vários níveis na comunidade, reservando a ele só os casos mais difíceis⁶.

Uma ação de complementaridade nas tarefas está presente também no livro de Neemias e Esdras. Neemias, um homem de ação, não teria hesitado em enfrentar qualquer obstáculo, à diferença de Esdras, mais calmo e inclinado ao estudo. Trabalhando juntos, os dois levaram a término a sua tarefa, revelando estar a serviço de um único projeto recebido de Deus⁷.

Samuel (1Sm 16,1-13), que depois de Moisés teve um papel importante na evolução da sociedade de Israel, é um exemplo bíblico de fadigoso discernimento, mas que se conclui numa fraternidade genuína. Ele administrou a difícil passagem do regime dos juízes àquele da monarquia. Nesta página bíblica, podemos reconhecer não apenas as nossas inconsistências, mas também os caminhos de cura para exercitar uma verdadeira autoridade obediente.

Os profetas, homens que possuíam uma autoridade conferida pelo Espírito, eram pessoas de Deus (Am 7,15), impulsionados a falar pelo seu Espírito (Am 3,8), enviados como arautos apaixonados do Deus vivente (Is 6,9; Jr 1,4-5). Eram as sentinelas do povo (Ez 3,17) para dar alarme no perigo da destruição, os verdadeiros defensores e intercessores da comunidade, decididos a tudo para salvá-la. O profeta é um homem que conhece Deus por experiência imediata, encarregado por Deus para admoestar, ameaçar, confortar e transformar a conduta e a mentalidade (Am 7,14; Jr 11,19; 18,10; Ez 3,15). É mestre e pastor de almas⁸.

Deus pede contas de seu rebanho aos “pastores de Israel” (Ez 34,1). O rei governa depois de Iahweh (1Sm 12,13-14). Cada autoridade sobre a terra é participação de sua autoridade (Jr 1,9ss). Paulo será categórico: “Não há autoridade que não venha de Deus, e as que existem foram estabelecidas por Deus” (Rm 13,1), portanto, a autoridade deve ser exercitada como um ministério⁹.

6 *Ibidem*, p. 57-58, 80-84.

7 *Ibidem*, p. 113.

8 Cf. J.M.G. GUERRERO, “Autorità”, p. 111.

9 *Ibidem*, p. 109.

1.3 A autoridade no Novo Testamento

Toda autoridade encontra a sua origem e justificação em Deus Criador. Jesus recebe do Pai uma missão, a de proclamar e realizar o Reino de Deus, e recebeu o poder de atuá-la (Mt 28,18). Tal missão e autoridade passam, depois à Igreja, a comunidade dos fiéis, que perpetua no mundo a presença e a ação do Senhor Jesus (Jo 20,23; Mt 28,18-20)¹⁰.

Jesus não anunciou a si mesmo, mas o Reino de Deus, ou seja, a revolução e a total transfiguração da realidade do ser humano e do cosmo, purificados de todo mal e cheios da presença de Deus. Jesus proclama a misericórdia de Deus, a fraternidade sem fronteiras, a solidariedade, o serviço como único critério de vida, o fim de todas as alienações e escravidões. Este Reino irrompe na vida de quem o acolhe com o dinamismo de um grão de mostarda, que se torna uma árvore frondosa (Mt 13,31-32), ou com a força silenciosa de um pouco de fermento na massa (Mt 13,33)¹¹.

Para o Evangelho, a autoridade não está no lugar de Deus, não o substitui governando segundo os próprios critérios humanos, mas é chamada a colocar os outros numa imediata relação com Deus, no Espírito de Cristo, em sintonia com quanto recorda a *Gaudim et Spes* – tarefa de tornar presente e quase visível Deus Pai e seu Filho encarnado¹².

A partir da ótica do Evangelho, pode-se afirmar que a autoridade, na esfera natural, tem sentido unicamente para fazer germinar a vida da pessoa (*augere*) e o fazer é um ato de justiça, compreendida como atenção de favorecer a cada uma o necessário para viver melhor. Sob o ponto de vista da fé, a autoridade visa reavivar a consciência da presença de Jesus nos outros e na história; a partilhar as suas alegrias e as suas exigências¹³. Portanto, o poder conferido por Jesus não é para dominar, mas sim, para servir. Jesus exercita o seu poder em plena comunhão com o Pai (Jo 4,34), em termos de obediência radical (Hb 5,8; Fl 2,8). Esta autoridade salvífica de Cristo encontra na Igreja um prolongamento.

Nas comunidades fundadas por Paulo, os líderes são investidos de uma missão de grande importância: aconselhar a comunidade, consolá-la, edificá-la (1Cor 14,3). As diversas funções de apóstolos, profetas, evangelistas e pastores, são estreitamente conjugados ao objetivo pelo qual Deus chama cada autoridade a participar da única missão de edificar o inteiro Corpo de Cristo na caridade¹⁴.

10 *Ibidem*, p. 110.

11 *Ibidem*, p. 110.

12 Cf. G.FPOLI - G. CREA, *Dall'autorità all'autorevolezza*, p. 165; GS 21.

13 Cf. J.M.G. GUERRERO, "Autorità", p. 110.

14 *Catecismo da Igreja Católica*, n. 798.

Cada vez mais os grandes líderes cristãos se dão conta que possuem uma grande responsabilidade, aquela de guiar sob as diretivas de Deus, portanto, procuram seguir as inspirações divinas, porque Deus é a fonte de cada autoridade¹⁵.

1.4 A autoridade como serviço a exemplo de Jesus Cristo

Com Jesus se inverte radicalmente o sentido da autoridade e o poder assume um significado completamente diferente daquele usual. A autoridade sofre uma autêntica *metanóia*: do poder-domínio passa ao poder-serviço (Mc 10,45). “Ele é Mestre e Senhor” (Jo 13,12-15), “está no meio deles como aquele que serve” (Lc 22,27). “O Filho do Homem não veio para ser servido, mas para servir e dar a própria vida em resgate de muitos” (Mc 10,44-45). E esta concepção do poder deverá distinguir os seus discípulos: nem dominarão como chefes absolutos, nem oprimirão com o seu poder como os grandes da terra (Mc 10,42ss). Ao contrário: esses libertarão e servirão, a exemplo do Mestre¹⁶.

Jesus enfrenta o problema do poder não compreendido como serviço – um serviço à imagem do Servo. E introduziu no mundo um novo estilo de líder – o líder servo. Ele faz a estrada inversa daquela seguida pelo ser humano. Não se eleva para dominar, mas se abaixa para servir (Jo 13,4-17; Fl 2,6-8). O comportamento de Jesus na última ceia põe um princípio de governo. O modo como Ele se manifestou ser Deus e Senhor, fazendo-se servo, constitui um ponto de partida inevitável. Portanto, a missão dos discípulos é servir até fazerem-se ‘escravos’ dos outros (Mt 20,27; Mc 10,44). Assim também Paulo concebia o seu próprio ministério, de tal modo que o termo escravo chegou a ser o termo técnico para definir os chefes das comunidades cristãs.

Para designar o poder, o NT usa sempre um vocabulário de desconcertante inferioridade: escravo, servo, servidor, serviço. Não se usará nunca os termos ‘senhor’ ou ‘chefe’. Deste modo, a autoridade na Igreja não será nunca de dominação, mas de minorias e de serviço. O ministério não é uma exaltação a si próprio, mas um serviço. Nenhuma lógica humana chegará a compreender que “os últimos serão os primeiros” (Mc 10,31) ou, “o maior seja aquele que serve” (Lc 22,24-30); e “quem quer ser o primeiro entre vós seja o servo de todos” (Mc 10,44). O próprio Cristo insiste que aqueles que querem ser os primeiros, em seu Reino, devem ser os servos dos outros (Mt 20, 20-28).

A autoridade evangélica não pode satisfazer instintos primitivos de domínio e de auto-realização. A partir do momento que Cristo, mesmo sendo de condição divina, se abaixou para servir (Fl 2,6-8), nenhuma autoridade na Igreja poderá percorrer a estrada inversa: isto é, elevar-se para dominar. Nesta ótica a autoridade é evangelicamente um serviço¹⁷.

15 Cf. G.FPOLI - G. CREA, *Dall'autorità all'autorevolezza*, p. 149.

16 Cf. J.M.G. GUERRERO, “Autorità”, p. 112-113.

17 *Lumen Gentium* (LG), n. 24.27; *Perfectae Caritatis* (PC), n. 14; *Código de Direito Canônico*, cân. 618.

Quando a Igreja canoniza alguém, um santo, um mártir, um confessor da fé, o primeiro título dado é servo de Deus. Este é o título que faz honra aos outros. Servo de Deus é o único título de nobreza de cada criatura. Tudo aquilo que não é puro serviço a Deus constitui uma decadência, seguidamente camuflada de falsa grandeza¹⁸.

A autoridade, portanto, é uma diaconia, um serviço de amor e de comunhão. Assume como estilo a *kénosis*, ou seja, o aniquilamento, e tem como modelo o bom Pastor, que dá a vida pelas suas ovelhas. A solicitude do bom pastor delinea aquela do amor do Pai para com os seus filhos: atenção, interesse, compreensão e alegria quando o próprio filho retorna à casa. Esta é a autoridade exercitada por Jesus no lavar os pés de seus discípulos e no proclamar de não ter vindo ao mundo para ser servido, mas para servir.

1.5 A autoridade religiosa

A eclesiologia de comunhão, assumida pelo Concílio, sem dúvidas, teve uma sensível influência no modo de considerar o exercício da autoridade nos Institutos de Vida Consagrada. Nos anos posteriores ao Concílio, várias teorias se confrontam sobre a natureza da autoridade religiosa, ressaltando alguns aspectos: a autoridade religiosa não tem a mesma natureza daquela hierárquica; as suas origens são essencialmente carismáticas e a sua transmissão é em relação ao dom que a família religiosa recebeu quando foi suscitada pelo Espírito¹⁹.

Na Vida Consagrada, a evolução destas últimas décadas contribuiu para fazer amadurecer a vida fraterna na comunidade. O desejo de uma comunhão mais profunda entre os membros e a compreensível reação contra estruturas sentidas como demasiadamente autoritárias e rígidas, em alguns lugares, levou a não compreender a importância do papel da autoridade. Assim, a autoridade passou a ser considerada, por alguns, como absolutamente desnecessária para a vida da comunidade; por outros, foi redimensionada à mera tarefa de coordenar as iniciativas dos membros. Um certo número de comunidades foram induzidas a viverem sem superior ou responsável e, em outras, a tomarem todas as decisões colegialmente. Tudo isso trouxe consigo o perigo, não só hipotético, do esfacelamento da vida comunitária que tende, inevitavelmente, a privilegiar os projetos individuais e, ao mesmo tempo, a obscurecer o papel da autoridade²⁰.

A lei e a autoridade são consideradas de importância vital para a vida da Igreja. Aos Institutos é reconhecida a justa autonomia de vida; disciplina própria; preservação da identidade

18 Cf. M. TENACE, *Custodi della sapienza – Il servizio dei superiori*, Lipa, Roma 2007, p. 136; G.F. POLI - G. CREA, *Dall'autorità all'autorevolezza*, p. 148.

19 Cf. S. RECHI, "Il servizio dell'autorità religiosa e la cultura contemporanea", in *Consacrazione e Servizio* 5(2006), p. 31-32; PC, n. 14.

20 Cf. CONGREGAÇÃO PARA OS INSTITUTOS DE VIDA CONSAGRADA E AS SOCIEDADES DE VIDA APOSTÓLICA (CIVCSVA), *A Vida Fraterna em Comunidade (VFC)*, (02/02 1994) n. 47-48.

do Instituto; patrimônio próprio; código fundamental ou constituições. Com a devida consideração à autonomia do Instituto, o governo e a disciplina interna dos mesmos, estão exclusivamente sujeitos ao poder da Sé Apostólica²¹.

O justo grau dessa autonomia e a determinação concreta de competências encontram-se no Direito Próprio de cada Instituto Religioso. Os superiores e os capítulos de cada Instituto têm, sobre os membros, poder definido pelo direito universal e pelas constituições. O direito universal da Igreja também afirma que o voto de obediência exige a submissão da vontade aos legítimos superiores, quando estes ordenam segundo as próprias constituições²².

Enquanto algumas comunidades religiosas possuem uma estrutura de autoridade mais hierárquica, outras caminharam para um modelo mais participativo, compreendido segundo as necessidades da missão, da cultura e necessidades dos membros. As pessoas em posições de autoridade também estão sujeitas a realizar funções administrativas. Não obstante execute essas funções, os líderes devem manter o seu olhar no grande quadro, isto é, a missão da Congregação.

1.6 O governo de um Instituto religioso

O governo de um Instituto deve ser organizado em vista da vida e missão do mesmo. As superiores²³, em todos os níveis, não exercitam sozinhas tal autoridade. Cada uma deve ser assistida por um conselho. As conselheiras colaboram com ela mediante o voto consultivo e deliberativo, em conformidade com o direito da Igreja e com as constituições do Instituto. O processo de participação na tomada de decisões é muito importante no governo. Saber envolver, decidir juntas e delegar é determinante no interior da Vida Religiosa²⁴.

O termo *colegialidade* tem um significado específico na eclesiologia. Este termo faz referência ao colégio episcopal. A doutrina da *Lumen Gentium* afirma que, como os apóstolos formavam um único corpo, unido ao redor de Pedro, assim os bispos – seus sucessores – são unidos num único corpo eclesial, tendo como chefe o bispo de Roma, sucessor de Pedro. Isso faz com que o papa e os bispos trabalhem – nas formas mais comprometidas e solenes – em maneira ‘colegial’. Usando outra linguagem, pode-se afirmar que colegialidade diz respeito à dimensão horizontal da Igreja, de comunhão e de participação, isto é, a Igreja é relação com Deus em Cristo, mas é igualmente fraternidade, comunhão dos filhos de Deus entre eles no Espírito.

.....
21 Cf. cân. 586.587.593.

22 Cf. cân. 596.601.631.

23 No presente texto usa-se o termo ‘superiora’ porque é o termo atualmente presente do Direito Próprio, no Direito Universal da Igreja e nos documentos eclesiais.

24 Cf. G.F. POLI - G. CREA, *Dall'autorità all'autorevolezza*, p. 83; cân. 627.

O capítulo geral dos Institutos religiosos que, geralmente, representa a autoridade suprema dos mesmos, por alguma analogia, pode-se afirmar que há nele uma colegialidade: os membros agem colegialmente e cada membro tem normalmente o mesmo poder de decisão. Por exemplo, o voto de quem tem autoridade no Instituto tem o mesmo peso do voto de quem não detém alguma autoridade. O mesmo se pode dizer de um capítulo provincial, nos limites de sua competência²⁵.

Na linguagem atual, nos capítulos e demais órgãos, é mais oportuno falar de *corresponsabilidade*, termo que tem um significado mais amplo e também mais compreensível. A corresponsabilidade – antes de expressar-se em concretas modalidades de atuação – é uma atitude, um modo de pensar, de colocar-se e de interagir no interior de um grupo. Portanto, não só num capítulo geral, mas também dentro da comunidade, da província, do Instituto.

Entre os níveis de governo, o capítulo geral, órgão supremo de governo colegial, representa todo o Instituto. As suas competências estão descritas no Direito Próprio, mas visa, principalmente: tutelar o patrimônio do Instituto; promover a renovação do mesmo segundo o carisma próprio; eleger a superiora, as conselheiras, a secretária e ecônoma gerais; tratar dos assuntos de maior importância; emanar normas para todo o Instituto. O capítulo geral pode ser de diversos tipos: ordinário, extraordinário, eletivo. São as constituições que determinam a sua composição e o âmbito do seu poder, pois esse não é ilimitado. A celebração do capítulo deve ser regulamentada segundo o Direito Próprio.

O capítulo provincial é o órgão colegial que representa toda a província, e o Direito Próprio é que estabelece a sua natureza, autoridade, composição, modo de proceder, o tempo da celebração do mesmo ou de assembleias semelhantes. O capítulo local é mais uma expressão da vida fraterna da comunidade do que um órgão com poder de decisão. Tem caráter consultivo, e também é regulado pelo Direito Próprio.

Nos Institutos religiosos, o Código de Direito Canônico não admite um governo ordinário colegial em nenhum nível. Isto significa que o superior deve ser pessoalmente responsável por aquilo que decide e ordena, diante de Deus, de seus superiores maiores e dos membros, pelo próprio exercício da função, em seu múnus pastoral de ensinar, santificar e governar. Contudo, pode e deve contar com os organismos de participação ou de consulta (conselhos, assembleias, consultas). Para os membros de um Instituto, a participação nesses organismos não é apenas um direito, mas também um dever. Esses organismos têm as funções regulamentadas de modo geral pelo direito universal, mas de maneira específica pelo Direito Próprio e deve por eles orientar a sua ação. A Igreja ordena que todo superior tenha o próprio conselho e se auxilie dele no exercício do cargo²⁶. As

25 Cf. M.D. CLAUDOT, *Le strutture di governo e di partecipazione delle congregazioni religiose*, Ancora, Milano 1986, p. 19,20.

26 *Ibidem*, p. 20; cân. 627.

constituições estabelecem os casos em que o parecer ou o consentimento do conselho são obrigatórios para se proceder validamente.

Quando o conselho é convocado a emitir o seu parecer, o superior não é obrigado a decidir segundo o parecer do conselho, embora seja aconselhável considerá-lo. É aconselhável que decisões referentes a pessoas contem apenas com o parecer do conselho e não com o consentimento, garantindo ao superior uma maior liberdade para agir com base no conhecimento adquirido em virtude de seu cargo. Quando a exigência é o consentimento, o conselho deve ser convocado e o consentimento deve ser obtido por maioria absoluta. Há um único caso previsto em que se admite decisão colegial, é quando se forma uma espécie de tribunal que emite voto secreto sobre a demissão ou não de um membro²⁷.

1.7 A corresponsabilidade

Um olhar retrospectivo faz perceber que a vida religiosa traz em sua história um modo de exercitar a autoridade que, comumente, não favorecia a corresponsabilidade, mesmo que se deva reconhecer a presença de estilos de governo diferentes nos vários Institutos. Pode-se afirmar que corresponsabilidade significa responsabilidade partilhada – do latim cum-responsabilitas. No passado, tal partilha era assaz limitada e a responsabilidade era monopólio da autoridade. O fato de ser habitualmente excluídos da participação nos processos decisórios, produziu atitudes e um comportamento que tendia ao infantilismo, pouco interesse e fraco sentido de pertença em relação à comunidade, à província, ao Instituto. Em alguns Institutos femininos, houve não poucas fadigas (e em alguns ambientes permanece ainda muito trabalho a ser feito) para tornar a relação entre superiora e religiosa uma relação de pessoas ‘adultas’. Nestes últimos decênios, a vida religiosa tentou - e ainda está tentando – de cumprir uma importante passagem: a passagem de uma comunidade fundada sobre a disciplina e sobre a obediência – a assim chamada ‘observância regular’ – a uma comunidade construída ao redor do valor evangélico da fraternidade, atenta às necessidades de cada pessoa e mais cuidadosa no aspecto humano.

No centro da atual cultura está a colaboração responsável e generosa, onde não há alguém que pensa e decide, mas onde cada pessoa é considerada capaz de assumir as próprias responsabilidades, oferecendo-se para um projeto que supera os ambientes puramente individuais, numa oferta consciente e corresponsável, na convicção de que a maturidade verdadeira é aceitar o processo do recíproco enriquecimento. Mesmo assim, isto não significa *acefalia*²⁸, ou seja, desaparecimento da figura da autoridade, mas assunção de um estilo e de modalidade de governo, de animação, de participação que – mesmo no respeito dos papéis

.....

27 Cf. cân. 699.

28 *As novas formas de vida consagrada preferem o uso de outros termos e não o termo superior. Pode até mudar o nome de superior para outro, mas tem que ficar claro quem no fim decide e de que modo.*

específicos – suscitam a consciência que todos podem e devem dar a sua contribuição às escolhas que dizem respeito à comunidade.

Um estilo mais fraterno, respeitoso diante de cada pessoa, também fez com que entrasse mais facilmente na vida religiosa um certo individualismo. Houve também quem aproveitou a benevolência, que deve caracterizar a vida fraterna, para dar-se espaços próprios, dos quais exclui a comunidade e se isola da mesma. Se o individualismo é deletério, também o é um excessivo centralismo. Se o individualismo leva a morrer de frio – afirmou alguém – por causa do isolamento recíproco, o centralismo leva a morrer de calor, porque é demais estreito o espaço.

A insistência sobre a responsabilidade pessoal poderia diminuir o que na vida religiosa, desde sempre, a caracteriza, isto é, o espírito de obediência. É recorrente hoje a afirmação de que o nome novo da obediência é a corresponsabilidade. Há quem observa que dentro da mentalidade precedente a obediência se exercitava na dependência, ao invés, hoje, a obediência se exercita na interdependência, ou na responsabilidade coordenada, ou na colaboração responsável²⁹.

A corresponsabilidade se serve de instrumentos próprios e de fórmulas democráticas de governo: por exemplo, conseguir chegar a uma decisão mediante uma votação que expresse a vontade da maioria, mas uma maioria que procura a vontade de Deus, acolhendo e valorizando a diversidade e, portanto, a riqueza das contribuições. Uma vez tomada uma decisão, esta não deveria encontrar a contestação de uma oposição, mas a serena obediência de todos.

Por outro lado, pode acontecer, em algumas situações, que certos valores importantes, mas árduos de praticar, ou certas escolhas mais aderentes ao Evangelho, sejam intuídos e sustentados só por uma minoria, que poderemos definir ‘profética’. Por isso, mais que recolher consensos, trata-se de saber colocar-se em escuta uns com os outros, com grande atenção, com disponibilidade e descobrir o bem maior para a comunidade ou Congregação. Entende-se, então, que o estilo ou o instrumento mais apropriado da corresponsabilidade na vida religiosa – em particular nos capítulos – é o discernimento comunitário, empenho este não fácil nem automático, porque envolve competência humana, sabedoria espiritual e desapego pessoal³⁰.

1.8 Relação entre autoridade e obediência

Em nível antropológico, a relação entre autoridade e obediência implica o conceito de liberdade, o seu espaço legítimo e os seus limites. Entre ambas, se faltam motivos de fé, a

29 Cf. P. CABRA, *Per una vita fraterna, Queriniana, Brescia 1993*, p. 135.

30 Cf. VFC, n. 50.

fraternidade se reduz a uma pobre convivência. A fé é parte essencial da consagração e sustenta toda a estrutura da vida religiosa. Hoje, muitas crises derivam do fato que em muitas pessoas consagradas já não operam motivos de fé.

A *confessio Trinitatis de Vita Consecrata* coloca no horizonte trinitário a dimensão cristológica eclesial da vida religiosa e, portanto, também da relação autoridade-obediência. A vida trinitária se torna modelo de toda comunhão eclesial e missionária a partir da obediência do Filho ao Pai, entre Cristo e os apóstolos, no esquema de uma relação complementar com um caráter de reciprocidade. Todos os documentos conciliares e pós-conciliares, em modos diferentes, ressaltam o exercício frutuosamente evangélico da autoridade-obediência, a necessária sintonia de todos os membros com a Palavra de Deus, a atitude de escuta, a comunhão de oração e diálogo intersubjetivo nas relações mútuas³¹.

Considerando que Cristo, em sua vida e sua obra, foi sempre o Amém (Ap 3,14), o sim (2Cor 1,20) perfeito ao Pai, e dizer sim significa obedecer, é impossível pensar na missão a não ser em relação à obediência. Viver a missão implica sempre ser enviado, referência esta, seja Àquele que envia, seja ao conteúdo da missão a desempenhar. Portanto, sem referência à obediência, o próprio termo 'missão' torna-se dificilmente compreensível e expõe-se ao risco de ver-se reduzido a algo referente apenas à pessoa. Sempre há o perigo de reduzir a missão a uma profissão em vista da própria realização e, portanto, a administrar mais ou menos em proveito próprio³².

Se o exercício da autoridade e da obediência encontrar o seu próprio ponto de convergência em uma visão comum, inspirada no Evangelho, conforme o designio divino, a VC poderá dizer alguma coisa ao mundo em vista de uma plena realização da pessoa e de um renovado sentido da liberdade, diante da progressiva desumanização, poluição do espírito, da vida e da cultura³³.

O documento eclesial mais recente sobre este tema – “*O Serviço da Autoridade e a Obediência*” – destaca que a autoridade e a obediência, mesmo que vividas de maneira diferente, “tem sempre uma relação peculiar com o Senhor Jesus, servo obediente”, que veio ao mundo para fazer a vontade de Deus. Autoridade e obediência não são, portanto, duas realidades diferentes, muito menos contrapostas, mas duas dimensões da mesma realidade evangélica, do mesmo mistério cristão. São dois modos complementares de participar da mesma oblação de Cristo. Ambas acham-se personificadas em Jesus: por isso, devem ser entendidas em relação direta com Ele e em configuração real com Ele³⁴.

.....
31 *Ibidem*, p. 44-45

32 Cf. CIVCSVA, *O Serviço da Autoridade e a Obediência (SAO)*, n. 23.

33 Cf. CIVCSVA, *Partir de Cristo (PdC)*, n. 13-14.45; P. MARTINELLI, *Autorità e obbedienza nella vita Consacrata e nella famiglia francescana*, p. 61-64.

34 Cf. SAO, n. 12.

A obediência aos superiores, a partir do exemplo de Cristo, em espírito de fé e de amor a Deus, quer dizer superar uma concepção estática das relações humanas, realizando o verdadeiro valor da obediência, que é a dependência filial e não servil, animada de responsabilidade e de espírito colaborativo. A autoridade num Instituto deverá expressar-se em diversos níveis: espiritual, formativo, disciplinar e administrativo, porque chamada a animar a vida comunitária e a fazer-se promotora da fraternidade no contínuo empenho de viver a consagração. Autoridade e obediência devem suscitar, em qualquer lugar, liberdade, criatividade e desejo de comunhão³⁵.

A autoridade, enquanto expressão do amor de Deus para os que se consagram a Ele, é compreendida como um serviço exercido no horizonte da caridade. Característica da autoridade, quanto da obediência, permanece o espírito de escuta, que só pode promover a verdadeira caridade e a união entre as pessoas consagradas. A relação entre autoridade-obediência tem, como meta, realizar a promoção da pessoa humana através da dimensão libertadora da obediência filial³⁶.

A procura de Deus e de sua vontade, 'constitui a fadiga de cada dia'. As mediações humanas são sempre limitadas. A busca assídua e laboriosa da vontade divina exige utilizar cada meio disponível que a ajude a conhecê-la e a sustente no dar-lhe cumprimento. Um meio privilegiado é a Palavra de Deus. Esta educa a descobrir as vias da vida e as modalidades através das quais Deus quer libertar os seus filhos e filhas; alimenta o espírito pelas coisas que agradam a Deus; transmite o sentido e o gosto pela sua vontade, tornando-os sensíveis ao Evangelho, à fé, à verdade³⁷.

Na fraternidade animada pelo Espírito Santo, de modo particular, a vida de comunidade é o sinal, para a Igreja e para a sociedade, daquele laço que provém de um mesmo chamado e da vontade comum de obedecer, para além de qualquer diversidade de raça e de origem, de língua e de cultura³⁸. Governar, então, não equivale a mandar, mas é servir em vista da salvação de todos os membros da comunidade. Esse tipo de governo não é em função da submissão, mas é uma obra de amor: amar alguém é reconhecer o seu dom, ajudá-lo a exercitá-lo e aprofundá-lo³⁹. Amar e obedecer, ao redor destas duas escolhas se desenvolve toda a relação entre Cristo e o Pai, entre nós e Ele, entre nós e os outros. Portanto, a obediência se apresenta como um exercício pleno de liberdade interior.

35 Cf. P. MARTINELLI, *Autorità e obbedienza nella vita Consacrata e nella famiglia francescana*, p. 52-57/124.

36 *Ibidem*, p. 48.

37 Cf. SAO, n. 7.

38 Cf. JOÃO PAULO II, *Vita Consacrata (VC)*, n. 92.

39 Cf. R. COZZ, "Autorità Obbediente" in *Testimoni* 1/2008, p. 1-15.

2. O exercício da autoridade na vida do bem-aventurado João Batista Scalabrini, Padre José e Madre Assunta Marchetti

2.1. O bem aventurado João Batista Scalabrini e seu empenho pela unidade

O nosso fundador, João Batista Scalabrini, foi um homem de comunhão com Deus, com a Igreja e com o próximo. Buscou estar em ‘união íntima e perfeita’ com a Igreja, que se realiza na tríplice unidade de fé, comunhão e submissão e ao mesmo tempo, nos torna membros efetivos do Corpo de Cristo⁴⁰. Pode-se afirmar que ele passou sua vida trabalhando pela unidade de todos, a fim de que “*todos sejam um*” (Jo 17,21). “Para ele, o fim último prefixado para a humanidade é a união das almas com Deus, por meio de Jesus Cristo”⁴¹.

Scalabrini reflete sobre a unidade na Igreja fazendo uma analogia com o corpo humano. Como no corpo, nem todos os membros têm a mesma atividade, assim cada membro da Igreja não exerce a mesma função, mas formam o corpo místico de Cristo. Se um membro deixar de contribuir ao bem comum, ou deixar de usufruir dessa fonte, cessa de viver. O mesmo é com a Igreja. Ela é uma família na qual todos os membros estão unidos entre si de modo semelhante. Eles partilham a vida, contribuem ao bem comum da família, segundo os dons que possuem. Todos somos “*unidos na fé, na caridade, na obediência ao Papa e à Igreja*”. E continua dizendo: “*E não é maravilhoso e comovente o fato desta imensa família de fiéis espalhados por todo o mundo, que recitam o mesmo credo, que se alegram com as mesmas esperanças, que frequentam os mesmos Sacramentos, que reconhecem o mesmo sacerdócio, que oferecem o mesmo sacrifício, que ouvem a mesma voz do Pai comum*”⁴²? Quando as pessoas se reúnem para a celebração Eucarística, estão em comunhão com todo o mundo; são todos filhos da mesma mãe, que a todos, sem distinção alguma, chama à santidade.

O fundador estava fortemente convencido de que a Igreja é sacramento de comunhão. A comunhão que se vive na Igreja, pela virtude do Espírito Santo, é o reflexo e a comunicação da caridade, com a qual, amam-se entre si as Pessoas da Trindade⁴³. Na Igreja deve haver unidade de amor, de fé, de governo, de sacramentos. Recomendava a unidade ao povo: “unidade de mente, unidade de coração, unidade de ação. Nos tempos difíceis que atravessamos, não podemos nos sustentar, senão permanecendo unidos”. Na Igreja, todos devem estar unidos: o povo com seus párocos, os párocos com seus bispos e os bispos com o Papa, para enfrentar juntos os problemas que surgem e orientar suas forças para o bem

.....
40 Cf. M. FRANCESCONI, *João Batista Scalabrini - Espiritualidade da Encarnação, Congregações Scalabrinianas, Roma 1991, p. 92.*

41 Cf. *Congregações Scalabrinianas, Scalabrini uma voz atual, Roma 1989, p. 61.*

42 *Ibidem, p.101.*

43 Cf. M. FRANCESCONI, *Espiritualidade da Encarnação, p. 103.*

comum. Também as pessoas deveriam submeter-se à autoridade paterna que os governa: submissão plena da inteligência e da vontade aos próprios pastores e, por eles e com eles, ao Pastor da Igreja que a todos guia⁴⁴. A obediência à Igreja, segundo Scalabrini, é uma condição essencial para viver a unidade com Cristo e com os irmãos.

A obediência ao Papa foi uma constante na vida do Fundador⁴⁵. A sua convicção de que o Papa é o centro de unidade na Igreja era tão forte que ele fez promessas solenes de lealdade e obediência ao Pontífice. Insistiu sobre a unidade do clero e dos fiéis e sobre a edificação da unidade na Igreja, buscando aproximar-se de todos através das visitas pastorais. Primeiro, trabalhou para unir os leigos e o pároco, estabelecendo as comissões paroquiais que deviam assistir os sacerdotes no exercício de seu ministério e outras pessoas pelo bem da unidade e evangelização. Trabalhou também para unir a Igreja e o estado para o bem das almas.

Aos seus missionários⁴⁶ aconselhava a permanecerem sempre unidos a Jesus Cristo, como os ramos à vinha. Estava convencido que a eficácia do apostolado deriva da união com Jesus Cristo e entre eles. Estes devem ser todos unidos como uma só coisa. União de pensamentos, de afetos, de aspirações, como estão unidos para um mesmo fim. Suplicava: “Rogo-vos, irmãos, em nome de Nosso Senhor Jesus Cristo, que sejam unânimes no falar e não haja entre vós separação: sede perfeitos em todo sentido e em toda sentença”. Conseguirão estar unidos com toda humildade, mansidão e com paciência, suportando-se uns aos outros na caridade, “cada um compadecendo-se dos defeitos do outro”⁴⁷. De fato, nas primeiras Regras de vida para os missionários, havia prescrito: “Cuidarão de preservar a mais perfeita união com os companheiros de Congregação tratando-se mutuamente com ânimo aberto e afeto sincero”⁴⁸.

Estava convicto de que os superiores são os primeiros responsáveis pela unidade, e para isto devem trabalhar: “*Desejo que formes como nosso programa*”, dizia a um superior provincial e ao vigário geral: “*Nunca deixarei de recomendar a união de pensamentos, dos corações em Jesus Cristo, Nosso Senhor! [...] Te recomendo [...] de fazer qualquer sacrifício para manter e cimentar a concórdia entre os irmãos*”⁴⁹.

44 Cf. CONGREGAÇÕES SCALABRINIANAS, *Scalabrini uma voz atual*, p. 111.114.

45 Cf. M. FRANCESCONI, *Espiritualidade da Encarnação*, p. 94.

46 Há dificuldades de encontrar correspondências de Scalabrini diretamente dirigidas às irmãs pioneiras da Congregação. Esse fato se explica porque “nos seus primórdios a Congregação scalabriniana feminina foi pensada por Scalabrini e padre José Marchetti como uma segunda ordem, agregada à pia sociedade de S. Carlos” (cf. L.M. SIGNOR, *Imãs Missionárias de S. Carlos Scalabrinianas / 1895-1934*, CSEM, Brasília 2005, p. 148). Portanto, a correspondência de Scalabrini era endereçada ao superior dos padres scalabrinianos em S. Paulo.

47 Cf. *Congregações Scalabrinianas*, *Scalabrini uma voz atual*, p. 444.

48 Cf. M. FRANCESCONI, *João Batista Scalabrini – Pai dos Migrantes, Sede Geral dos padres scalabrinianos*, Roma 1971, p. 72-73.

49 *Ibidem*, p. 73.

2.2 A autoridade na visão de Scalabrini

Diante dos que exerciam a função de autoridade, afirmava: “Sem dúvida, existem sofrimentos inerentes à obediência. Existem outros inerentes à autoridade”. Aos religiosos exigiu uma vida “em plena comunhão de caridade e ilimitada obediência ao Papa”, obediência aos superiores da Congregação e aos Ordinários dos lugares onde exerciam seu ministério. A maioria dos autores nos levam a concluir que, como superior da Congregação dos missionários de S. Carlos, Scalabrini valorizava aquilo que os coirmãos faziam e os motivava com palavras animadoras. Exigia prestação de contas das atividades promovidas e organizadas em cada missão, bem como da situação econômico-financeira das missões. Ainda, todas as atividades pastorais dos religiosos deviam ter a aprovação do bispo local e serem sempre realizadas em unidade com ele.

Scalabrini governou mais pelo exemplo do que pelas palavras. Compreendeu o exercício de seu ministério como serviço. No início de seu episcopado disse: “Quanto a mim, devedor de todos, a todos abraçarei com meu ministério, fazendo-me servo de todos pelo Evangelho”⁵⁰. Como bispo, governou com caridade temperada e com firme autoridade; com mão forte, mas também com bondade; estimava os sacerdotes e sentia o dever de precedê-los, primeiro com o exemplo e depois com a autoridade; era humilde e manso. Normalmente, ele ia muito devagar, antes de tomar providências extremas. Aos que delegava autoridade dizia: “é necessário ter paciência e buscar vencer com a caridade de Jesus Cristo; com a oração, com a persuasão e, por último, também com um pouco de rigor”⁵¹.

No trato com os sacerdotes problemáticos, tinha um modo paternal e assim os conquistava e dobrava a sua vontade. Dependendo do caso, era também severo e usava medidas disciplinares. Alguém disse: Ele foi um pai para todos e particularmente com o clero⁵². No trato com as pessoas, exerceu muita prudência, generosidade, sabedoria. Era um pacificador. Possuía um sentido de equidade e equilíbrio e nas relações com as pessoas mais difíceis era muito justo.

Conhecia a arte de governar. De fato, governou a sua Diocese com prudência extraordinária, conseguindo assim impedir contrastes e aplinar discórdias no meio de seu povo. Viveu situações de governo muito difíceis, mas soube conduzi-las ao bom desfecho, valorizando o bem que encontrava nas pessoas e desaprovando com franqueza aquilo que achava exagerado ou errado. De modo geral, sua retidão foi reconhecida no final de sua vida⁵³.

50 Cf. M. FRANCESCONI, *Giovanni Battista Scalabrini, Città Nuova Editrice, Roma 1985, p. 108.*

51 Cf. M. FRANCESCONI, *Giovanni Battista Scalabrini, p. 333.*

52 *Ibidem, p. 334.*

53 *Ibidem, p. 336.*

No governo da diocese, aplicou os princípios de participação e colaboração. Mesmo que, no tempo de Scalabrini, o governo de uma Diocese e das paróquias fosse centralizado na pessoa do Bispo ou do Pároco, durante seu episcopado, encontramos a ampliação da consulta sobre os responsáveis diretos pela cura das almas, isto é, dos vigários e párocos, que se tornaram sempre mais corresponsáveis com a missão, assumindo assim o indispensável papel de colaboradores. Expressou seu apoio ao capítulo da catedral, assegurando-lhe confiança e pedindo-lhe sua colaboração na mais íntima união. “O capítulo da catedral continuava sendo definido como o *“Senatus Ecclesiae”*”⁵⁴. Testemunhas afirmam que Scalabrini foi pontual em pedir o parecer do capítulo quando a lei, o costume ou também a conveniência o exigiam; mas também, foi firme em não considerá-lo como poder vinculador.

Em seu ministério também pedia a colaboração de todos. Tinha colaboradores no governo da Diocese e a eles demonstrou grande estima e afeto e, sistematicamente, aproveitava de seus conselhos. Circundou-se de pessoas eminentes, por sua virtude e ciência, pedindo-lhes conselhos nos casos mais delicados e importantes, não só a seu vigário geral, mas também, aos sacerdotes. Ensinou que, nem todas as pessoas são idôneas para exercer a função de autoridade. Quando nomeava alguém para a função, procurava sempre colocar o indivíduo mais idôneo no lugar certo.

No que se refere à autoridade religiosa, os escritos, exemplos e conselhos dados aos seus missionários nos dão uma intuição clara de como Scalabrini viveu a comunhão e o modo de governar. O Fundador convidou a todos os superiores de sua Congregação “a assumirem com coragem, com fé e com espírito de serviço sua responsabilidade, não buscando nenhuma outra coisa senão aquela em vista da maior glória de Deus, o maior bem das almas e da Congregação”⁵⁵. Para ele, o superior é o líder espiritual. Com insistência, recordava aos superiores “o dever de vigiar a exata observância das constituições e da vida comum, de transmitir fielmente e fazer executar as ordens do superior geral, de conferir com os coirmãos e de entrar em acordo para a uniformidade de ação”⁵⁶. E além de vigiar “para que os deveres sejam executados honestamente e segundo as ordens recebidas, os superiores das casas, devem buscar cultivar e incrementar, em seus dependentes, o espírito de Nosso Senhor Jesus Cristo, espírito de humildade e de sacrifício, espírito de mansidão e de caridade”⁵⁷.

Aconselhava um superior, dizendo-lhe que deveria motivar os missionários à exata observância das Regras de Vida que levam à santidade, exortando-os à prática fiel daquilo que

54 *Ibidem*, p. 329.

55 Cf. M. FRANCESCONI, *João Batista Scalabrini – Pai dos Migrantes*, p. 69.

56 *Ibidem*, p. 69.

57 *Ibidem*, p. 69.

elas prescrevem. Ao padre Zaboglio escreveu: “coloque-se em prática as regras e, sobretudo, as que tratam das práticas da vida em comum e, em maneira absoluta, a meditação. Quero chamar sua atenção especial sobre esse gravíssimo assunto. Aconselha, vigia, exorta, e se for necessário, ordena. É coisa tão necessária, que qualquer sacrifício para obtê-la seria pouco”⁵⁸. Sua preocupação principal era guiar os religiosos à configuração com Jesus Cristo.

Os superiores devem buscar a santidade. “Sede santos e tudo florescerá em vossas mãos”⁵⁹. Animava-os dizendo: “Governar é difícil e a cruz do comando é pesada. Mas o Senhor me assiste e me conforta. Coragem, calma e fé em Deus. Quem é superior deve ser forte, quando o dever o exige”⁶⁰. O superior deve amar seus coirmãos “como o pai ama os filhos, exortando-os, corrigindo-os e fazendo com que se mantenham no espírito da própria vocação”⁶¹. “Prudência e fortaleza, eis o que faz um bom governo: eis o que imploro de Deus para ti, cada dia”⁶².

Acreditava firmemente que Deus, ao conceder um ministério a uma pessoa, também lhe concede a graça necessária para a realização deste serviço. “Os que são destinados a governar, executem sua função com firmeza e modéstia. A graça os acompanha no exercício do ministério a eles confiado”⁶³.

2.3 A unidade e a autoridade na vida de padre José Marchetti

Obediente ao chamado de Deus, padre José Marchetti viveu sua vocação em total dedicação a Deus e ao próximo. Exerceu seu ministério com muito zelo apostólico e consagrou-se totalmente ao bem das almas. Foi fiel ao carisma scalabriniano, a Jesus Cristo e ao migrante, demonstrando sempre coragem e perseverança.

Este sacerdote, que abraçou a causa de Scalabrini, tornando-se um de seus primeiros missionários, viveu o conselho de seu Bispo e superior até as últimas conseqüências. Isto significou também aceitar e assumir o programa de união que Scalabrini propôs aos seus missionários, que significa: “unidade de pensamentos e corações em Jesus Cristo, nosso Senhor”.

Padre José Marchetti expressou ser um homem de Deus, buscando estar intimamente unido a Jesus Cristo através da oração, da contemplação e entregando-se ao serviço do próximo.

.....
58 Cf. *Congregações Scalabrinianas, Scalabrini uma voz atual*, p. 447.

59 Cf. M. FRANCESCONI, *João Batista Scalabrini – Pai dos Migrantes*, p. 56.

60 *Ibidem*, p. 70.

61 Cf. *Congregações Scalabrinianas, Scalabrini uma voz atual*, p. 449.

62 *Ibidem*, p. 453.

63 Cf. M. FRANCESCONI, *João Batista Scalabrini – Pai dos Migrantes*, p. 70.

Sua íntima comunhão com o Senhor lhe deu a força necessária para entregar sua vida, a fim de que outros tivessem vida. Foi considerado o mártir da caridade. O preceito da caridade, “sereis meus discípulos se vos amardes uns aos outros” (Jo 13,35), padre Marchetti o assumiu profundamente na vivência do carisma scalabriniano, na autodoação e amor ao próximo. Sua extrema caridade, a Deus e ao próximo, o levou a acrescentar um quarto voto aos seus votos religiosos, isto é: “ser sempre vítima do próximo por amor a Deus [...] consagrando a Deus e ao próximo todo o amor do coração, toda a energia do intelecto, toda a força física e moral de seu corpo”⁶⁴. A caridade não tem limites, transborda em seu coração e o move a entregar sua vida em favor dos irmãos migrantes mais necessitados.

O mártir da caridade, inspirado no amor de Deus, consciente de ser filho da Igreja, irmão de todos, em comunhão com o Senhor e com os irmãos e irmãs, sentiu fortemente o dever de assistir às pessoas necessitadas. Suas cartas e a breve bibliografia sobre sua vida, testemunham que, em pouco mais de quatro anos de ministério sacerdotal, ele consumou sua vida na total dedicação ao próximo, por amor a Jesus, identificado com os *anawim*: “Era forasteiro e me acolheste em tua casa” (Mt 25,35). Viveu o seu sacerdócio como ministro e servo dos mais pobres entre os irmãos migrantes e de seus filhos órfãos e abandonados. Frequentemente arriscou sua vida a fim de ganhar todos para Cristo (1Cor 9,22).

Analisando os fatos de sua vida, podemos deduzir que a meta de padre José Marchetti foi a de estar sempre unido a Jesus Cristo, como os ramos à vinha, e também estava unido aos seus superiores e coirmãos; portanto, esta é uma das razões pela qual sua vida produziu frutos abundantes para o Reino e entre os migrantes.

Da correspondência frequente de padre Marchetti com o bem-aventurado Scalabrini, podemos concluir que Marchetti estava em comunhão com seu superior e desejava muito ouvi-lo. A maioria das cartas que escreveu ao Fundador são para informá-lo ou para comunicar-lhe sobre suas atividades, onde se encontrava, os trabalhos e situação que vivia; e para pedir-lhe conselhos e ‘instruções práticas’ referentes aos seus empreendimentos. Lemos em sua carta, de 31 de janeiro de 1895: “Digo-lhe, pois, que o ambiente em que devo desempenhar a minha ação é difícilimo”. Numa outra carta, escrita pouco tempo depois, em 10 de março, Marchetti expressa: “Como fico aflito, meu venerado Bispo, por não receber nenhuma carta sua! Chega, virá, eu já não sei mais o que fazer”⁶⁵. E em carta de 29 de março de 1895, escrevendo sobre o orfanato, afirma: “Eu gostaria imensamente de saber aquilo que passa em sua mente e em seu coração a respeito da instituição”⁶⁶.

Padre José Marchetti também almejava a unidade entre os sacerdotes. Sabia que a vida comunitária é dimensão essencial da vida religiosa e manifestou seu profundo desejo de

64 Cf. Z. ORNAGHI, *Pe. José Marchetti – O Mártir da Caridade, Caxias do Sul 1996*, p. 53.

65 Cf. L. BONDI, *Alguns escritos inéditos para evocar e aprofundar a figura de Pe. José Marchetti, Roma 1995*, p.17.

66 *Ibidem*, p. 21.

vivê-la. Diante da realidade de que os primeiros missionários estavam muito dispersos e realizando seu ministério em diferentes partes do Brasil, quando soube que um sacerdote chegaria para reforçar a presença dos missionários naquele país, escreveu ao seu superior, dizendo: “Não envie o padre para cá ou para lá, perdido numa colônia. Reúna-nos todos juntos, formaremos um corpo moral, de onde emergirá força moral e física”. Estava convicto de que unidos seriam fortes de espírito, não se dispersariam. O jovem sacerdote acreditou firmemente que, unidos, os missionários poderiam ser mais eficientes em sua missão. Ele continua com candor e humildade: “pelo amor de Deus, pelo bem e pela prosperidade da nossa Congregação, envie todos os padres que estão prontos aqui para São Paulo, não escute outras considerações. O benefício das almas dos missionários e dos colonos, o bem da Congregação exigem que se caminhe unidos e não dispersos. É preciso proceder como um corpo compacto e hierarquicamente organizados. Quando formos uma corporação, bastará uma palavra, uma carta para fazer respeitar nossos colonos e os interesses deles”⁶⁷.

A capacidade de estar em solidariedade com aqueles que sofrem e a compaixão são adquiridas através da oração perseverante, como dom de Deus que nos capacita não só para perseverar na comunhão com os mais frágeis, mas com todos. A fé, esperança e caridade inabaláveis levaram o padre Marchetti a uma intensa vida religiosa apostólica que, vivendo apenas 22 meses no Brasil, deu vida e fez surgir extraordinários empreendimentos.

Padre Marchetti também se circundou de colaboradores que o ajudaram na realização das atividades apostólicas, sem os quais teria sido impossível conseguir fazer tanto, num limitado período de tempo, como foi o de sua presença no Brasil. Na carta de 10 de março de 1895, ele escreveu a Scalabrini: “e o trabalho não faltará porque em todas as colônias eu instituirei um cooperador da obra que será encarregado das expedições dos trabalhos das colônias. Desse modo se conservarão mais vivas e estreitas as relações entre os colonos e os missionários”⁶⁸. Buscou a colaboração de religiosos e leigos, igualmente, delegando-lhes responsabilidades também durante suas viagens às fazendas.

2.4 Unidade e autoridade na vida de madre Assunta Marchetti

Madre Assunta buscou viver em constante comunhão com o Senhor e com os membros de sua família religiosa. Sua caridade foi alimentada pela recepção frequente da Eucaristia, pelas noites de adoração a Jesus Eucarístico e por uma vida de oração intensa. Viviu intimamente unida ao Senhor e esta união fluiu em amor, o qual lhe deu a energia para dedicar-se totalmente, sem discriminação alguma, aos irmãos e irmãs, tratando-os todos com gentileza, ternura e bondade sem reservas. Manifestava o amor a Deus através do amor ao próximo. Serviu aos pobres como se estivesse servindo à própria pessoa de Jesus Cristo. Em outras palavras, madre

67 *Ibidem*, p. 45-46.

68 *Ibidem*, p. 19.

Assunta foi a serva de todos. Hauriu energias para realizar este profícuo apostolado na oração constante, na intimidade com o Senhor e na meditação da Palavra de Deus.

Esta comunhão profunda, madre Assunta a viveu especialmente na sua família religiosa. Exortou as suas conselheiras: “sem sacrifício não se pode fazer o bem ao próximo, e nada se pode realizar, se entre nós não reinar a caridade; mas esperamos que esta jamais venha faltar entre nós. Com união e caridade: tudo se suporta, e todas as cruzes pesam menos”⁶⁹. Acreditou que é necessário harmonizar sinceridade com caridade, porque a caridade e unidade não podem existir sem amor pela verdade. Afirmou: “quando não existe sinceridade é uma verdadeira miséria”.

Quando visitava as famílias que a convidavam, participava de suas alegrias e sofrimentos, e se preocupava por seu bem-estar espiritual. Fez da caridade e da harmonia a base sobre a qual aconteceria o trabalho difícil, mas esperançoso, da consolidação da Congregação. Em 1927, escreveu: “Por enquanto aprendamos do passado, pois uma união sincera e cordial se faz necessária se queremos que tudo proceda bem”. E continuou exortando às irmãs a trabalharem pela unidade do Instituto a fim de formar um único corpo. “Agora se trata de nos unirmos todas num doce vínculo de caridade e – esquecendo o triste passado – retomar o caminho, ou melhor, recomeçar uma vida nova”⁷⁰.

Seu amor e autodoação tinham dimensões universais. Passou sua vida fazendo o bem a todos. Buscou preservar a paz, a tranquilidade e a moderação em cada ocasião. Evitava disputas, sendo sempre gentil e bondosa no tratamento com os outros.

Madre Assunta, “era alheia a toda forma de ostentação, protagonismo, afirmação de si, ou autodefesa. Amou e procurou, de modo constante, o anonimato, o esquecimento, o último lugar. Governou serenamente, mesmo sentindo-se indigna de exercer o seu ofício. O exercício da autoridade foi para ela um puro serviço e um convite a servir”⁷¹. Fez tudo pela glória de Deus e da Congregação. Servir foi o seu lema. Colocava-se a serviço de todos: irmãs, órfãos, pobres e doentes. Para ela, ‘governar é servir’. Ocupou o primeiro lugar, permanecendo a última entre suas irmãs e sendo a serva de todas. Seu exemplo de serviço foi extraordinário, porque sempre serviu realizando todo o tipo de trabalho e com total dedicação. Era admirada pela prontidão em tudo, sempre a primeira nas atividades comunitárias⁷².

Possuía qualidades de liderança que lhe permitiram sustentar a Congregação e desenvolver seu apostolado, não obstante as crises pelas quais passou a Congregação. Estas qualidades

69 Cf. M. FRANCESCONI, *Madre Assunta*, São Paulo 1974, p. 51.

70 *Ibidem*, p. 48.50-51.

71 Cf. L. BONDI, *Virtudes da Serva de Deus Madre Assunta Marchetti*, Loyola, São Paulo 2004, p. 238.

72 *Ibidem*, p. 41-42.

foram: fé, esperança, amor, coragem e prudência. Também era dotada de grande capacidade administrativa, visão ampla, calma e disciplina moderada. Em sua ação, quando necessário, buscava o conselho de peritos. Era consciente de suas limitações, mas confiava no Senhor, entregando-se incondicionalmente à sua vontade.

Uma de suas virtudes principais foi o profundo amor dedicado às irmãs. Tratava a todas com afabilidade, humildade, amor e compreensão, confortando-as com palavras de sabedoria. Assumiu com responsabilidade a plena defesa do carisma scalabriniano e buscou torná-lo mais dinâmico. Neste período, abriram-se casas religiosas no interior dos estados de São Paulo e no Rio Grande do Sul. Visitou as irmãs em suas missões, animando-as e encorajando-as na vivência da vida religiosa e apostólica⁷³.

Mesmo exercendo a função de autoridade na Congregação, ela assume que “o superior deve ser o primeiro a obedecer”⁷⁴. Dizia também: “caso aconteça alguma coisa, nós não fazemos nada mais que obedecer”⁷⁵. Foi dócil e sempre manifestou a necessidade da obediência e da submissão às autoridades eclesásticas. Ela mesma se subscrevia: a humilde serva. Quando, em 1910, foi pedido que as irmãs fizessem novamente o Noviciado, ela, a superiora geral, submeteu-se docilmente, edificando as companheiras e tomando-se a mais humilde e obediente das noviças. Tinha a firme convicção de que a Congregação estava a serviço da Igreja⁷⁶.

Insistia com as irmãs sobre a fidelidade à observância das Constituições (Regras). Com uma linguagem que é própria de seu tempo, assim se expressava: “O que nossos superiores nos pedem, com doçura sim, mas com toda energia, é a observância integral e fiel da Santa Regra e a dependência absoluta e incondicional de sua autoridade”⁷⁷.

Madre Assunta demonstrou com a vida que acreditava, sem reservas, na palavra do Apóstolo Paulo: “Não há autoridade que não venha de Deus, e as que existem foram estabelecidas por Deus” (Rm 13,1). A atitude obediente foi constante em relação às autoridades constituídas, levando-nos a acreditar que a obediência foi, para ela, uma das coordenadas principais de sua profunda e convicta espiritualidade. Embora dotada de um temperamento enérgico e determinado, soube obedecer sempre. Muitos testemunhos confirmam que madre Assunta vivia totalmente abandonada em Deus e possuída por Ele, a ponto de reconhecê-lo sempre na mediação que lhe pedia obediência. Por isso, conservou sempre uma paz imperturbável⁷⁸.

73 Cf. MSCS, *O Perfil Espiritual de Madre Assunta Marchetti*, São Paulo 1996, p. 10.

74 Cf. M. FRANCESCONI, *Madre Assunta*, p. 52.

75 Cf. MSCS, *O Perfil Espiritual de Madre Assunta Marchetti*, p. 37.

76 Cf. L. BONDI, *Virtudes da Serva de Deus Madre Assunta Marchetti*, p. 26-29.

77 Cf. MSCS, *O Perfil Espiritual de Madre Assunta Marchetti*, p. 36.

78 Cf. L. BONDI, *Virtudes da Serva de Deus Madre Assunta Marchetti*, p. 227-229.

Em seu governo, madre Assunta buscou com assiduidade o crescimento espiritual e humano das irmãs e ofereceu-lhes a possibilidade para o desenvolvimento formativo. Não obstante seu intenso horário de trabalho, diariamente, encontrava tempo para escrever às superiores das comunidades, aconselhando-as com transparente lucidez, firmeza e caridade⁷⁹. Confiava na Divina Providência e animava as irmãs dizendo: “tenham coragem e confiança no bom Deus. Coloquemo-nos nas mãos de Deus e façamos sua Vontade. Ele cuidará de nós”⁸⁰.

No cumprimento de sua função, madre Assunta contou com a cooperação de suas irmãs e particularmente das superiores das comunidades. Esta colaboração era importante para um bom governo e para a unidade essencial para a consolidação do Instituto. Confessou que só aceitou ser superiora geral porque possuía a segurança da boa vontade e cooperação de suas irmãs e, sobretudo, da orientação imediata do representante da Santa Sé. Disse-lhes: “Nesta minha aceitação sorri-me uma grande esperança”. Contava com a cooperação leal, pronta e generosa de todas as coirmãs, sobretudo, das superiores das comunidades⁸¹.

3. A autoridade a serviço da vida e missão

3.1 O serviço da autoridade e a cultura contemporânea

Atualmente, traços culturais, sociológicos e políticos, bem como perspectivas antropológicas, filosóficas e teológicas, cultivadas em diversos contextos, se entrelaçam no debate sobre a função da autoridade⁸². Esse debate se faz presente também no interno da Congregação e, em diversas ocasiões, percebe-se a necessidade de aprofundar a reflexão sobre este tema, sobretudo, no que se refere à composição e estrutura de governo nos vários níveis.

Uma leitura histórica antes e depois do Concílio Vaticano II, mostra que o mesmo constituiu-se como um divisor de águas, ao possibilitar à Igreja católica uma melhor correspondência às realidades sociais, econômicas, políticas e culturais contemporâneas. Na América Latina, acrescenta-se a influência das Conferências de Medellín e Puebla, com a corajosa opção pelos pobres que também trouxe mudanças no interior da Vida Consagrada. Esses fatores e outros provocaram uma verdadeira refundação da Vida Consagrada, transformando-lhe a estrutura institucional. Os principais campos afetados foram: exercício da autoridade, relações intracomunitárias, processo formativo, aumento de vocações em meios populares, novos tipos de residência, novo tipo de teologia, ressignificação dos votos.

No que se refere especificamente ao exercício da autoridade, houve uma reviravolta geral.

79 Cf. B. FELIPELLI, *Madre Assunta Marchetti – A Missionária de Ontem e de Hoje*, São Paulo 1987, p. 14.

80 Cf. MSCS, *O Perfil Espiritual de Madre Assunta Marchetti*, p. 18-19.

81 Cf. M. FRANCESCONI, *Madre Assunta*, p. 48.

82 Cf. G.F. POLI - G. CREA, *Dall'autorità all'autorevolezza*, p. 169.

No passado, esperava-se que o superior pensasse e decidisse, e a tarefa do religioso se reduzia a fazer o que a autoridade ordenava. A reação a essa absolutização da autoridade foi dar ênfase à liberdade, à responsabilidade pessoal, à autonomia. Do excessivo autoritarismo se passou à caricatura da autonomia que, negando a exigência da relação, nega também a fonte da felicidade e da vida. A ênfase à liberdade e autonomia pessoal levou a um outro extremo: o relativismo da fidelidade a um empenho, o sincretismo de valores que compõem uma espécie de menu pessoal para viver bem, a assunção de valores ligados ao individualismo, a procura a todo custo de não sofrer, não sacrificar nada⁸³.

No contexto da Vida Religiosa atual, o inimigo da autoridade não é a desobediência, mas o individualismo: atitude de quem faz referência só a si mesmo e cria uma situação de vida na qual cada um pode bastar-se a si mesmo. Em nível comunitário, a falta de uma tensão positiva no caminho de fé e de amor, faz com que cada lamentação seja justificável e cada dom do céu seja insuficiente: o sentido de vazio e de insípido se reflete na perda de gosto pela oração, na desatenção ao crescimento espiritual, na indiferença à história, na concentração sobre os próprios direitos. Infelizmente, por uma notável patologia espiritual do tempo moderno, em nome da modernidade e da razão, seguidamente mudamos o significado dos valores que não conseguimos viver⁸⁴. A secularização ameaça destruir a essência da Vida Consagrada e a sua expressão externa, bem como, de tornar irrelevante a fé numa sociedade que se distancia sempre mais dos princípios cristãos.

Indubitavelmente, uma visão cultural mais democrática, dialógica e respeitosa dos direitos da pessoa ajudou a vida religiosa a purificar muitas atitudes do passado e a viver com maior equilíbrio a relação autoridade-obediência. Isso não significa o desaparecimento da figura da autoridade, mas assumir estilos e modalidades de governo, de animação, de participação que, mesmo no respeito dos papéis específicos, suscitam a consciência que todos podem e devem dar uma contribuição às escolhas que dizem respeito à comunidade. Tal visão colocou em luz o conceito de corresponsabilidade de todos os membros e se traduziu, concretamente, na criação de estruturas de participação que permitem a colaboração ativa, a valorização dos carismas pessoais, os talentos, as competências, o juízo dos membros⁸⁵.

O serviço da autoridade se coloca como uma mediação indispensável, que vai além de uma visão que limita a função de boa organização de programas e de gestão de obras. O justo reconhecimento da autoridade não se opõe ao princípio de corresponsabilidade, segundo o qual todos os membros são igualmente chamados à animação espiritual da própria família,

.....

83 Cf. S. RECHI, *“Il servizio dell’ autorità religiosa e la cultura contemporanea”*, in *Consacrazione e Servizio* 5(2006), p. 30-36; M. TENACE, *Custodi della sapienza*, p. 13.

84 Cf. M. TENACE, *Custodi della sapienza*, p. 75-77; 107; 114; S. RECHI, *“Il servizio dell’ autorità religiosa e la cultura contemporanea”*, p. 31.

85 Cf. S. RECHI, *“Il servizio dell’ autorità religiosa e la cultura contemporanea”*, p. 31.

porque todos receberam o Espírito. Em seu exercício, a autoridade tem a missão de animar, despertar as energias a partir de dentro, favorecer um dinamismo comunitário para dar corpo ao projeto comum. O serviço da autoridade será eficaz quando for capaz de envolver os membros nas decisões importantes, a fim de que todos participem no discernimento do plano de Deus para a comunidade⁸⁶.

A autoridade é tal quando permite a irradiação do carisma, graças à vida dos membros, e faz frutificar os talentos pessoais em vista da missão. Torna-se um serviço precioso quando não banaliza a obediência, abaixando-a a formas de submissão militar, de docilidade infantil ou, pior, de irresponsabilidade pessoal. Enriquece as pessoas quando não concentra, não absorve e nem intervém em tudo. A verdadeira obediência não impede a responsabilidade e as escolhas. Não obstaculiza, mas favorece o crescimento humano e a liberdade das pessoas. Só a livre escolha torna autênticos e verdadeiros o crescimento, as convicções e o testemunho. Toda forma de coerção pode obrigar a mudar os comportamentos, mas não modela o coração das pessoas⁸⁷.

A autoridade religiosa deve estimular as pessoas e a comunidade a crescerem na maturidade evangélica. A falta de formação humana e de educação à fé, de uma visão autêntica da vida religiosa, de pessoas maduras para serem responsáveis de comunidades e que acompanham a vida espiritual; todas estas 'pobrezas', tornam difícil delinear hoje uma fisionomia possível de governo na vida religiosa⁸⁸.

3.2 Prioridades no serviço da autoridade⁸⁹

A partir dos anos 90, importantes documentos eclesiais trataram do tema da autoridade na VC. Tais documentos evidenciam aspectos que caracterizam a função da autoridade. O mais recente documento: "*O serviço da autoridade e a obediência*", de alguma forma, ressalta o que se poderia definir a função espiritual-pastoral da autoridade. Esta, de fato, é chamada a assegurar, junto à oração e a todos os outros espaços necessários à vida espiritual, também tudo o que constrói a vida fraterna em comunidade. Em particular, deveria saber encorajar as pessoas nos momentos difíceis, manter vivo o amor à Igreja e ao Carisma, garantir a formação permanente, escutar e dialogar com a máxima disponibilidade.

O referido documento e outros apontam algumas prioridades para quem exerce o serviço da autoridade na VC:

.....

86 *Ibidem*, p. 31-34.

87 *Ibidem*, p. 33-34

88 *Ibidem*, p. 33-34; M. TENACE, *Custodi della sapienza*, p. 14-15.

89 *As prioridades que serão elencadas a seguir foram extraídas do Documento: O serviço da autoridade e a Obediência*, n. 13.

a) *Na vida consagrada, a autoridade é, antes de tudo, uma autoridade espiritual.* Na história, os primeiros superiores foram os padres espirituais, aqueles que geravam a vida cristã⁹⁰. A autoridade está a serviço do progresso espiritual da pessoa e da edificação da vida fraterna na comunidade, favorecendo e sustentando nos religiosos a total dedicação ao 'serviço de Deus'. A primeira tarefa do superior é a animação espiritual, comunitária e apostólica de sua comunidade⁹¹.

Uma autoridade é 'espiritual' quando se põe a serviço do que o Espírito quer realizar, através dos dons que Ele distribui a cada membro da comunidade, dentro do projeto carismático do Instituto⁹². O serviço de autoridade exige uma presença constante, capaz de animar e de propor, de recordar as razões de ser da vida consagrada, de ajudar as pessoas a corresponderem com uma fidelidade sempre renovada ao chamamento do Espírito. Todo este movimento de colaboração e de sintonia comum deve convergir para as decisões que precisam ser tomadas, em vista dos objetivos que a comunidade se propõe⁹³.

b) *A autoridade é chamada a garantir à sua comunidade o tempo e a qualidade da oração,* atenta pela fidelidade cotidiana da mesma, com a consciência de que a Deus se vai com pequenos e constantes passos diários e que só se poderá ser útil aos demais na medida em que estiver unida a Deus. Além disso, é chamada a vigiar para que, a partir dela mesma, não se arrefeça o contato diário com a Palavra que "tem poder para edificar" (At 20,32) cada uma das pessoas e a comunidade, e para indicar os caminhos da missão. Lembrando-se do mandato do Senhor, "fazei isto em memória de mim" (Lc 22,19), procurará que o mistério do Corpo e do Sangue de Cristo seja celebrado e venerado como 'fonte e cume' da comunhão com Deus e entre as irmãs⁹⁴.

c) *A autoridade é chamada a promover a dignidade da pessoa,* prestando atenção a cada membro da comunidade e ao seu caminho de crescimento, fazendo dom a cada uma da própria estima e da própria consideração positiva, nutrindo um sincero afeto por todas e guardando com discrição as confidências recebidas. A autoridade deve respeitar a pessoa, ajudá-la a crescer em maturidade e responsabilidade, privilegiando a atitude responsável de todas, mesmo que vá ao encontro de riscos. É sua tarefa animar a pessoa a decidir e a agir, sem sufocar e neutralizar a iniciativa e a criatividade⁹⁵.

Uma concepção antropológica renovada evidenciou, nestes últimos anos, a importância

.....
90 Cf. M. TENACE, *Custodi della sapienza*, p. 139,

91 Cf. cân. 618.619; *Mutuae Relationes (MR)*, n. 13; *VFC*, n. 49.51^a

92 Cf. *SAO*, n. 13.

93 Cf. G.F. POLI - G. CREA, *Dall'autorità all'autorevolezza*, p. 360; *VC*, n. 70.

94 Cf. *SAO*, n. 13.

95 Cf. M.G. GUERRERO, "Autorità", p. 116; *SAO*, n. 13.

da dimensão relacional do ser humano. Tal concepção encontra uma ampla confirmação na imagem de pessoa humana que emerge das Escrituras e, sem dúvida, tem influenciado igualmente no modo de conceber a relação dentro da comunidade religiosa, fazendo-a mais atenta ao valor da abertura ao outro e à fecundidade da relação com a diversidade, bem como o enriquecimento que daí deriva para todos e cada um⁹⁶.

Esta antropologia relacional exerceu também influência sobre a *espiritualidade de comunhão* e contribuiu para a renovação do conceito de *missão*, entendida como compromisso compartilhado com todos os membros do povo de Deus, num espírito de colaboração e corresponsabilidade. A santidade e a missão passam pela comunidade. É sempre uma experiência comunitária: na acolhida recíproca; na partilha dos dons, na busca comum da vontade do Senhor; na disponibilidade em fazer-se cada uma responsável pelo caminho da outra⁹⁷.

No hodierno clima cultural, a santidade comunitária é testemunho convincente, talvez mais que a individual: ela manifesta o perene valor da unidade, dom a nós deixado pelo Senhor Jesus. Isso se faz visível especialmente nas comunidades internacionais e interculturais, as quais requerem altos níveis de acolhida e diálogo e são, ao mesmo tempo, testemunhos da universalidade da mensagem cristã, espaço de reconhecimento recíproco, onde é possível contemplar a diversidade como dom de Deus⁹⁸.

d) *A autoridade é chamada a infundir coragem e esperança nas dificuldades.* Como Paulo e Barnabé encorajavam seus discípulos ao ensinar-lhes que “é necessário passar por muitos sofrimentos para entrar no Reino de Deus” (At 14,22), assim a autoridade deve ajudar a acolher as dificuldades do momento presente, recordando que elas fazem parte dos sofrimentos que conduz ao Reino, infundindo coragem e esperança nos momentos difíceis e indicando novos horizontes para a missão⁹⁹.

Assim como o bom pastor que dedica a vida pelas ovelhas e, também, não volta atrás nos momentos críticos, a autoridade participa das preocupações e das dificuldades das pessoas confiadas a seus cuidados. E, como o bom samaritano, estará pronta para curar as eventuais feridas. Reconhece humildemente os próprios limites e a necessidade que tem do auxílio de outros, sabendo entesourar até mesmo a experiência dos próprios insucessos e das próprias derrotas¹⁰⁰.

e) *A autoridade é chamada a manter vivo o carisma da própria família religiosa.* O exercício da autoridade comporta pôr-se a serviço do carisma próprio do Instituto, guardando-o com

.....

96 Cf. SAO, n. 19.

97 *Ibidem*, n. 19.

98 Cf. PdC, n. 29; VC, n. 54; SAO, n. 19.

99 Cf. G.F. POLI - G. CREA, *Dall'autorità all'autorevolezza*, p. 377; SAO, n. 13.20; VFC, n. 50.

100 Cf. SAO, n. 13.

cuidado e tornando-o atual na comunidade local, na província ou no Instituto inteiro, de acordo com os projetos ou as orientações oferecidas, em particular, pelos capítulos gerais (ou reuniões análogas). Isso exige um conhecimento adequado do carisma do Instituto, assumindo-o, antes de tudo, na própria experiência pessoal para interpretá-lo, depois, em função da vida fraterna comunitária e de sua inserção no contexto eclesial e social¹⁰¹.

Aprofunda compreensão do carisma leva a uma clara visão da própria identidade. O documento *Mutuae Relationes* afirma que os superiores “têm um grave dever, com efeito a responsabilidade primordial, de assegurar a fidelidade dos membros ao carisma do Fundador”¹⁰². Há necessidade de uma fidelidade criativa ao carisma fundacional e a subsequente herança espiritual do Instituto, como resposta aos sinais dos tempos que emergem do mundo de hoje¹⁰³.

“A referência ao próprio fundador e ao carisma por ele vivido e comunicado e, depois, conservado, aprofundando e desenvolvido ao longo de toda a vida do Instituto, aparece como um componente fundamental para a unidade da comunidade. Viver em comunidade, na verdade, é viver todos juntos a vontade de Deus, segundo a orientação do dom carismático que o fundador recebeu de Deus e que transmitiu a seus discípulos e continuadores”¹⁰⁴. A unificação e coesão do corpo institucional é convergência de possibilidades, integração de carismas pessoais e crescimento no sentido de pertença. Esta tarefa exige formas de governo e estruturas de autoridade que estejam em harmonia com o carisma congregacional e capacita a comunidade para realizar a sua missão.

f) *A autoridade é chamada a manter vivo o ‘sentire cum Ecclesia’.* Compromisso da autoridade é, também, o de ajudar a manter vivo o sentido da fé e da comunhão eclesial, favorecer um clima positivo de participação, capaz de impulsionar a comunidade rumo a novos horizontes da missão na Igreja e no mundo. O *sentire cum Ecclesia*, que brilha nos fundadores e fundadoras dos Institutos, implica uma autêntica espiritualidade de comunhão, isto é, uma relação efetiva e afetiva com os Pastores e com o Papa. O compromisso do seguimento do Senhor não pode ser empreendimento de navegadores solitários, mas se realiza na comum barca de Pedro, que resiste às tempestades. A autoridade deverá recordar que a nossa obediência é um crer com a Igreja, um pensar e falar com a Igreja, um servir com ela¹⁰⁵.

g) *A autoridade é chamada a acompanhar o caminho de formação permanente.* Uma tarefa a ser considerada sempre mais importante é a de acompanhar, ao longo do caminho da vida,

.....
101 *Ibidem*, n. 13.

102 Cf. MR, n. 14.

103 Cf. M. TENACE, *Custodi della sapienza*, p. 155-156.

104 VFC, n. 45.

105 Cf. SAO, n. 13.

as pessoas a ela confiadas. Esta atribuição se cumpre não apenas mediante a ajuda, para resolver eventuais problemas ou superar possíveis crises, mas também prestando atenção ao crescimento normal de cada pessoa, em cada uma das fases da existência, a fim de garantir aquela “juventude do espírito que permanece no tempo” e que torna a pessoa consagrada sempre mais conforme ao “mesmo sentimento de Cristo Jesus” (Fl 2,5).

Será responsabilidade da autoridade, portanto, manter um alto nível de disponibilidade formativa em cada membro, de capacidade de aprender com a vida, sobretudo da liberdade de deixar-se formar pelo outro e sentir-se responsável pelo caminho de crescimento de todas. É sua tarefa, também, favorecer a utilização daqueles instrumentos de crescimento comunitário transmitidos pela tradição e, hoje, sempre mais recomendados por quem possui experiência comprovada no campo da formação espiritual: partilha da Palavra, projeto pessoal e comunitário, discernimento comunitário, revisão de vida e correção fraterna¹⁰⁶.

h) *Autoridade que sabe tomar as decisões finais e lhes assegura a execução.* Em ambientes fortemente marcados pelo individualismo, fazer compreender e aceitar a função que a autoridade desempenha em proveito de todos, não é fácil. A pessoa que exerce autoridade, pelo diálogo, há de saber associar as irmãs ao processo decisório. Todavia, convém recordar que cabe à autoridade a última palavra e depois fazer respeitar as decisões tomadas. E será uma palavra maturada num diálogo de comunhão fraterna, em uma atmosfera de reflexão orante, “segundo ciência e consciência”. A autoridade não pode abdicar de sua missão de primeira responsável da comunidade, qual guia das irmãs no caminho espiritual e apostólico¹⁰⁷.

O cotidiano caminho da vida fraterna em comunidade requer uma participação que consente o exercício do diálogo e do discernimento. Onde o discernimento é praticado com fé e seriedade, pode oferecer à autoridade as melhores condições para tomar as necessárias decisões, tendo em vista o bem da vida fraterna e da missão. Uma vez tomada uma decisão, de acordo com as modalidades fixadas pelo Direito Próprio, exige-se constância e firmeza por parte do superior, para que a decisão não fique só no papel¹⁰⁸.

É função da autoridade saber manter um precioso equilíbrio entre indivíduo e comunidade, entre comunidade e missão, entre vida *ad intra* e vida *ad extra*. Junto à misericórdia e o perdão para com a irmã que pode ter errado, não deveria nunca faltar também o sentido da justiça quando o erro machuca o outro. Toda autoridade deveria estar consciente de que o ideal não é o de conseguir uma comunidade sem conflitos, mas uma comunidade que aceita enfrentar as próprias tensões para resolvê-las positivamente, procurando soluções que

106 *Ibidem*, n. 13.

107 Cf. VC, n. 43; G.F. POLI - G. CREA, *Dall'autorità all'autorevolezza*, p. 218. 360.

108 Cf. G.F. POLI - G. CREA, *Dall'autorità all'autorevolezza*, p. 360; VFC, n. 50.

não ignoram nenhum dos valores a que é necessário referir-se¹⁰⁹. A comunidade religiosa é chamada a ser um sinal profético da possibilidade de realizar em Cristo a fraternidade e a solidariedade. E viver em comunidade é viver todas juntas a vontade de Deus¹¹⁰.

3.3 O princípio da subsidiariedade

Invoca-se o princípio da subsidiariedade como critério de distribuição de competências entre as pessoas. A decisão final deve ser tomada pela autoridade que tem a competência para fazê-la, segundo o direito universal e próprio.

Na vida consagrada, a aplicação do princípio da subsidiariedade é necessário para o exercício da autoridade em qualquer instância de governo, e isso exige a disponibilidade da autoridade constituída em confiar na irmã, ou seja, dar o espaço de ação às próprias coirmãs, estimulando e encorajando cada uma a cultivar com empenho a própria parte de responsabilidade dentro do âmbito global da missão. No que diz respeito à comunidade, esta tende a se tornar agente de seu próprio desenvolvimento.

A vida fraterna em comunidade postula uma participação de todos os membros da comunidade. Desse modo, todas podem confrontar a própria vida com o projeto de Deus, fazendo juntos a Sua vontade. A obediência do religioso, como aquela de seu superior, tem o mesmo objetivo: consiste na procura e no cumprimento da única verdade. Em tal modo, obediência e autoridade se tomam o encontro de duas liberdades e, por si mesmo, o encontro de duas responsabilidades. A pessoa é verdadeiramente livre quando é o amor que move a sua obediência e torna-se capaz de acreditar em sua capacidade de pensar, de escolher, de decidir e de discernir¹¹¹. A corresponsabilidade e a participação se exercitam, também, nos diversos tipos de conselhos, nos vários níveis, lugares onde deve reinar, antes de mais nada, uma plena comunhão¹¹².

A tarefa da autoridade será a de partilhar informações, responsabilidades, comprometendo-se de respeitar cada pessoa na sua justa autonomia. Isso implica um trabalho paciente de coordenação e, por parte da pessoa consagrada, a sincera disponibilidade para colaborar. É necessário que cada uma se sinta integrada na missão do grupo e que todas estejam envolvidas em base às suas objetivas possibilidades. As pessoas que exercem autoridade devem indicar novos horizontes para a missão e todos os membros precisam se empenhar para manter o equilíbrio entre os diversos aspectos da vida comunitária: oração e trabalho, apostolado e formação, empenho e repouso¹¹³.

.....
109 Cf. SAO, n. 25b.

110 Cf. VFC, n. 45; VC n. 52, 92-93.

111 Cf. M. TENACE, *Custodi della sapienza*, p. 58.68.

112 Cf. PdC, n. 14.

113 Cf. M. TENACE, *Custodi della sapienza*, p. 162.

Em tudo isso, ajudará uma séria formação permanente, no âmbito de uma reconsideração radical do processo formativo, nos Institutos de Vida Consagrada, para estabelecer um caminho autêntico de renovação: esta, com efeito, “depende principalmente da formação dos seus membros”¹¹⁴.

3.4 Autoridade e dinâmicas interpessoais na Vida Consagrada

Em qualquer instituição eclesial ou civil, o poder se vê envolvido, na forma de governar, de acordo com o grau de maturidade das pessoas e das relações interpessoais e organizacionais. Sobre as relações de poder na vida religiosa, há quem afirme que existem três modelos. No primeiro predomina o poder da instituição, onde a autoridade, no seu exercício, é a guardiã das tradições, da observância das normas, leis, estatutos, promovendo, assim, certa uniformidade e centralização nas decisões. No segundo modelo, há o poder centrado na própria comunidade, que cria seus mecanismos de gestão, promove formas de colaboração, corresponsabilidade, participação e comunhão. Um terceiro modelo é centrado no indivíduo, onde predominam as características individuais de cada membro. Há, nesse modelo, o grande perigo de que carismas pessoais se tornem expressões de poder ‘no mundo à parte’ que cada uma constrói, o que fragiliza a vida religiosa e faz com que a mesma perca seu sentido. E há, também, quem propõe um novo modelo, caracterizado por uma “*lógica da reciprocidade, da interdependência, da corresponsabilidade, da colegialidade e da subsidiariedade [...] em vista da vivência e realização do projeto evangélico de vida*”¹¹⁵.

Este novo modelo de governo deverá ser capaz de potencializar a criatividade e a responsabilidade de todos os membros, no crescimento da vida espiritual e no efetivo compromisso apostólico e, para nós scalabrinianas, na missão junto aos migrantes. Cada irmã é chamada a crescer na sua liberdade interior, na responsabilidade, na criatividade e na realização da missão de Jesus no mundo: “Eu vim para que todos tenham a vida e a tenham em abundância” (Jo 10,10)¹¹⁶.

Nas relações interpessoais, estão continuamente implicadas intenções abertas e também encobertas, no sentido de influir nas decisões e na conduta do outro. As intenções podem manifestar-se de formas muito sutis, como num recrudescimento do conflito ou numa competitividade nos esforços por regular a conduta de outra pessoa. O poder, nas relações interpessoais, pode ser emocionalmente positivo ou negativo e, politicamente, pode ir do *laissez faire*, passando pela democracia, até a autocracia e a colegialidade. O

114 Cf. PdC, n. 14.

115 Cf. D.P. BALDISSERA, “O poder na Vida Religiosa Consagrada”, in Aa.Vv, *Análise institucional na Vida religiosa consagrada, Conferência dos Religiosos do Brasil, 2005*, p. 146-147.

116 Cf. S. SCHNEIDERS, *New Wineskins*, Paulist Press, New York 1986, p. 17.

poder pode ser partilhado de forma equitativa ou de forma desigual. O problema não é o poder, mas quem o exerce, como o exerce e para qual finalidade¹¹⁷.

Para construir comunidades novas é necessário renovar profundamente o modo de governar a comunidade, conduzindo-a com mão firme à superação de si. Nisso evidenciam-se duas perspectivas: a atenção à pessoa da responsável da comunidade e a indicação operativa de meios e instrumentos para cumprir de forma eficaz este serviço. Trata-se de uma autoridade capaz de interpretar a visão comum partilhada na comunidade, animando e encorajando a assumir e tornar operativas as decisões tomadas, no contexto da missão específica da própria Congregação¹¹⁸.

Uma pessoa que exerce o poder na comunidade, para ser eficaz, deve ter em alta consideração a relação com os membros do grupo, porque esses contribuem em maneira significativa ao alcance dos objetivos. É importante reconhecer o valor de toda proposta individual, mas ao mesmo tempo estimular para que todos saibam relacionar as próprias expectativas com a finalidade que todo o grupo se colocou e pelo qual trabalha¹¹⁹. O modo como ela percebe os membros da comunidade, a capacidade de escutar as suas necessidades, a clareza com a qual afirma a própria autoridade, são todos elementos que influenciam, seja quem exercita a autoridade, seja quem participa com os próprios recursos ao crescimento comum do grupo¹²⁰. As dinâmicas psicossociais dos indivíduos, dos grupos e das organizações comunitárias, favorecem um caminho autêntico e comum para o testemunho de fé e da utopia em torno de projetos coletivos.

Convém também recordar que não basta convencer as pessoas de uma comunidade a fazer determinadas coisas. O desafio do líder está no saber envolver as pessoas a trabalharem pelo objetivo da vida comum, que é a vida nova em Cristo Jesus. Isto inclui cada aspecto da vida, o trabalho, a amizade, as escolhas de valores, a missão e se funde com a vontade de Deus, como escolha de agregação e de realização¹²¹.

Quem exerce o poder deve também aprender a lidar e a superar a tentação à onipotência, à auto-suficiência, ao orgulho, à vaidade, ao desânimo e ao desencantamento. Essas tentações também atingem, em diferente intensidade, a todos, independentemente se desempenham cargos de poder ou não. E existe também o reverso dessas tentações: os sentimentos de impotência, a dependência infantil à autoridade, o medo, a omissão e o consentimento com

.....
117 Cf. D.P. BALDISSERA, "O poder na Vida Religiosa Consagrada", p. 148-149.

118 Cf. G. CREA, "Autorità e dinamiche interpersonali nella vita consacrata", in *Consacrazione e Servizio* 10 (2003), p. 9-12.

119 *Ibidem*, p. 265.

120 Cf. G. CREA, "Autorità e dinamiche interpersonali nella vita consacrata", p. 24-25.

121 *Ibidem*, p. 24-35; G.F. POLI - G. CREA, *Dall'autorità all'autorevolezza*, p. 146.

a iniquidade, para não perder o cômodo lugar adquirido. Somos solidários no bem e no mal, na promoção da vida e na sua negação¹²².

3.5 A capacidade de liderança

Os conceitos de *leader* (líder) e *leadership* (liderança) possuem uma aplicação sempre mais vasta em nossa sociedade, não só em administração, gestão, vida religiosa, mas em cada aspecto de nossa vida cotidiana¹²³. Ouve-se falar de líder nos mais variados grupos e organizações e, muito frequentemente, se diz que tal pessoa possui dotes de *leadership*. O líder é um que sabe guiar um grupo de pessoas, que não possui dúvidas sobre os objetivos e conduz o grupo ao alcance dos mesmos. Muitas pessoas podem ser líderes nas suas áreas de competência. Até uma criança que estabelece as regras do jogo é considerada um líder. Portanto, líder não é um conceito ligado ao cargo ou chefia que a pessoa ocupa, mas um conceito ligado àquilo que se faz e, sobretudo, como se faz. Por isso, o termo líder não é adotado apenas em administração, em gestão de empresas, mas também nos âmbitos da vida religiosa. Deduz-se então que todas as pessoas podem ser um líder em determinadas situações da própria vida, mas não todos possuem aqueles dotes que comumente definem uma liderança¹²⁴.

Atualmente, ouve-se muito falar de gestão nos mais variados campos de atividades. Pode-se afirmar que “gestão é a arte e a competência de liderar pessoas e coordenar processos, em vista de realizar a missão de uma organização”¹²⁵. Nesse sentido, toda instituição necessita desenvolver os princípios mínimos de gestão, visando à formação inicial e permanente de seus membros, a organização interna, a realização de projetos com seu público-alvo. Gestão não é sinônimo de empresa ou de negócio, mas quer dizer: organizar da melhor forma para alcançar os fins desejados, em distintos âmbitos. Fala-se, assim, de gestão empresarial, gestão missionária, gestão de iniciativas sociais, gestão de voluntariado, gestão de prestação de serviços e outros¹²⁶.

Características de uma pessoa que tem liderança:

A capacidade de liderança é necessária para todos os membros das comunidades, nas responsabilidades e tarefas inerentes à sua missão. Para todas, especialmente para as que exercem o serviço de autoridade, nos diversos âmbitos da Congregação, algumas características na arte de liderar são imprescindíveis¹²⁷, tais como:

.....

122 Cf. A. MURAD, *Gestão e Espiritualidade*, p. 192-196.210-211.

123 A palavra líder deriva do verbo inglês to lead, que significa guiar, conduzir, dirigir.

124 O dicionário traz como definição de *leadership*: direção, comando, guia.

125 A. MURAD, *Gestão e Espiritualidade*, Paulinas, São Paulo 2007, p. 91.

126 *Ibidem*, p. 91-92.

127 Cf. G.F. POLI - G. CREA, *Dall'autorità all'autorevolezza*, p. 172.

Consciência de si: conhecimento de suas capacidades, inteligência, dons para alcançar os objetivos previstos e ser capaz de transmitir a sua visão ao próprio grupo.

Comunicar: capacidade de comunicar-se efetivamente, de expressar claramente as idéias, de se fazer entender e compreender pelos outros. A comunicação será facilitada se o emissor tem credibilidade diante do grupo, objetividade e conhecimento¹²⁸.

Escutar: no âmbito da comunicação, a escuta dá força ao líder. Os chefes fortes são ouvintes atentos e a escuta efetiva encoraja a relação interpessoal. Escutar quer dizer fazer espaço dentro de si, saber acolher não somente as próprias certezas, o próprio estilo, a própria história ou caráter, mas também a dimensão de valor que existe no outro. Significa ser capaz de propor-se aos outros com atitudes de transparência, valorização das experiências internas e uma conseqüente expressão de autênticas relações. Escutar comporta também saber abrir-se aos diversos fenômenos entre si e aos membros do grupo, com um comportamento congruente entre o próprio modo de ver e sentir o mundo e a consciência da realidade do outro, com quem se interage. É necessário saber escutar em profundidade, ir além do que está ouvindo. Na verdade, as palavras são apenas um instrumento para veicular sentimentos, emoções, experiências, informações¹²⁹.

Partilhar: nesta lógica, a liderança do servo inverte a pirâmide organizativa. De um modelo de comando/controlado, passa ao modelo servo/sustento. A graça de Deus desenvolve os dons para uma real colaboração, como sugere Jetro a Moisés, que o convida a entrar nesta perspectiva e aplicar o princípio da subsidiariedade, sobretudo, em vista de um sadio discernimento, colocando objetivos e estratégias de acordo com o desígnio de Deus e com o fim de agir de modo justo¹³⁰.

Pastorear: o líder pastor é convidado a atender ao rebanho não por obrigação, mas de bom grado, sem interesse pelo ganho ou pelas vantagens materiais. Um líder, inspirando-se no Bom Pastor, evita as vantagens temporais, não se comporta como o patrão do rebanho, mas combate cada tipo de poder e se dedica totalmente à obra do Senhor, segundo quanto é descrito em Fl 2, 6-11¹³¹. E mais, Jesus é o modelo por excelência no procurar as ovelhas perdidas.

Conhecer os membros do grupo: conhecer os membros do próprio grupo, seus problemas, suas tarefas e suas necessidades, é primordial para quem exerce autoridade. Além disso, precisa ter capacidades diretivas para estimular a afrontar os problemas fundamentais no interior

.....
128 *Ibidem*, p. 173.

129 *Ibidem*, p. 52. 378-379.

130 *Ibidem*, p. 174-175.

131 *Ibidem*, p. 175.

da vida consagrada, que não é tanto o seu funcionamento quanto o seu ser¹³². Outrossim, precisa manter-se em atitude constante de escuta e de diálogo com as pessoas, em perene escuta da Palavra de Deus e descobrir os sinais do Espírito.

Promover: em sua função criativa, o líder tem a tarefa de compreender as pessoas, entender o que sentem e promover a criatividade dos membros do grupo. Os líderes devem aceitar as várias expressões de ideias, opiniões, sentimentos dos membros, o que não significa aprovar tudo, mas considerar as ideias dos outros como válidas para serem discutidas¹³³.

Administrar: o líder é chamado também a administrar, ou colaborar com quem tem esta responsabilidade. Referindo-se à vida religiosa, é raro encontrar o tema da economia ou do dinheiro nos documentos oficiais. Parece um tema banal, mundano, sem espessura teológica e espiritual. Ao contrário, este é um tema que um líder, um guia precisa ter presente, principalmente diante de pedidos de aprovação de balanços comunitários, de previsões, de orçamentos¹³⁴.

Organizar – reorganizar o futuro: além do papel de servo, pastor e de administrador dos bens materiais, um líder é chamado a favorecer a renovação do grupo/comunidade, a encontrar os modos para inspirar os membros e elaborar uma visão em vista de um futuro melhor, o qual exige organizar ou reorganizar o existente. Para isso precisa ter a visão do grupo, colocar-se em discussão e examinar os sinais de insatisfação que emergem do mesmo. Precisa também ter tempo para meditar, refletir, estar em solidão, como fazia Jesus. *A organização sem gestão fracassa, sem espiritualidade se esvazia*. A articulação da gestão permite uma nova síntese entre interioridade e eficácia, valores e resultados¹³⁵.

A comunidade que se repete mais ou menos cansada, deve transformar-se em uma comunidade que se transforma, se envolve na missão, nos objetivos, nas relações, na vitalidade. Obviamente, precisa clarificar as ideias, ter um plano/projeto, precisar os objetivos, escolher as estratégias. A apatia e a indiferença adormecem e, às vezes, matam a comunidade. E as certezas congeladas levam a uma morte lenta¹³⁶.

Utilizar bem o tempo: é fundamental para o líder saber passar as primeiras horas do dia diante do Senhor e planificar as atividades diárias para melhor exercer as próprias ações de governo. Existem coisas importantes e existem coisas urgentes. É necessário que saiba o que é mais importante e essencial¹³⁷.

.....
132 *Ibidem*, p. 176.

133 *Ibidem*, p. 177.

134 *Ibidem*, p. 177.

135 Cf. A. MURAD, *Gestão e Espiritualidade*, p. 245-246.

136 Cf. G.F. POLI - G. CREA, *Dall'autorità all'autorevolezza*, p. 181-182.

137 *Ibidem*, p. 183.

Formar um grupo coeso: antes de iniciar qualquer tarefa, o líder precisa compor o seu grupo. Jesus escolhe homens simples, não só por aquilo que eram, mas também por aquilo que seriam capazes de tornarem-se sob a sua liderança. Houve momentos em que Jesus precisava ficar sozinho com os discípulos para aprofundar o ensinamento (Mt 5,1-12) e também não excluiu as pessoas instruídas, como por exemplo, Paulo¹³⁸.

As responsabilidades não são isentas de fadigas. Toda autoridade precisa encontrar o tempo para potenciar o serviço de guia e vencer a tentação de ceder ao cansaço. Hoje, a complexidade da comunidade e dos grupos requer pessoas mais autônomas, em grau de tomar iniciativas, capazes de imaginação, empenhadas a superar ou a integrar os próprios limites. Nenhum superior é infalível e nenhum erra sempre¹³⁹. Saber desfrutar os obstáculos como aprendizagem para uma melhor gestão e coesão do grupo é uma capacidade determinante de um líder¹⁴⁰.

O líder será de ajuda para as nossas comunidades se for capaz de arriscar, de ter confiança nas jovens, de aceitar a precariedade e a vulnerabilidade, mantendo abertas as portas e as janelas de nossas comunidades para deixar entrar o Espírito, que não se sabe de onde vem e para onde vai (Jo 3,8)¹⁴¹. Outrossim, não lhe poderá faltar também uma orientação estratégica, exercitando sobre o presente uma força transformadora, que promove na comunidade, na Congregação, um profundo sentido direcional, capaz de dar um impulso orgânico à comunidade e buscar estratégias para continuar a caminhada. Um líder estratégico tem a capacidade de olhar em perspectiva um futuro a longo prazo; transformar as estratégias em ação; determinar e propor pontos de intervenção efetivos no grupo e na organização e desenvolver a capacidade de colaboração nos membros¹⁴².

3.6 Desafios para a autoridade/governo em vista da missão

Na Vida Consagrada sempre há o perigo de reduzir a missão a uma profissão a ser exercida em vista da própria realização e, portanto, a administrar mais ou menos em proveito próprio. Em missão se está quando, longe de perseguir a auto-afirmação, se é conduzido, em primeiro lugar, pelo desejo de cumprir a vontade de Deus¹⁴³.

A autoridade/governo tem uma importante tarefa no que concerne à missão, em fidelidade

.....
¹³⁸ *Ibidem*, p. 183-184.

¹³⁹ *Ibidem*, p. 42-45.

¹⁴⁰ *Ibidem*, p. 127-130.

¹⁴¹ Cf. M. TENACE, *Custodi della sapienza*, p. 127.

¹⁴² G.F. POLI - G. CREA, *Dall'autorità all'autorevolezza*, p. 402-410.

¹⁴³ Cf. SAO, n. 23-24.

ao carisma próprio. No passado, o risco podia vir de uma autoridade que se orientava, na maioria das vezes, pela gestão de obras, com o perigo de deixar de lado as pessoas. Hoje, o risco pode vir do excessivo temor de melindrar suscetibilidades pessoais, ou de uma fragmentação de competências e responsabilidades, que enfraquecem a convergência em direção ao objetivo comum¹⁴⁴.

São múltiplos os desafios que atualmente a autoridade/governo encontra na tarefa de manter vivo o carisma e coordenar as energias em vista da missão. Enumeram-se alguns:

a) *Ajudar o grupo a ter uma visão unitária*

A autoridade precisa constantemente descobrir modos para equilibrar a finalidade do Instituto com as potencialidades de cada membro. Precisa propor uma visão ideal do caminho, que favoreça a colaboração e promova um clima de confiança recíproca.

b) *Perceber o que acontece no grupo*

É necessário dar-se conta das múltiplas alternativas presentes no grupo, a fim de que as suas intervenções respeitem as experiências dos outros. Cada líder deve raciocinar e refletir e precisa do máximo de informações¹⁴⁵.

c) *Incorajar a assumir responsabilidades e respeitá-las quando assumidas*

É necessário que a autoridade transmita aos próprios colaboradores a fortaleza cristã e a coragem de melhorar, de redescobrir os próprios talentos e recursos, de enfrentar as dificuldades, de superar medos. É importante que as pessoas conheçam aquilo que estão envolvidas a fazer, saber no que consentem. Caso contrário, cedo ou tarde haverá uma rejeição inconsciente da decisão¹⁴⁶. Em determinadas situações, é necessário ser firme, manter decisões e enfrentar oposição; em outras, é preciso ser flexível.

d) *Convidar a enfrentar as diferenças em espírito de comunhão*

As rápidas mudanças culturais em curso provocam tensões no interior das comunidades. Crescem as comunidades constituídas por pessoas que provêm de diversas etnias ou culturas e se acentuam diferenças de geração. É preciso tornar-se conscientes de que o ideal não é o de conseguir uma comunidade sem conflitos, mas uma comunidade que aceita enfrentar as próprias tensões para resolvê-las positivamente¹⁴⁷.

e) *Manter o equilíbrio entre as várias dimensões da vida consagrada*

.....

144 *Ibidem*, n. 25.

145 Cf. G.F. POLI - G. CREA, *Dall'autorità all'autorevolezza*, p. 420-421.

146 Cf. SAO, n. 25.

147 *Ibidem*, n. 25.

A autoridade deve estar atenta para que seja respeitado, o quanto possível, o equilíbrio entre o tempo dedicado à oração e o tempo dedicado ao trabalho, entre pessoa e comunidade, entre compromisso e repouso, entre atenção à vida comum e atenção ao mundo e à Igreja, entre a formação pessoal e a formação comunitária. Um dos mais delicados equilíbrios a ser estabelecido é aquele entre comunidade e missão. É oportuno respeitar algumas regras irrenunciáveis que garantem, ao mesmo tempo, um espírito de fraternidade na comunidade apostólica e uma sensibilidade apostólica na vida fraterna¹⁴⁸.

f) *Ter um coração misericordioso*

A autoridade é chamada a desenvolver uma pedagogia do perdão e da misericórdia, isto é, a ser instrumento do amor de Deus que acolhe, corrige e oferece sempre uma nova oportunidade à irmã que erra. A perspectiva da misericórdia afirma que Deus é capaz de tirar um caminho de bem mesmo das situações de pecado. Toda a comunidade é convocada a aprender este estilo misericordioso¹⁴⁹.

g) *Ter o sentido da justiça*

Pode haver comportamentos de membros que lesam o próximo e que implicam certa responsabilidade diante de pessoas externas à comunidade. Se a compreensão em relação às culpas individuais se faz necessária, é também necessário que se tenha um rigoroso sentido de responsabilidade e caridade em relação àqueles que eventualmente sofreram dano por causa de um comportamento incorreto de algum membro da comunidade¹⁵⁰.

h) *Promover a colaboração com os leigos*

Para alcançar o objetivo de uma colaboração mútua entre religiosos e leigos, é necessário ter comunidades religiosas com clara identidade carismática, com intensa espiritualidade e missionariedade, capazes de comunicar o mesmo espírito e o mesmo impulso evangelizador aos leigos. A partilha do carisma do próprio Instituto é um convite a descobrir novas formas de atualizar o mesmo carisma e a mesma missão. Assim, a comunidade religiosa pode tornar-se um centro de irradiação, de força espiritual, de animação, de fraternidade que gera comunhão e colaboração eclesial¹⁵¹. O grande desafio está em trabalhar com os leigos e aprender deles, os quais possuem outras perspectivas e outras necessidades.

i) *Animar uma honesta avaliação da comunidade*

.....
148 *Ibidem*, n. 25.

149 *Ibidem*, n. 25.

150 *Ibidem*, n. 25.

151 *Ibidem*, n. 25; VFC n. 70.

É tarefa da autoridade ser capaz de ver as tendências da comunidade, os pontos críticos de unidade, o grau de satisfação da vida comunitária. É necessário que estabeleça o clima e escolha processos para permitir aos membros que exponham suas ideias, o que pensam, buscam e como vivem. A autoridade tem sempre a função de animar o grupo para alcançar os objetivos do mesmo, através de um método assumido em comum, com a previsão de etapas de avaliação e à luz da Palavra de Deus. A consciência atenta e guiada pelo Espírito percebe até onde pode negociar ou não, e que meios são coerentes com o fim que deseja alcançar¹⁵².

A resposta de Jesus ecoa até hoje como desafio e apelo para quem exerce o poder: quem quiser ser grande, seja o que mais serve (Mc 10,43). Quando este serviço se faz difícil, convém recordá-lo como um ato de amor a Cristo e aos irmãos. É confortante escutar as palavras do Apóstolo Paulo: “sejam alegres na esperança, fortes na tribulação, perseverantes na oração, solícitos nas necessidades dos irmãos” (Rm 12, 12-13).

Maria, a humilde Serva do Senhor, nos fortaleça na busca da vontade de Deus e na gratuidade de nossa vida a serviço dos migrantes.

“Ó doce e santa Virgem Maria, ao anúncio do anjo, com a vossa obediência crente e interrogante, vós nos destes o Cristo. Em Caná, mostrastes, com o vosso coração atento, como agir responsabilmente. Não esperastes passivamente pela intervenção do vosso Filho, mas a preparastes, tornando-o consciente das necessidades e tomando, com discreta autoridade, a iniciativa de enviar os servos a Ele.

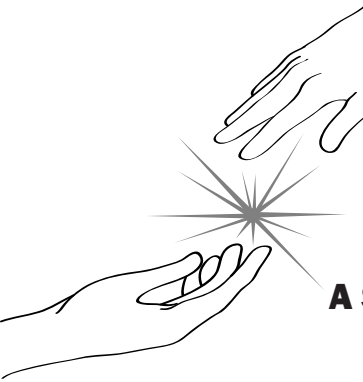
Ao pé da cruz, a obediência fez de vós a Mãe da Igreja e de todos os que creem, ao passo que, no Cenáculo, cada discípulo reconheceu em vós a doce autoridade do amor e do serviço.

Ajudai-nos a compreender que toda verdadeira autoridade, na Igreja e na vida consagrada, tem seu fundamento em ser dócil à vontade de Deus e que cada uma de nós se torna, de fato, autoridade para os outros com a própria vida, vivida em obediência a Deus.

Ó Mãe clemente e piedosa, ‘Tu que fizeste a vontade do Pai, pronta na obediência’, torna a nossa vida atenta à Palavra, fiel na sequela de Jesus Senhor e Servo, na luz e com a força do Espírito Santo, alegre na comunhão fraterna, generosa na missão, solícita no serviço aos pobres, protegida em direção ao dia em que a obediência da fé desaguara na festa do Amor sem fim”¹⁵³.

.....
152 Cf. A. MURAD, *Gestão e Espiritualidade*, p. 208.

153 SAO, n. 31.



ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA A SERVIÇO DA MISSÃO CONGREGACIONAL

“... se enriqueçam com boas obras, sejam pródigos, capazes de partilhar” (1Tm 6,18).

Sodo o Plano de Deus, revelado na Bíblia desde a criação, que culminou no surgimento da Igreja, tem uma finalidade bem clara: a comunhão do ser humano com o seu Criador, com os seus semelhantes e com toda a criação.

Ao se falar de economia e administração obviamente se fala de bens¹. A economia, de fato, revela o seu significado e o seu sentido pleno em um contexto amplo, em relação aos fins aos quais deve servir, ou seja, a serviço da pessoa. Um caráter inerente, intrínseco aos bens temporais é aquele instrumental, de serviço à pessoa².

A Escritura, a respeito dos bens temporais, enquanto revela o mistério de Deus, revela também o mistério do homem e o sentido do mundo que o circunda, incluídos os bens temporais. Particularmente, no mistério da pobreza de Jesus Cristo, que se revela plenamente na sua morte redentora, encontrará sentido a pobreza voluntária pelo Reino dos céus.

Na linguagem do Direito Canônico, quando se fala de bens ‘temporais’ não é só sinônimo de ‘material’. O homem, enquanto vive no tempo, não tem necessidade só de bens materiais, mas também de bens espirituais: a sua vida não se completa na sua realidade biológica; o homem que vive no tempo é corpo e espírito, portanto, tem necessidade de bens materiais e espirituais. Ambos são bens temporais e se referem ao tempo e às suas leis, reenviam por oposição aos bens eternos, portanto à transcendência. Isto nos dá a entender que o significado dos bens temporais e o apreço que as pessoas fazem dos mesmos, depende em

1 *Economia é a ciência social que estuda a produção, a distribuição e consumo de bens e serviços. O termo economia vem do grego oikos (casa) e nomos (costume ou lei). Significa lei, ou administração da oikos, a casa. Em outras palavras, a economia procura responder a três questões básicas de qualquer organização econômica: o quê, como e para quem. Administração é o conjunto de normas e funções cujo objetivo é disciplinar os elementos de produção e submeter a produtividade a um controle de qualidade para a obtenção de um resultado eficaz, que prevê os recursos necessários para suprir as diversas necessidades. Simplificando, a administração ocupa-se de maximizar a produção de bens e serviços, segundo o padrão desejado.*

2 *A Doutrina Social da Igreja referente à economia, da qual foram extraídos elementos bíblicos, teológicos e doutrinas presentes neste texto, encontra-se: pontificio consiglio della giustizia e della pace, Compendio della Dottrina Sociale della Chiesa, Editrice Vaticana, Città del Vaticano 2004, n. 323-335.*

grande parte da visão antropológica que elas possuem e de sua concepção de vida.

A doutrina sobre os bens temporais adquiriu novas conotações nas diversas situações históricas. A tais atualizações, deu a sua válida contribuição o magistério da Igreja, o ensinamento dos primeiros padres e a vida de seus santos³.

1- Elementos bíblicos, teológicos e doutrinários

1.1 Os bens no Antigo Testamento

A partir das primeiras páginas bíblicas, os bens temporais são intimamente ligados à vida da pessoa, portanto, são sinais de sua grandeza e de sua fragilidade: esses foram doados por Deus à pessoa, para o seu serviço, para que possa realizar-se na fidelidade a Deus e na comunhão com os irmãos. A criação do mundo, com todos os seus bens, é em vista do ser humano. Tudo o que Deus fez, segundo o autor sagrado, é bom e a serviço da pessoa. Ela está no vértice da criação, mas encontra no culto a Deus o seu sentido. Foi criada à sua imagem e semelhança e, por isso, está acima de todas as coisas criadas. Mas com o pecado, o ser humano rompe as relações com Deus e as consequências se fazem sentir sobre toda a criação, também em relação aos bens. Assim, a pessoa que não reconhece mais o seu Criador é uma pessoa que não tem mais a correta relação com a criação e com os irmãos⁴.

No Antigo Testamento encontra-se uma dupla postura diante dos bens materiais e da riqueza. Primeiramente, vê-se os bens com apreço, necessários à vida. A abundância, mas não a riqueza e o luxo, é vista como bênção de Deus. Os patriarcas, homens santos e justos, são apresentados como personagens ricos (Gn 13,2-6; 26,12-14); os tempos messiânicos serão tempos de abundância de bens temporais (Is 9,6; 11,1-5; Sl 72,1-3); a renovação religiosa é vista pelos profetas como uma renovação também do mundo criado e dos bens (Am 9,13; Dt 15,4-6; 28,1-4). Por outro lado, os bens econômicos e a riqueza não são condenados em si, mas pelo seu mau uso. A tradição profética denuncia os roubos, a usura, a exploração, principalmente em relação aos mais pobres (Is 58,3-11; Jr 7,4-7; Os 4,1-2; Am 2,6-7; Mq 2,1-5).

Em várias passagens bíblicas é lembrado que só Deus é o dono da terra e dos bens. Deus destinou a terra para todas as pessoas: "A terra me pertence e vós sois para mim estrangeiros e hóspedes" (Lv 25,23). O livro do Deuteronômio salienta a necessidade de ajudar os pobres, as viúvas, os órfãos, os forasteiros. O mesmo livro prevê: "É verdade que em teu meio não haverá nenhum pobre, porque lahweh vai abençoar-te na terra que lahweh teu Deus te dará, para que a possuas como herança, com a condição de que obedças de fato à voz de lahweh teu Deus, cuidando de pôr em prática todos esses mandamentos que hoje te ordeno" (Dt 15,4).

3 Cf. V. DE PAOLIS, *I beni temporali della Chiesa, Dehoniane, Bologna 1995*, p. 239-240.

4 *Ibidem*, p. 241-242.

A pobreza em si é considerada um mal, mas também é vista como um símbolo da relação do ser humano com Deus. D'Ele tudo provém como um dom, e precisa ser administrado e partilhado. Reconhecer-se pobre diante de Deus significa querer viver sob a dependência d'Ele. E Deus responde com sua ação salvífica. Um novo Davi é prometido (Ez 34,22-31). E a lei de Deus será inscrita no coração (Jr 31,31-34). Ser rico diante de Deus significa querer depender das próprias forças para realizar-se. O valor moral da pobreza está nisso: humilde disponibilidade, abertura para Deus e confiança n'Ele. Estas atitudes tornam a pessoa capaz de reconhecer a relatividade dos bens econômicos e de tratá-los como dons divinos, para administrar e para partilhar, porque a propriedade originária de todos os bens pertence a Deus.

A pobreza, na literatura sapiencial, é vista como fruto do ócio e da preguiça (Pv 10,4) e também como fato natural (Pv 22,2). Durante o exílio surge uma concepção quase religiosa da pobreza: a pobreza significa atitude humilde, confiante e obediente a Deus; pobres são o 'resto' de Israel, os fiéis israelitas que se submetem à vontade de Deus (Sf 2,3; 3,11-13; Is 61,1-3)⁵.

Próximo ao tempo de Jesus, em *Qumran*, existia uma comunidade que assim concebia a pobreza: bens comuns, desprezo das riquezas, gênero de vida laborioso, simples, moderado. No seu vocabulário, a pobreza tem um significado profundamente religioso: a situação de humilhação os coloca em uma situação de privilégio diante de Deus: o pobre é objeto da injustiça e da malvadez humana⁶.

1.2 O ensinamento de Jesus sobre os bens

O Novo Testamento é uma continuidade do AT, mas por outro lado, inova-o em profundidade, porque traz a novidade que deriva do mistério cristão. A visão dos bens no NT é iluminada pelo mistério de Jesus, sua vida e seu ensinamento. A redenção dos bens se dará na medida em que serão instrumento de caridade e de comunhão e não de egoísmo e prepotência. O nexos entre o mistério de Jesus e os bens temporais está explicitamente descrito por Paulo (Fl 2,5-11). É a *kénosis* de Jesus em vista da redenção de todo ser humano. A salvação nos foi doada através do dom generoso que o Filho de Deus fez de si mesmo a nosso favor; no mistério da encarnação e da páscoa. Este mistério marcou toda a vida de Jesus: entrou pobre no mundo, viveu pobre, proclamou a bem-aventurança da pobreza e morreu pobre na cruz. A realização de sua missão de Messias foi aquela do Filho do Homem, que não tem onde pousar a cabeça (Lc 9,58), e que veio não para ser servido, mas para servir e dar a vida em resgate de todos (Mc 10,45)⁷.

A dimensão ontológica da pobreza de Jesus é ressaltada por Paulo, sobretudo a pobreza no mistério da redenção. Quando ele afirma que Jesus, de rico se fez pobre por nós, entende

.....
5 *IBIDEM*, p. 244.

6 *IBIDEM*, p. 244.

7 *Ibidem*, p. 244-246.

dizer uma pobreza de outro gênero: é a pobreza do mistério da encarnação (2Cor 8,9; Fl 2,2-12). E nesta perspectiva do mistério da encarnação e da salvação, através do caminho da pobreza e do sofrimento, abre-se também o espaço para colher o significado de uma pobreza voluntária, abraçada por causa do Reino dos céus, no seguimento de Cristo pobre (Lc 14,25-33).

As bem-aventuranças (Mt 5,1-12) são o caminho que o discípulo, na sua resposta de adesão, deve percorrer para permanecer no Reino e proceder na justa direção. No discurso das bem-aventuranças, devem ser compreendidos todos os ensinamentos de Jesus acerca dos bens temporais.

Jesus acolhe a tradição precedente acerca dos bens econômicos, da riqueza e da pobreza e lhes dá uma definitiva clareza e plenitude (Mt 6,24; 13,22; Lc 6,20-24; 12,15-21; Rm 14,6-8; 1Tm 4,4). Ele, doando o seu Espírito e mudando os corações, inaugura o Reino de Deus, tornando possível uma nova convivência na justiça, na fraternidade, na solidariedade e na partilha; aperfeiçoa a bondade original da criação e da atividade humana corrompida pelo pecado; o ser humano, libertado do mal e introduzido na comunhão com Deus, pode continuar a obra de Jesus com a ajuda de seu Espírito: fazer justiça aos pobres, resgatar os oprimidos, consolar os aflitos, buscar ativamente uma nova ordem social.

De seu Pai, Jesus recebeu a missão de proporcionar vida em abundância para todos (Jo 10,10) e os pobres são privilegiados (Lc 4,14-21). A vida em abundância tem uma dimensão pessoal, que inclui a fé e a conversão ao Evangelho (Mc 1,15), exige a partilha de bens (Lc 19,1-10) e uma dimensão social que liberta da doença, da fome e da exclusão social (Lc 4,1ss; 6,20-26; Mt 25,41ss). Na dimensão social entra também a denúncia profética de Jesus contra a lei religiosa que não leva em conta a justiça e a misericórdia (Mt 23,23); contra o poder usado para dominar e explorar (Mc 10,41-45); contra os ricos que excluem Deus e o próximo de seu programa de vida pessoal e social (Mt 19,23; 13,22; Lc 16,19-31).

A mensagem de Jesus sobre os bens materiais, a partir de sua vida e de sua missão, é bem clara: eles só têm sentido na medida que estiverem a serviço da vida de todos, de modo preferencial, a serviço da vida dos pobres e excluídos.

Em seu ensinamento, Jesus também nos dá a entender que a economia e uma boa administração são uma dimensão essencial da vida: o Reino dos céus é semelhante a um tesouro escondido no campo e a uma pérola de grande valor (Mt 13,44-46); para edificar é necessário antes sentar-se e calcular os custos (Lc 14,28) e não poupa elogios para o bom administrador (Lc 12,35-48). O Evangelho dá uma precisa orientação em tudo, também quando buscamos critérios para colocar as nossas economias no banco, para que produzam seu devido lucro (Mt 25,14-30). S. Paulo, por sua vez, põe à luz os que querem ser bispos e não sabem administrar a sua própria casa (1Tm 3,5).

Toda atividade econômica, à luz da revelação, é concebida como resposta agradecida do ser humano à vocação que recebeu de Deus ao ser colocado no jardim: cultivar, guardar,

usar dentro dos limites precisos (Gn 2,16-17) e aperfeiçoar (Gn 1,26-30; 2,15-16; Sb 9,2-3). Boa administração dos bens materiais é obra de justiça para consigo mesmo e para com os outros, dentro do espírito da parábola dos talentos (Mt 25,14-31; Lc 19,12-27). Nessa direção, a atividade econômica e o progresso material devem ser colocados a serviço da pessoa e da sociedade. Desse modo, tornam-se lugares de salvação e santificação.

A fé em Jesus Cristo conduz a uma correta compreensão do progresso social, no contexto de um humanismo integral e solidário. É o que ensina o magistério da Igreja. Cristo é o primogênito de toda a criatura. Tudo foi n'Ele criado e nele subsiste. Nele acontece a plenitude de tudo, pois reconciliou todas as coisas. É nesse plano divino que acontece a história da humanidade marcada pelo esforço pessoal e coletivo de elevar a condição humana.

1.3 As riquezas existem para serem partilhadas

Em suas cartas, Paulo seguidamente fala sobre o tema das riquezas: (2Cor 9,6-15; 1Tm 6,17-19; 1Cor 5,11; 6,10; 1Tm 6,9ss). E exorta duramente os que caem na tentação de serem egoístas, de absolutizar os bens, de fazê-los um fim em si mesmos e a razão da própria vida (1Tm 6,9-10). Dirá também: "Se, pois, temos alimento e vestuário, contentemo-nos com isso" (1Tm 6,8).

Existem também, no NT, exemplos de pessoas que fazem bom uso das riquezas: José de Arimatéia, Nicodemos, as mulheres que assistiam Jesus, Zaqueu e outros. Nesta perspectiva, adquire particular importância a comunhão de bens, ideal proposto por Lucas no Livro dos Atos dos Apóstolos (2,42-45; 4,32-35). Tal ideal é fortemente ligado à realidade trazida por Cristo e pelo seu Espírito.

A palavra *koinonia* (comunhão), que terá sempre um lugar de destaque na vida da Igreja de todos os tempos, tem vários significados. Lembramos os principais⁸:

- *koinonia* é, antes de tudo, a comunicação dos bens necessários à existência terrena (Hb 13,16; At 2,44; 4,32);
- *koinonia* é a coleta organizada por Paulo em favor da Igreja de Jerusalém (2Cor 8,3-4; 9,12-13; Rm 15,26-27);
- *koinonia* é a união de todos os fiéis em Cristo mediante a Eucaristia (1Cor 10,16; 11,17-34);
- *koinonia* designa a união que reina na esfera da salvação e que une os fiéis, não somente entre eles, mas aos apóstolos (At 2,42) e às pessoas divinas: a Deus Pai (1Jo 1,6), a Cristo (1Cor 1,9; 10,16) e ao Espírito Santo (2Cor 13,13; Fl 2,1).

A partir desses significados mencionados, em síntese, se poderia afirmar que o fundamento da comunhão dos bens é o mesmo da comunhão dos santos: é a unidade sobrenatural que

.....

8 *Ibidem*, p. 248.

nós temos em Cristo através do Espírito; mas, tal unidade retoma e leva a cumprimento a unidade natural das pessoas.

A partilha de bens é um dos elementos essenciais das primeiras comunidades cristãs. O ícone apresentado no livro dos *Atos dos Apóstolos* parece ser o melhor modelo de economia comunitária que a vida religiosa sempre quis testemunhar: “Todos os que tinham abraçado a fé reuniam-se e punham tudo em comum: vendiam suas propriedades e bens, e dividiam-nos entre todos, segundo as necessidades de cada um” (At 2,44-45).

Partilhar os bens é sinal de autenticidade da vida cristã. A comunhão de vida se concretiza na comunhão dos bens: este critério vem ilustrado com dois exemplos de sinal oposto: José (chamado também de Barnabé), que partilha os seus bens e Ananias e Safira, que enganam e não partilham (At 4, 32 – 5,11).

A partilha de bens na comunidade religiosa é um dos aspectos fundamentais da pobreza religiosa. Isso implica não apenas considerá-la ou praticá-la em forma puramente jurídica, obedecendo à norma de entregar à comunidade todos os bens que adquirimos ou recebemos. Na economia entra uma “razão teológica”. Ela é vivida na vida religiosa como partilha na comunidade, colocando os bens à disposição de todos, para prover as necessidades das irmãs e para socorrer os pobres. Esta é a economia que todas assumimos livremente como decorrência da consagração a Cristo.

A vida religiosa, portanto, quer viver este valor com maior radicalidade e por isso partilhamos os bens, mesmo que a pessoa poderia fazer isso livremente, sem nenhum voto. O desafio consiste em conciliar os valores religiosos com as condições materiais da vida comum. Podemos ser traídos pelo aspecto financeiro se não aplicamos à administração da economia sérios critérios de vida religiosa.

1.4 O bem comum no ensinamento dos padres da Igreja

Os padres dos primeiros séculos da Igreja atualizam a mensagem bíblica, sobretudo nas homilias que falam dos bens e das riquezas. Em particular, são recordados: S. Basílio, S. Gregório de Nissa, S. João Crisóstomo, S. Ambrósio, S. Agostinho, S. Gregório Magno. A atualização da mensagem se concentra particularmente nas obras de caridade, na partilha com os pobres, na destinação universal dos bens, na doutrina sobre o supérfluo e sobre a relação entre objetos sagrados e culto.

Em modo particular, os padres criaram uma posição comum sobre a doutrina da destinação universal dos bens. Os bens são naturalmente ou ontologicamente comuns. Isso vale, sobretudo, para os bens da Igreja. Pertencem a Deus e aos pobres. Não se pode tratá-los como bens pessoais.

O conceito da destinação universal dos bens assume, em nível prático, a obrigação de dar o supérfluo aos pobres. Assume, também, a denúncia evangélica, isto é, apelar-se aos tribunais eclesiais contra aqueles que não observam a obrigação de assistir os pobres.

Os bens são recolhidos como atos sagrados durante a celebração da Eucaristia e quem peca nesta matéria é excluído da comunhão dos fiéis. Na época, era proibido aceitar os dons ou as ofertas dos injustos e dos pecadores, dos quais se enumerava uma longa lista. Toda esta mística, que sustentava a ajuda aos pobres, deu-se de forma organizada. O exemplo mais eloqüente é aquele de S. Gregório Magno (séc. VI). Ele cuidou eficazmente a administração dos bens, para doar mais generosamente aos pobres.

Clemente de Alexandria (séc. II) afirmava que a riqueza é “instrumento” e, como todos os instrumentos, se bem usados podem produzir obras de arte e, se mal usados, o resultado não dependerá dos instrumentos, mas da utilização. Em particular, é a não partilha dos bens com os pobres que leva à condenação da riqueza, não a sua posse em si. O texto (At 4,32) tornou-se o modelo e, mais tarde, o arquétipo também da experiência nos mosteiros. Foi nos mosteiros que nasceu a primeira reflexão sobre alguns temas econômicos fundamentais, tais como: preço, utilidade, troca. Essa reflexão depois se tornou a legitimação ética do mercado⁹.

1.5 Economia e moral

A esfera econômica não é neutra em relação à moral e, por sua própria natureza, não é desumana e anti-social. Essa esfera pertence à atividade da pessoa e, porque diz respeito ao humano, deve ser estruturada e institucionalizada eticamente¹⁰. Cada decisão em relação à economia tem uma consequência de caráter moral¹¹.

Ao sistema econômico estão ligados conceitos e valores éticos que permitem detectar abusos, fraudes e corrupção cometida por pessoas inescrupulosas, em prejuízo da sociedade como um todo. A economia é um assunto de interesse comum a todas as pessoas de uma sociedade, ou de um grupo institucionalizado, como é o caso das comunidades religiosas.

Afirma a Doutrina Social da Igreja que os bens, mesmo legítimos, estão subordinados à destinação universal. Eles se revestem de uma valência social. Por isso, toda forma de acumulação indébita é imoral. A salvação cristã é libertação integral do ser humano, libertação das necessidades, mas também em relação às posses (1Tm 6,10).

As riquezas têm a finalidade de servir o ser humano e a sociedade. Aquele que tem mais, tem a obrigação moral de ser solidário com os menos afortunados. Tudo o que a pessoa tem pertence a Deus. Ela é apenas uma administradora dos bens que recebeu de Deus.

Nesse sentido, todos têm direito de ter o suficiente para levar uma vida digna. A atual economia, baseada na propriedade privada dos meios de produção e do conhecimento,

9 Cf. L. BRUNI – A. SMERILLI, *Benedetta Economia, Città Nuova, Roma 2009*, p. 58.62.

10 Cf. BENTO XVI, *CARITAS IN VERITATE (CV)*, n. 36.

11 Cf. CV, n. 37.

não corresponde ao plano original de Deus. Esta forma de economia exclui a maioria dos benefícios da mesma e também esgota, de forma selvagem, os recursos da natureza. A economia, que visa a solidariedade, caminha no sentido de que toda a produção e distribuição de bens e serviços estejam a serviço da vida.

Existe uma relação intrínseca entre moral e economia. O objeto da economia é a formação da riqueza e o seu incremento progressivo, em termos não apenas quantitativos, mas qualitativos. Tudo isso é moralmente correto se for finalizado ao desenvolvimento global e solidário do homem e da sociedade, na qual ele vive e age. O primeiro capital a salvaguardar e valorizar é a pessoa, na sua integridade. "O homem é o autor, o centro e o fim de toda a vida econômico-social"¹².

É no campo dos meios e da finalidade da economia que entra a moral. Ela existe para promover a dignidade humana e o bem da sociedade. O fim da economia não está em si mesma, mas na sua destinação humana e social. À economia não foi confiado o fim da realização do homem e da boa convivência humana, mas uma tarefa parcial: a produção, a distribuição e o consumo dos bens materiais e de serviços.

O desenvolvimento econômico não se resume no mero processo de acumulação de bens e serviços. Mesmo que isto vise o bem comum, não é condição para a realização da autêntica felicidade humana. O que geralmente ocorre é que a disponibilidade excessiva de bens leva, facilmente, o ser humano a ser escravo da posse e do gozo imediato.

A moral referente à atividade econômica está inspirada na justiça e na solidariedade. Se, de um lado, é um dever desempenhar de modo eficiente a atividade de produção de bens, de outro lado, não é aceitável um crescimento econômico obtido em detrimento dos seres humanos, de povos inteiros e de grupos sociais, condenados à indigência e à exclusão. Os bens e serviços existentes devem ser repartidos de forma equitativa, segundo a virtude da solidariedade, para combater, no espírito de justiça e caridade, as 'estruturas de pecado' que geram e mantêm a pobreza, o subdesenvolvimento e a degradação do meio ambiente.

O caráter moral da atividade na área da economia implica que todas as pessoas e povos sejam sujeitos. Significa que todos têm o direito de participar e o dever de contribuir, segundo as próprias capacidades, do progresso do próprio país e de toda a família humana. "A atividade econômica não pode resolver todos os problemas sociais, mas deve ser finalizada para conseguir o bem comum"¹³.

12 CV, n. 25.

13 CV, n. 36.

1.6 Economia e espiritualidade

Tendo presente o alto grau de materialismo existente na cultura hodierna, é um desafio constante ter atitudes éticas e espirituais no setor econômico, principalmente com as pessoas que trabalham conosco em obras.

Cultivar a espiritualidade no ambiente de trabalho, onde se produz bens, traz melhoria da qualidade de vida individual e coletiva, estímulo a situações de crescimento e desenvolvimento, incentivo de parceria, criatividade, cooperação e trabalho em equipe. Quando as pessoas possuem uma dimensão de transcendência, de sentir que estão servindo a uma causa maior nas suas tarefas cotidianas, novos significados surgem.

Quando as organizações criam espaços espiritualmente ricos, os seus membros sentem-se valorizados, satisfazem as necessidades espirituais, experimentam um sentido de segurança psicológica e emocional, bem como, um sentido de propósito, de autodeterminação e de pertença. A espiritualidade corporativa é um diferencial que caracteriza as organizações que transcendem no tempo e que são reconhecidas por performances financeiras equilibradas, com resultados qualitativos e com respeito ao meio ambiente.

A articulação da gestão¹⁴ com a espiritualidade permite uma nova síntese entre interioridade e eficácia, valores e resultados. É uma das chaves para a humanidade superar o caos da falta de sentido e dar um salto de qualidade em sua consciência. A espiritualidade confere sabor e qualidade à gestão e ajuda a responder: para onde vamos, em que valores nos apoiamos, que legado deixamos para as futuras gerações?

A falência espiritual e dos valores de uma pessoa, família, empresa, obra ou nação, pode ser bem pior do que a falta de dinheiro ou a falência do patrimônio, pois sem os nossos valores, os pilares de sustentação ficam frágeis.

Há um caminho espiritual a ser trilhado por cada pessoa, que se identifica com sua própria existência, cumprindo, com as escolhas que faz, a Vontade de Deus. Quando se cultiva, na missão, uma ótica espiritual, as pessoas trabalham com mais leveza. No entanto, a finalidade última de tal postura não reside na produção material de bens, e sim no testemunho de que é possível alcançar resultados coerentes com o Evangelho.

No documento *Deus Caritas Est*, o convite que o papa dirige ao mundo da economia é aquele de andar decisivamente além de uma visão dicotômica: de um lado a economia, à qual bastam os contratos e de outro lado, a vida privada, onde o ágape tem o seu lugar.

.....

14 *Gestão é a habilidade e a arte de liderar pessoas e coordenar processos, a fim de realizar a missão de qualquer organização. O termo 'gestão' é a tradução atualizada da palavra inglesa management. Por muito tempo esteve mais em uso a palavra 'administração', tendo esta a vantagem de aludir, sobretudo, ao patrimônio físico e monetário. A palavra gestão recebeu um horizonte de significação mais amplo e está se tornando um termo chave, aplicável a distintas realidades (cf. A. Murad, *Gestão e espiritualidade*, Paulinas, S. Paulo 2007, p. 71).*

A mensagem nos impulsiona a não ver o mercado em endêmico conflito com o dom, mas considerá-lo como possível aliado para a civilização do amor em várias dimensões. A presença do *ágape* (gratuidade), abre e eleva o *amor-eros* (contrato) e o *amor-philia* (amizade). Assim, a presença do ágape na esfera econômica e civil consente ao contrato de tornar-se instrumento de liberdade e de igualdade e a amizade de tornar-se fraternidade universal¹⁵. Em recente documento, o papa afirma: “Sem a gratuidade não se consegue realizar nem mesmo a justiça”¹⁶.

2. Os bens e a caridade na vida de João Batista Scalabrini, de Madre Assunta Marchetti, de Padre José Marchetti e de São Carlos Borromeo.

2.1 João Batista Scalabrini, príncipe da caridade

Ao trazer presente alguns elementos da vida de Scalabrini, referentes ao tema em questão, é primordial dizer algo sobre a atitude que lhe era própria na relação com as pessoas e no seu serviço pastoral: a caridade.

Scalabrini foi definido por Bento XV, “príncipe da caridade”¹⁷. A caridade é a virtude que viveu em profundidade, especialmente no desempenho de sua missão como bispo. No dia da sua consagração episcopal, Scalabrini recebeu do Papa Pio IX o báculo com a inscrição: *Charitatis potestas* (o poder da caridade). Ao entregá-lo disse: “Seja esta a regra do seu governo espiritual”. E a caridade, mais do que a regra do seu ministério episcopal, foi também a sua principal característica.

A caridade de Scalabrini não foi uma forma de filantropia, imbuída somente de sentimentos de piedade cristã. Para ele, a caridade era como uma segunda natureza, dando uma característica particular ao seu relacionamento com o próximo¹⁸.

Sua ação foi enraizada na caridade, que é a alma da Igreja. “A Igreja ama, eis toda a sua vida”¹⁹, escreveu em uma carta pastoral. Na mesma afirmava que a primeira lei da Igreja é a caridade. Esta não era só a alma da Igreja e seu baluarte de defesa, mas também o principal instrumento de evangelização. Para Scalabrini foi o supremo princípio da pastoral: Anunciar a verdade com caridade²⁰.

15 Cf. BENTO XVI, *Deus Caritas Est*, n. 7.

16 CV, N. 38.

17 Mensagem por ocasião do 10^o aniversário de morte de Scalabrini, 1915.

18 Cf. M. Francesconi, *João Batista Scalabrini – Pai dos Migrantes – Traços Biográficos da Espiritualidade*, p. 7.

19 M. Francesconi, *Scalabrini uma voz atual, Congregações Scalabrinianas*, Roma 1989, p. 125.

20 *IBIDEM*, p. 88-89.

Scalabrini revela toda a grandeza e gratuidade de seu empenho caritativo quando diz: “Fazer uma única alma feliz, vale mais que ser feliz”, reassumindo a mensagem de Jesus: “Há maior felicidade em dar do que receber” (At 20,35).

Scalabrini praticou a caridade sobretudo nas ocasiões de calamidade pública. Porém, não se satisfazia em fazer caridade pessoal, mas tudo fazia para envolver, mobilizar a comunidade, fazendo com que os gestos de caridade fossem um compromisso, uma vivência eclesial, comunitária. Um exemplo disso foram todas as ações que colocou em função em um dos momentos mais dramáticos vividos pela região de Piacenza: a terrível carestia causada pelo inverno de 1879-1880²¹. Mas, além das intervenções em ocasiões de calamidade pública ou grandes obras, Scalabrini deve ser lembrado pela cotidiana e generosa beneficência a tantas pessoas necessitadas.

A sua caridade se expressava na doação material, espiritual e no perdão²². Para ele, os bens pertencem a Deus e só tem valor se colocados a serviço da caridade. Por isso, suas obras em favor da Igreja e da humanidade foram numerosas e diversificadas, porque a raiz e fonte de todo o bem era sempre a caridade: “Fiz-me servo de todos, para ganhar o maior número possível” (1Cor 9,19).²³ Por isso, em momentos de grande dificuldade financeira, Scalabrini não hesitou em vender bens pessoais, como os cavalos, o cálice de ouro, presente de Pio IX; a cruz peitoral, e de transformar a sua casa em ponto de reabastecimento para os pobres e necessitados da cidade.

Scalabrini viveu na radicalidade o princípio de que os bens deste mundo, isto é, os bens materiais, especialmente os bens da Igreja, servem para fazer o bem ao próximo, para fazer crescer a partilha, o amor, a fraternidade e a caridade. Por isso, em qualquer obra que tinha a intenção de realizar, os pobres e necessitados vinham sempre em primeiro lugar.

2.2 Pobreza evangélica

Scalabrini é um exemplo de pobreza evangélica pelo seu desapego completo das riquezas e do dinheiro, pela pobreza das alaias, da calefação, do vestuário, que não era desleixado, mas muitas vezes consertado. Sempre conservou o coração desprendido do dinheiro. Privou-se de tudo e morreu pobre, embora tenham passado em suas mãos muitos milhões, sempre aplicados em obras a favor dos mais necessitados²⁴. Por isso foi chamado o bispo de

21 Cf. M. FRANCESCONI, GIOVANNI BATTISTA SCALABRINI, CITTÀ NUOVA, ROMA 1985, p. 433ss.

22 Cf. S. Fongaro, “Bem-Aventurado João Batista Scalabrini”, in *A voz, o caminho, a ação do Bem-Aventurado João Batista Scalabrini*, Centro de Estudos Migratórios –Provincia Imaculada Conceição, 1998, p. 14-15.

23 Cf. R. RIZZARDO, JOÃO BATISTA SCALABRINI, VOZES, PETRÓPOLIS 1974, p.76.

24 Cf. M. FRANCESCONI, JOÃO BATISTA SCALABRINI – PAI DOS MIGRANTES, p. 64-65.

“mãos cheias e bolsos vazios”²⁵, porque estava convicto de que o dinheiro é como o sangue, somente circulando, traz benefícios.

Aos sacerdotes recomendava: “vosso modo de vestir, de andar, de vos comportar não se mostre, jamais, em contraste com a ordem que recebestes. Contentai-vos com mesa frugal e objetos modestos. Fugi do fausto, do luxo, da busca de honras, da ambição e da vaidade. Não sejais ávidos de dinheiro, de lucro. Se sois pobres, não aspireis vos tornardes ricos, senão quiserdes cair em muitas tentações. Carregai a vossa pobreza sem vos aborrecer”²⁶.

A pobreza, como desapego dos bens terrenos, era considerada por ele a mais perfeita alegria. Dizia aos seus missionários que a pobreza deve salvaguardar a pureza de intenção apostólica e a caridade. “Mostrai, cada vez mais, que vosso zelo iguala o vosso desprendimento, que em Deus, somente em Deus, está colocada a vossa esperança, que de Deus, somente de Deus, esperais vossa recompensa, que não deixareis vosso apostolado enquanto houver infelizes para consolar, ignorantes para instruir, pobres para evangelizar e almas para salvar”²⁷.

Numa carta enviada a padre *Zaboglio*, entre os vários aspectos que dizem respeito à vida religiosa de seus missionários, preocupa-se também com a questão econômica: “É importante que a administração seja revista e que se possa saber como se gasta, com que critérios se fazem as despesas. Aqui estamos na miséria, eu, mais que nossa casa. Portanto, é preciso ter presente as necessidades da casa-mãe e mandar quanto se pode”²⁸.

Suas palavras não admitiam réplica porque testemunhadas por uma pobreza que o acompanhou até a morte: “Vim pobre para Piacenza e pobre parto para o outro mundo! O pouco que verdadeiramente me pertence será suficiente para saldar as dívidas e pagar os meus funerais que, peço, sejam muito modestos”!

2.3 Economia e migrações no pensar de Scalabrini

Para Scalabrini, vários eram os motivos que impulsionavam as migrações em sua época, mas o principal deles era sempre de ordem econômica. No opúsculo: *A Emigração Italiana na América, 1887*, Scalabrini afirmava que o fenômeno migratório é um fato de política econômica internacional. Neste mesmo período, criticou publicamente o projeto do governo que defendia “a liberdade de migrar e de fazer migrar”, o que ele contestava fortemente e defendia a “liberdade de emigrar, mas não

25 *Ibidem*, p. 7.

26 M. FRANCESCONI, *Scalabrini uma voz atual*, 179.

27 *Ibidem*, p. 65.

28 *Ibidem*, p. 448.

de fazer emigrar”; pois, na mesma medida em que a migração espontânea é boa, é má a migração forçada²⁹.

Preocupado com o bem estar, não só religioso, dos migrantes, mas também material, fundou a Sociedade São Rafael, que tinha como finalidade “trabalhar para manter vivos, no coração dos emigrantes italianos, a fé, o sentimento pátrio, o afeto à mãe-pátria e, ao mesmo tempo, procurar o seu bem estar moral, físico, intelectual, econômico e social”. Na prática, os objetivos da Sociedade São Rafael visavam os vários setores da vida humana, entre eles o aspecto econômico. Sua ajuda não consistia apenas em financiamentos e orientações para a busca de novas terras e empregos melhores, mas incluía ainda uma vasta rede de informações entre os migrantes e seus familiares distantes, bem como outras orientações necessárias, principalmente nos primeiros anos, sempre os mais difíceis³⁰.

Scalabrini não era sonhador ou idealista, mas aderiu à realidade na busca da promoção integral do homem: A educação religiosa e social sozinha nada pode; quem vive com o desespero na alma, pouco compreenderá da palavra fé! O pão da alma deve ser partilhado juntamente com o pão do corpo! “Para o pobre, a pátria é a terra que lhe dá o pão! E lá, bem longe, esperavam encontrá-lo menos escasso, menos suado”³¹.

Um homem pobre e despojado dos bens como Scalabrini vivia profundamente abandonado nas mãos da Providência Divina. Testemunhas afirmam que Scalabrini revelava grande espírito de abandono à Providência Divina e, por isto, sua palavra era cheia de esperança, de convicção e de consolação. Dizia que a misteriosa providência de Deus, que governa todas as coisas, acima de qualquer previsão, adota, muitas vezes, elementos para cumprir as maiores obras e a eger as coisas frágeis para confundir os fortes, a fim de que ninguém se glorie³². O homem propõe, mas Deus dispõe; o homem se agita, mas Deus o conduz; o homem trabalha e semeia o seu campo, mas o fruto do seu trabalho, quem o dá é Deus³³.

2.4 Madre Assunta Marchetti

A pobreza, como condição familiar e opção religiosa, foi para madre Assunta uma forma de vida estável e corajosa. A pobreza da família marcou sua infância e juventude, e aquela por ela escolhida como resposta ao chamado do Senhor, a acompanhará a partir dos seus vinte e

.....

29 *Ibidem*, p. 355-357.

30 *Ibidem*, p. 465-466.

31 *Ibidem*, p. 356.

32 Cf. *Carta Pastoral*, 1876.

33 Cf. *Carta Pastoral*, 1905.

quatro anos, assumindo-a como identificação sempre mais completa com o Cristo pobre³⁴.

Para madre Assunta, a pobreza era um bem que concentrava todos os bens do mundo; ela não só viveu desprendida das coisas, dependente do uso do dinheiro e na gestão dos bens materiais, como também, teve em máxima consideração o conselho evangélico da pobreza, aceitando de boa vontade as privações e impondo-se renúncias heróicas³⁵.

Seu exemplo de simplicidade e sobriedade de vida, fundamentados na pobreza evangélica, ainda hoje nos ensinam a importância da liberdade de espírito na relação com os bens materiais, e que estes atingem seu máximo valor quando colocados a serviço dos mais necessitados. A Serva de Deus era pobre exterior e interiormente, desprendida das coisas materiais para dar espaço a Deus. Sabia que a religiosa deve viver para Deus, sua única riqueza³⁶. Para ela, a virtude da pobreza evangélica não tinha relação somente com o correto uso dos bens terrenos, mas era elemento integrante de sua relação com Deus.

Madre Assunta testemunhou sua constante fidelidade a Cristo, escolhido como 'único bem necessário', de muitos modos e situações. Na Itália, viveu sempre em casas cujos proprietários eram donos dos moinhos, administrados pelo pai. No Brasil, como missionária, residiu sempre em prédios colocados à disposição por outros, como os Missionários de São Carlos ou do pároco do lugar, ou ainda de vários entes administrativos³⁷.

Demonstrou ser consciente da importância de depender dos superiores no uso do dinheiro, para seguir mais de perto a Jesus Cristo, que se fez pobre por nós (2Cor 8,9). Testemunhas afirmam que ela se sujeitava serenamente a essa dependência, mesmo quando era superiora geral: "No uso do dinheiro foi sempre dependente, ou das superiores ou do Visitador Apostólico. A este, prestava contas seriamente do movimento econômico do Instituto, exigindo a mesma coisa de todas as casas das províncias"³⁸.

Em várias oportunidades quando desempenhou a função de governo, demonstrou sua capacidade e habilidade administrativa. Encontramos vários testemunhos que atestam isso: "Durante o seu governo, ela demonstrou grande habilidade em administrar. Não deixava faltar nada às irmãs e respondeu aos vários pedidos de abertura de casas em diversos lugares, permitindo ao Instituto de expandir-se". Madre Assunta tinha o bom senso e o espírito prático. Empenhou-se com êxito em pagar as dívidas existentes, como o demonstra numa carta enviada ao Visitador Apostólico, Mons. Egidio Lari, em 1929: "Tenho o dever de

34 Cf. L.BONDI, *Virtudes da serva de Deus Madre Assunta Marchetti*, p. 207.

35 *IBIDEM*, p. 213.

36 *IBIDEM*, p. 220.

37 *IBIDEM*, p. 213.

38 *IBIDEM*, p. 209.

comunicar a V. E. Rev.ma que, com a graça de Deus e a válida ajuda de V. Rev.ma pagamos a última prestação (20 contos) para extinguir a dívida contraída com a compra da casa do Pari, onde funciona o externato 'Santa Teresinha do Menino Jesus'³⁹.

Em seus 53 anos de vida missionária, ela exerceu todos os tipos de trabalho e, entre eles encontramos também aquele de ecônoma⁴⁰. Em todas as atividades que experimentou, demonstrou sempre a mesma dedicação e o mesmo espírito de serviço e comunhão. Sua trajetória pode ser definida como: "de cozinheira à madre geral, de madre geral à cozinheira". O desaparego da fama, do nome, dos cargos, espelhava seu despojamento interior. Assumia os cargos e terminava o mandato com a mesma serenidade, com a mesma paz, tal era seu despojamento.

Madre Assunta estava sempre pronta para ocupar este ou aquele serviço, desempenhar esta ou aquela tarefa, testemunhando o valor e a importância de todo trabalho realizado com dignidade. Nunca renunciou, qualquer que fosse o serviço específico a ela pedido. O trabalho foi uma expressão significativa e voluntária do seu ser pobre para o Reino e para partilhar com a sorte dos pobres que são a porção privilegiada do Reino⁴¹.

A administração dos bens possui um único objetivo: a lei da caridade testemunhada por Jesus Cristo e pela Igreja primitiva que encontramos descrita nos Atos dos Apóstolos. Madre Assunta teve toda sua vida inteiramente voltada ao exercício da caridade, pois não deixou fugir as ocasiões que se ofereciam, pelas mais diversas circunstâncias, de manifestar seu imenso amor a Deus e a alegria constante de aliviar as necessidades do próximo por amor a Deus. Sua doação total aos irmãos é uma prova de que veio para servir. Afirmava que "sem sacrifícios não se pode fazer o bem ao próximo".

Em tudo tinha uma atitude de total confiança na Providência Divina. Nos momentos de perigo ou de dificuldades, com simplicidade, mas com convicção, exclamava: "Deus vê, Deus provê". Era ilimitada sua confiança na Providência. Sabia olhar com otimismo a sua história, com confiança o futuro, com despreendimento os acontecimentos deste mundo, as coisas e as pessoas. Experimentava com frequência a fidelidade de Deus-Providência e confiava nele sem reservas. Prova de seu abandono: "Deus nos prova, mas não nos abandona. Estamos nas suas mãos e tudo o que Ele faz, é bem feito"⁴².

.....
39 *IBIDEM*, p. 138-139.

40 Cf. M. FRANCESCONI, *STORIA DELLA CONGREGAZIONE SCALABRINIANA - LE PRIME MISSIONE NEL BRASILE (1888 - 1905)*, p. 137.

41 Cf. L. Bondi, *Virtudes da serva de Deus Madre Assunta Marchetti*, p. 217.

42 Cf. L. Bondi, *Virtudes da serva de Deus Madre Assunta Marchetti*, p. 43-44.

2.5 Padre José Marchetti

Padre José Marchetti, modelo de caridade evangélica, foi um sacerdote singular, homem entregue à Divina Providência e que viveu na pobreza e na caridade.

Nasceu em uma família muito pobre, mas profundamente honesta e piedosa. Cresceu pobre e para estudar superou as grandes dificuldades financeiras através da vontade firme, da oração e do auxílio de benfeitores. Como sacerdote viveu pobre e tudo o que possuía, bem como todas as suas iniciativas, eram sempre voltadas ao próximo necessitado. Não foram poucos os gestos de caridade. E pobre morreu, como mártir⁴³.

A caridade foi a virtude que marcou profundamente a sua vida. Ele não apenas a praticava pessoalmente, mas idealizava meios para que os cristãos a praticassem. Tudo o que fazia era para o bem dos indefesos, em particular dos órfãos e migrantes, por isso não tinha vergonha de passar de casa em casa, de comércio em comércio, pedindo doações para os necessitados, mesmo recebendo humilhações. Dizia: "... os homens trabalham por si mesmos e eu não faço outra coisa que rezar, atender confissões, pregar e andar de porta em porta a pedir. De quem me dá dinheiro, levo dinheiro; de quem me oferece humilhações, levo humilhações. São boas essas também. O importante é que o dinheiro vem e os muros estão crescendo"⁴⁴.

Padre Marchetti era pobre, por isso, sem afeição ao dinheiro que, para ele, era somente um meio de concretizar a obra de Cristo na terra, no atendimento aos excluídos e abandonados de seu tempo. Buscou ardentemente reproduzir, interiormente e exteriormente, as virtudes de Jesus Cristo, como diz São Paulo: "Já não sou eu, mas é Cristo quem vive em mim" (Gl 2,20)⁴⁵.

Seu espírito de iniciativa, de buscar respostas às urgências e necessidades que se apresentavam, demonstrava sua capacidade administrativa, sobretudo, sua confiança na Providência. Para um padre jovem, estrangeiro, recém chegado, foi admirável a sua ação e a sua capacidade de aglutinar forças, buscando recursos e estabelecendo parcerias, até mesmo entre lados opostos, sendo que, em pouco tempo, todos estavam dispostos a ajudar na construção do Orfanato. Assim, no prazo curtíssimo de nove meses, erguia-se o grande prédio do Orfanato Cristóvão Colombo, e era dado início à construção de um orfanato para as meninas, no bairro de Vila Prudente. Isso sem contar suas diversas iniciativas nas áreas de promoção humana, vocacional e de saúde, dando grande impulso na construção do Hospital Humberto I.

Padre José Marchetti tinha fé na Providência Divina, a quem confiava seus sonhos. O Sagrado Coração de Jesus é o confidente e conselheiro. Dele lhe vem a certeza de que Deus fecunda

43 Cf. FS. DE MELO, *Padre José Marchetti – Exemplo de amor a Deus e ao próximo*, p. 1

44 M. Francesconi, *Como um relâmpago – Padre José Marchetti (1869 -1896)*, 1972, p. 29.

45 Cf. *Província Nossa Senhora Aparecida, Estudo e aprofundamento sobre a pobreza evangélica*, p. 61.

a sua obra: “Deus queria o orfanato, eu o vejo, sinto e percebo. *Deo Gratias*”⁴⁶! A Providência lhe abre caminhos para a concretização de seus sonhos. Compreende a fé na Providência como uma exigência de não deixarmos o mundo como está, mas trabalharmos para a sua renovação. Por isso se empenha com todas as suas forças e procura envolver outras pessoas, confiando-lhes responsabilidades. Repetia: “Avante, até que Deus queira”.

No dia do seu 27º aniversário, em 3 de outubro de 1896, padre José Marchetti professa, perpetuamente, os votos religiosos, acrescentando a estes outros dois que avaliam a dimensão espiritual do missionário: “Para melhor corresponder à alta missão que me tendes confiado, por vossa misericórdia, sinto-me impelido a sacrificar-me ainda mais, jurando com voto, que eu sempre serei vítima do meu próximo por vosso amor. Assim, pelo voto de caridade, anteporei, em tudo, o próximo a mim mesmo, aos meus prazeres, à minha saúde, à minha vida”⁴⁷.

Se suas obras materiais, suas ações atestam sua caridade, mais ainda o atesta sua vida, como escreve padre *Dario Azzi*: “Inflamado pelo sagrado fogo da caridade, amou com todas as suas forças Deus; em Deus viu todos os homens que amou como irmãos, disposto a dar, por eles, o sangue e a vida”⁴⁸. Partilhava tudo o que tinha, inclusive seus poucos objetos pessoais, com os menos favorecidos, porém, mais do que as coisas, partilhava a sua presença pastoral, sua solidariedade, seus sentimentos.

2.6 São Carlos Borromeo

A partir da história, conhecemos a riqueza da família de São Carlos, mas também como ele soube renunciar a muitos privilégios que, pessoalmente, tinha direito, para colocar-se a serviço da Igreja, testemunho de uma verdadeira liberdade interior na relação com os bens materiais.

O seu caminho de santidade se destaca, particularmente, na opção voluntária e livre de ser pobre, mesmo sendo rico. Fez isso no sacrifício levado até o limite máximo da privação e do esforço, na oração e, sobretudo, na caridade pastoral⁴⁹.

Como bispo, viveu e realizou o ideal do Bom Pastor que dá a vida por suas ovelhas. *Luís de Granada* assim o retratou: “Na abstinência, imitou os monges antigos, na solicitude e vigilância, os santos pontífices; nos contínuos trabalhos no tempo da peste, os mártires; no zelo pela salvação, os apóstolos; na pobreza de sua casa, os mestres da pobreza evangélica. Nas obras de caridade exercitou a vida ativa, na oração, a vida contemplativa

46 CARTA A SCALABRINI, 31.01.1895.

47 Z. ORNAGHI, PE. JOSÉ MARCHETTI – O MÁRTIR DA CARIDADE, EDUCS, CAXIAS DO SUL 1997, p. 53.

48 IBIDEM, p. 62.

49 Cf. L. Crivelli, “Bruciò la vita perché il suo popolo fosse santo”, in *Famiglia Cristiana* (43/1984), p. 77.

e nestas duas vidas, mais o serviço da pregação contínua, imitou o Salvador que, nestes três ministérios, era o Mestre”.

A caridade foi um aspecto significativo de sua vida, testemunhada em modo heróico, particularmente na trágica circunstância da peste que na história ficará lembrada como “a peste de São Carlos”. Disse o papa João Paulo II que São Carlos foi e é modelo de zelo e de caridade, bispo solícito, sobretudo durante o período da peste, levando socorro aos doentes, aos mendigos e outros pobres, dando-lhes assistência, alimentos, vestuário e um lugar para se abrigar. Para fazer isso, privou-se de muitas coisas que tinha na residência episcopal, ficando para si o estrito necessário⁵⁰.

São Carlos criou instituições de caridade. Segundo ele, as obras de caridade são um testemunho de fé e de autêntica vida cristã. Nos escritos e na sua ação pastoral não encontramos enunciados explícitos e conceitos modernos de justiça social. Encontramos, porém, uma completa visão dos problemas de seu tempo, um sentido cristão de generosa dedicação ao próximo e de desapego dos bens materiais, que deve ser a alma interior de toda forma de assistência e de beneficência, que visa a elevação moral e material da pessoa⁵¹.

A pobreza evangélica, o desapego dos bens terrenos, é outro aspecto significativo em sua vida, porque recebia, anualmente uma renda considerável, seja em função de sua investidura eclesiástica, ou como fruto do patrimônio da família Borromeo, patrimônio passado inteiramente a ele depois da morte do irmão Federico. São Carlos renunciou progressivamente aos muitos benefícios de que tinha direito. Alguém afirmou: “Da riqueza, Carlos conheceu somente aquilo que um cão recebe de seu patrão: água, pão e palha”⁵².

Enquanto bispo, distribuiu a todos os miseráveis de Milão a sua rica herança e a renda que provinha dos bens de família. Quando não tinha mais o que dar, pedia pessoalmente esmolas em favor dos pobres. Organizou as obras de caridade de tal modo que nenhuma categoria de necessitados fosse esquecida. Gastou suas energias através da caridade, desconhecendo limites e precauções. Dizia: “Um bispo muito cuidadoso de sua saúde não chegará a ser santo”⁵³.

2.7 Administrador da diocese de Milão

Quando São Carlos foi nomeado “administrador perpétuo da diocese de Milão” (1560), contava com apenas 22 anos e não possuía nenhuma das condições necessárias para receber a

50 Cf. JOÃO PAULO II, *Homilia (4 novembro de 1984 – Arona, Itália)*.

51 Cf. A. RIMOLDI, “LE ATTIVITÀ A FAVORE DELLA SPIRITUALITÀ E DELL’APOSTOLATO DEI LAICI E LE ISTITUZIONI SOCIALI”, IN *ATTUALITÀ DELLA PASTORALE DI SAN CARLO BORROMEO*, 1965, p. 208.

52 Cf. D. TETTAMANZI, *SAN CARLO, LUMINOSO ESEMPIO DI POVERTÀ EVANGELICA – SOLENITÀ DI SAN CARLO BORROMEO*, DUOMO DI MILANO, 4 NOVEMBRE 2008.

53 Cf. A. DEREO, *SAN CARLO BORROMEO – IL CARDINALE RIFORMATORE, ANCORA*, MILANO 1965, p. 378-379.

sede episcopal, porque não havia ainda recebido as ordens sagradas. Mesmo contra o espírito da época, assume seriamente todos os cargos de representação dos títulos e benefícios que lhe são dados e faz jus do título de “administrador”⁵⁴. Demonstrou ser um administrador dedicado ao seu povo, firme em defender os direitos onde estes eram violados⁵⁵. Nesta função, revelou todas as suas qualidades: uma resistência extraordinária para o trabalho, uma vontade enérgica e perseverante, capacidade de escutar e pedir conselho, antes de corajosamente agir⁵⁶. Era considerado um gênio da doutrina e da técnica organizativa, mas também homem de grande oração, de heróica penitência, de espírito de sacrifício e de muita ação⁵⁷.

Nos diversos Sínodos provinciais, mais que uma vez aprofundou o tema da pobreza na vida dos sacerdotes. Nas conclusões do quarto Sínodo (1576), exorta-os à pobreza, sobretudo no modo concreto de exercitar o ministério junto aos fiéis: “Não sejais vendedores, nem ministros de sataná, mas portadores de Cristo”. Ressalta também a atenção que os sacerdotes devem ter no uso dos bens eclesíásticos, dizendo; “distribuam os bens da Igreja àqueles que são as vísceras do amor de Cristo, isto é, aos pobres, aos peregrinos, às viúvas, às crianças, aos sofredores, aos presos”⁵⁸.

Em seu processo de beatificação, o bispo di Ferrara, Giovanni Fontana, que fazia parte das pessoas íntimas de S. Carlos, testemunhou que era comovente ver os poucos pertences que tinha quando morreu, os quais revelam a austeridade de um homem que viveu o mais pobre possível, mesmo que não lhe faltasse a riqueza. Amava tanto a pobreza, que em suas homilias não podia faltar a pregação e o convite a todos os ouvintes, de relativizar os bens materiais, de despojarem-se de seus pertences em favor dos mais necessitados. Toda sua vida foi prova de sua grande dedicação aos pobres e esquecidos e, morrendo, deixou a eles os seus bens.

Quando alguém lhe fazia uma observação quanto ao seu estilo de vida austero e de muito trabalho, dizia: “Diz-se que minhas austeridades prejudicam minhas forças físicas. Mas posso afirmar que não só minha saúde jamais ficou prejudicada por esse motivo, como também que tais penitências sempre me facilitam o cumprimento do meu dever de pastor”⁵⁹.

Demonstrava grande preocupação e cuidado com a honestidade e a transparência nos atos administrativos em sua diocese. Por isso, em suas visitas pastorais e pregações, ressaltava

.....
54 *IBIDEM*, p. 202.

55 *IBIDEM*, p. 210.

56 Cf. P. GUÉRANGER, *L'ANNO LITURGICO - IL TEMPO PASQUALE E DOPO LA PENTECOSTE*, ALBA 1959, p. 1245-1248.

57 Cf. G. CERIANI, “SPIRITUALITÀ DEL CLERO DIOCESANO”, IN *ATTUALITÀ DELLA PASTORALE DI SAN CARLO BORROMEO*, MILANO 1965, p. 91-113.

58 Cf. D. TETTAMANZI, *SOLENNITÀ DI SAN CARLO BORROMEO (CATEDRAL DE MILÃO, 4 DE NOVEMBRO DE 2008)*.

59 *Ibidem*, p. 172.

o que visava à construção de um mundo mais cristão e, conseqüentemente, mais justo e fraterno. Dizia aos seus sacerdotes: “Em todas as atividades, vendas e compras, precavei-vos do roubo, da corrupção, da mentira, no intuito de vos apoderar do que pertence a outrem. Evitai de trabalhar com o dinheiro e os bens alheios, a menos que sejais obrigados a isso por razões de caridade. Não vos deixeis levar pela injustiça, nem pelo lucro, nem por amizade”⁶⁰.

Sua atenção se voltava também para a boa e correta aplicação dos recursos de sua diocese. Exemplo disso é a resposta dada a alguém que lhe sugeriu a compra de um quadro artístico de sua propriedade: “Se for como presente, aceito-o; caso contrário, gastar dinheiro em coisas não necessárias, é roubá-lo aos pobres”⁶¹!

São Carlos não usava meias medidas quando devia fazer observações em relação a um ato de má administração. É o que se constata em uma carta endereçada a seu administrador, que concluiu uma negociação não muito transparente e desastrosa para a cúria milanes: “teria sido muito melhor para os interesses da cúria cortar ao invés de firmar tais contratos. Não se queixe agora se todos zombam de você, pois os homens honestos tem um exemplo de como se deve agir! Não aceito a desculpa de pretender aumentar o nosso patrimônio; com efeito, se temos a obrigação de conservá-lo, não por isso devemos nos sujar para aumentá-lo”⁶²! Para ele a preocupação com o dinheiro era a menor de todas.

Em outras palavras dizia, concretamente que era necessário praticar exemplarmente a justiça e a transparência na gestão dos bens da Igreja, tratando-os não como patrimônio pessoal, mas como bens da Igreja, dos quais devemos prestar contas a Deus e aos pobres.

O lema *humilitas*⁶³ - humildade - não foi somente um elemento no brasão de família, mas foi o motor de sua vida e ação. A humildade o levou, como o Senhor Jesus, a renunciar a si mesmo para se fazer servo de todos. A humildade o faz servo de seu povo, lhe infunde a coragem de permanecer junto às vítimas da peste, quando as autoridades locais fogem por medo do contágio. Ele verdadeiramente encarnou a humildade em sua vida.

3. Os bens a serviço da missão

3.1 As mudanças econômicas e financeiras

As mudanças econômicas e financeiras, ocorridas nos últimos anos, interferiram no interior das comunidades religiosas, das pessoas consagradas e das instituições. Nenhuma pessoa

60 R. RIZZARDO, *Carlos Borromeu, Paulinas, S. Paulo 1984, p. 164.*

61 *IBIDEM, p. 165.*

62 *IBIDEM, p. 166.*

63 *Palavra latina que significa pouco elevada da terra – húmus, terra, solo.*

é imune às mudanças que ocorrem na sociedade, no mercado financeiro ou nos diversos sistemas econômicos.

Entre as diversas atividades da pessoa, aquela econômica é fundamental; sem essa a vida humana não é compreensível e nem vivível. O atual sistema, na sua ideologia econômica, faz com que cada pessoa se sinta protagonista e responsável por sua prosperidade e pelo desenvolvimento, em grande ou pequena escala, de seus bens.

O processo de globalização, adequadamente concebido e administrado, oferece a possibilidade de uma grande redistribuição da riqueza em nível planetário; se mal administrado, pode fazer crescer a pobreza e a desigualdade no mundo inteiro⁶⁴.

Na atual mudança de mentalidade e reorganização do sistema econômico mundial, as instituições religiosas foram afetadas no interior de sua existência, tendo sido exigida delas uma reestruturação conforme as políticas financeiras do mundo. Com a nova cultura da globalização, o leque de perspectivas mudou a compreensão econômica e o uso do dinheiro⁶⁵.

As diversas mentalidades presentes nas instituições entram em choque com os novos paradigmas econômicos e com o campo interpretativo do significado da consagração e compromisso com os votos. Em alguns casos, pela pressão externa e independente da própria vontade, mudam-se conceitos e comportamentos da pessoa consagrada em relação ao mundo econômico⁶⁶.

Na segunda metade do século XX, muitos Institutos religiosos viram as suas atividades apostólicas transformarem-se em verdadeiras empresas, pequenas ou grandes, que oferecem diversos serviços, quase sempre em linha com a sua missão específica. O contexto sócio-econômico obrigou-os a fazer tais escolhas, não tendo outra possibilidade de levar adiante a sua missão. Consequentemente, devem funcionar com critérios empresariais: produtividade e rendimento, cumprimento das leis trabalhistas, sociais e fiscais.

Porém, ressalta-se que entre uma empresa ordinária e uma empresa de um Instituto religioso existem notáveis diferenças. O objetivo último de qualquer empresa é o máximo das vantagens, mas não pode ser assim para as empresas de um Instituto religioso, porque se propõem como objetivo realizar a missão carismática do Instituto. Nesse sentido, os administradores religiosos devem ter muito presente a reflexão sobre o mundo do trabalho e da economia que, durante o último século, foi recolhida na Doutrina Social da Igreja⁶⁷. Essa

.....

64 Cf. CV, n. 42.

65 Cf. M.S. MOURÃO, "O USO DO DINHEIRO NA VIDA RELIGIOSA CONSAGRADA", IN ANÁLISE INSTITUCIONAL NA VIDA RELIGIOSA CONSAGRADA, PUBLICAÇÕES CRB, BELO HORIZONTE 2005, p. 152.156.

66 *Ibidem*, p. 153.157.

67 Cf. PONTIFÍCIO CONSIGLIO DELLA GIUSTIZIA E DELLA PACE, COMPENDIO DELLA DOTTRINA SOCIALE DELLA CHIESA, n. 336-345.

doutrina, partindo geralmente do contexto capitalista, recorda aos cristãos as suas obrigações em ordem da justiça e da economia e isso vale ainda mais para os religiosos e religiosas⁶⁸.

A finalidade última deve qualificar uma organização que presta serviços. A prioridade do carisma traduz-se numa forma diferenciada de administrar e uma postura crítica e construtiva em relação ao mercado e às suas leis. Sinaliza, institucionalmente, que é possível e necessário administrar negócios com outra perspectiva, integrando a eficácia da gestão com valores humanos e empenhando-se por uma sociedade justa, saudável e solidária⁶⁹.

Um grande desafio é como atrair pessoas que trabalhem em nossas obras com o espírito do carisma. O principal mecanismo para escolher pessoas é a auto-seleção. Se uma pessoa vê uma instituição ideal, carismática, coerente com os valores que professa, e se ela se candidata ao trabalho, quer dizer que, ao menos em parte, aceita aquela visão de economia e de vida. Ocorre, porém, que a instituição/empresa tenha uma mensagem clara sobre a sua identidade. Se os sinais dados são claros, os candidatos se auto-selecionam. Dizem que os piores *managers* (dirigentes), sob o ponto de vista valorativo, são atraídos pelas multinacionais, porque o candidato é alguém que se interessa muito pelo dinheiro. Ótimos *managers* vão sempre mais trabalhar nas ONGs, na ONU, na UNICEF, porque a pessoa é motivada não só pelo dinheiro, mas vai em busca de organizações que dão sinais de alta vocação. A maneira mais adequada para ter pessoas melhores é oferecer altas remunerações ideais e simbólicas⁷⁰.

Numa instituição religiosa, no trabalho com os leigos, os níveis de responsabilidades são diferentes. Partilha-se a missão, mas não do mesmo modo e com o mesmo grau de responsabilidade. Portanto, não no plano da igualdade. Claro que entre ambos deve haver colaboração. Esses colaboradores possuem, a nível de empresa, um nível de compromisso muito diferenciado, mas a todos, sem exceção, é necessário fazer conhecer o sentido e a finalidade do seu trabalho e em qual obra estão colaborando. É uma forma de dar sentido ao próprio trabalho e torná-los conscientes de que não estão trabalhando numa empresa qualquer⁷¹.

Para os leigos, o trabalho deve ser uma forma concreta de viver a própria vocação cristã e a responsabilidade evangelizadora no mundo, que se torna também um modo para ganhar a vida⁷².

68 Cf. E. ARENAS – F. TORRES, *Vita Consacrata ed economia, Ancora, Milano 2006*, p. 28-29.

69 Cf. A. MURAD, *GESTÃO E ESPIRITUALIDADE*, p. 86-87.

70 Cf. L. Bruni – A. Smerilli, *Benedetta Economia, Città Nuova, Roma 2009*, p. 94-96.

71 Cf. E. ARENAS – F. TORRES, *VITA CONSACRATA ED ECONOMIA*, p. 118-119,126.

72 *IBIDEM*, p. 127.

3.2 Recursos econômicos e missão

Na vida religiosa, precisamos considerar dois grandes planos. O primeiro plano trata da busca de sentido do que se faz, do porquê se vive desse modo, este estilo de vida, e a isto poderíamos chamar de *espiritualidade*, que é uma dimensão do carisma. Por isso, o carisma é essencial, porque não há alegria sem gratuidade e não há gratuidade sem carismas. Um outro plano refere-se às estruturas reais em que vivemos: as casas, as propriedades, os instrumentos de trabalho e também os recursos pessoais. A este segundo plano podemos chamar de *administração*. A espiritualidade sem administração torna-se um sonho sem realização; a administração sem espiritualidade torna-se um computador sem programa, um time sem adversário, um carro sem combustível, uma mensagem sem sentido⁷³.

Os objetivos de um Instituto religioso podem ser sintetizados em anunciar a Boa Nova e testemunhar a fé, através do estilo de vida próprio assumido com a consagração. Se temos isso em mente, em termos administrativos, não se trata de termos quaisquer coisas, mas termos as mais adequadas, as mais eficientes para o nosso intuito; não se trata de formarmos de qualquer jeito, mas buscar um ótimo modelo para aquilo que queremos; não se trata de estar em qualquer lugar, seja geográfico ou socialmente, mas estar no melhor lugar para alcançarmos o que visamos. Essa capacidade de perceber e analisar as situações, de tal modo que se consiga o máximo com o que temos, não é algo inato, mas é algo que precisamos aprender, desenvolver⁷⁴.

Constata-se que a vida religiosa tem vivido significativas mudanças na espiritualidade, no estilo de vida comunitário e, sobretudo, na missão. Todas estas mudanças afetam a teologia e a pastoral da mesma, o estilo de vida e de maneira específica, sua forma de relacionar-se com os recursos humanos e materiais⁷⁵.

As duas realidades, recursos econômicos e missão, estão intrinsecamente relacionadas. Não se pode realizar bem a missão sem os devidos recursos econômicos. A economia dos religiosos tem que ser uma economia a serviço da missão, qualificando as várias formas de apostolado. Os bens que não servissem para a ação missionária, ou objetivos específicos da Congregação, não se justificariam⁷⁶.

Sem dúvidas, a maneira de enfocar e tratar os temas econômicos, expressa muito bem o que uma Congregação crê, espera e de forma concreta, em quem põe sua confiança. Recorda-

73 Cf. J.L.CASAROTTO, "AS FINANÇAS DA CONGREGAÇÃO E A VIDA RELIGIOSA-MISSIONÁRIA", IN CONVERGÊNCIA 261 (1993), p. 136.

74 *IBIDEM*, p. 137-138.

75 Cf. UNIONE SUPERIORI GENERALI (USG), "DOCUMENTO DE LA 60ª ASAMBLEA DE LA USG", IN ECONOMIA Y MISIÓN EN LA VIDA CONSAGRADA, HOY, IL CALAMO, ROMA 2002, n. 25.

76 *IBIDEM*, n. 34.

nos o Evangelho: “Onde está o teu tesouro ali está o teu coração” (Mt 6,21). O nosso tesouro deve ser a missão, o anúncio do Reino. E colocar a economia a serviço da pessoa e da missão é uma forma concreta de servir a Igreja⁷⁷.

A gestão econômica não tem a ver somente com a pobreza. Ela tem a ver com a obediência, já que tem leis da Igreja, do próprio Instituto e dos governos civis que se deve seguir; e com a castidade, já que não pode faltar uma grande liberdade do coração, para que os bens sejam colocados a serviço da pessoa humana. Não se deve temer diferenciar claramente vida evangélica e gestão profissional. São dois níveis distintos que se devem complementar⁷⁸.

O tema econômico não pode ser alheio à VC. São muitas as incidências que tem na missão da mesma e esta não pode prescindir da economia. A questão econômica é de grande consequência, já que envolve uma importante dimensão de nossa vida. E mais, está estreitamente ligada à ação política da sociedade e, com frequência, ambas as dimensões estão inter-relacionadas⁷⁹.

3.3 Estilo de administração nos Institutos religiosos

No novo contexto da economia mundial e da gestão mais técnica, necessita-se de mais informações e melhor formação em todos os religiosos e, de modo especial, nos que precisam decidir e levar adiante a administração dos bens da Instituição. A gestão eficaz moderna exige lideranças capazes, alinhamento com os valores da Instituição e a maior participação possível de seus membros e colaboradores. Toda organização requer compromisso com metas comuns e valores compartilhados. Esta organização está ancorada na comunicação e na responsabilidade individual; aprendizado constante, critérios de desempenho, resultado focado em seu destinatário⁸⁰.

A administração dos bens de um Instituto religioso requer cautela, precisão, honestidade e profissionalização, evitando a especulação. Essa deverá ter presente os critérios evangélicos e a fidelidade ao carisma específico do Instituto, submetendo-se às normas que tal administração comporta, como aquela de direito canônico e civil do país onde desenvolve a sua atividade⁸¹.

Algumas características da administração de um Instituto religioso são imprescindíveis, em qualquer nível⁸²:

77 *Ibidem*, n. 64.

78 *Ibidem*, n. 26.32.

79 *Ibidem*, n. 14.

80 Cf. A. Murad, *Gestão e espiritualidade*, p. 72-75.91.

81 Cf. E. Arenas – F. Torres, *Vita Consacrata ed economia*, p. 10-11.17.

82 *Ibidem*, p. 25.27.

- evangélica: os bens devem ser usados só como meios e na medida em que servem para alcançar o fim próprio do Instituto. Portanto, os bens materiais necessários para o desenvolvimento da missão devem ser usados para a formação de seus membros e a realização das atividades apostólicas, procurando os meios mais adequados e eficazes. Da quantidade e da atualização de conhecimentos e autoconhecimento, depende em grande parte o êxito da Instituição na missão da Igreja e na sociedade na qual se trabalha;
- prudente: uma administração é prudente quando os bens materiais são usados para o fim do Instituto. Nenhuma pessoa pode usá-los em vantagem própria;
- sábia: não basta uma administração prudente, precisa também ser sábia, ou seja, requer que nos assuntos de administração ordinária, os ecônomos e os administradores saibam como agir tecnicamente;
- fraterna: as pessoas que são chamadas a este serviço devem ser atentas às necessidades dos irmãos e da comunidade, sempre nos limites da pobreza e da tradição do Instituto;
- corresponsável: Todos os membros que fazem parte do Instituto são corresponsáveis pelas decisões econômicas. A corresponsabilidade se fundamenta na transparência. Uma das principais funções de uma boa contabilidade é oferecer uma imagem clara e compreensível da situação econômica real. Muitas vezes, não é possível a participação de todos os membros no processo econômico, por isso a necessidade de constituir conselhos de economia, principalmente a nível provincial e geral;
- eficiente: a eficiência se refere ao uso de uma boa técnica contábil, que garanta uma boa administração. A eficiência, porém, consiste também na realização de uma boa gestão econômica, capaz de utilizar os recursos e distribuí-los no melhor modo às várias necessidades e projetos apostólicos do Instituto. Não há dúvidas que a ecônoma ou administradora, deve ter um forte sentido religioso, para assegurar que as suas decisões estejam sempre impregnadas do necessário conteúdo religioso.

3.4 Critérios de discernimento na economia

Na atual globalização, torna-se uma exigência conhecer a origem e o funcionamento das leis do mercado, o regimento do sistema econômico e a manipulação do mesmo. Sua complexidade, porém, exige conhecimentos básicos para saber lidar, de forma eficiente, com as suas leis⁸³.

Existem critérios que podem levar a uma gestão muito humana e religiosa, porém, não livre de tensões e até de conflitos. São vários os critérios que se entrelaçam quando se quer formular uma boa política econômica num Instituto religioso. Entre

.....
 83 Cf. M.S. mourão, "O uso do dinheiro na Vida Religiosa Consagrada", p. 153.

eles estão os evangélicos, os humanos, os sociais, os profissionais, os técnicos e os institucionais. Mencionam-se alguns⁸⁴.

- Exigência evangélica de que os bens sirvam para criar e reforçar a comunhão; exercitar a liberdade frente ao que se possui e a prudência frente ao que se usa; um claro convite à gratuidade no uso dos bens e a generosidade sem medida no partilhar; a gestão dos bens animada por uma vigorosa espiritualidade.

- Os bens de um Instituto religioso devem suprir as necessidades das irmãs que são ativas no apostolado; dos membros que se encontram na formação inicial; das doentes; da missão institucional da Congregação. Toda economia deve estar prioritariamente a serviço e em função das pessoas. Não há dúvidas que se deve investir na formação e preparação das pessoas, antes que nas estruturas materiais⁸⁵.

- É necessário incrementar a atitude de partilhar os bens. Em decênios anteriores, se ganhava para guardar ou para reinvestir, sobretudo em obras; agora, se faz para viver como religiosas, para poder guiar-se pelo critério de dar e partilhar. A pobreza estava muito marcada pela austeridade e agora pela solidariedade, que é a parte visível de uma profunda espiritualidade.

- A austeridade deve ser um critério geral quando se trata de tomar decisões econômicas: o seguimento de Jesus exige que a austeridade se veja também na escolha dos meios de apostolado, porque o Filho de Deus, para encarnar-se, escolheu o caminho da humildade, da simplicidade, da kénosis. Os Institutos religiosos devem constantemente recordar que a sua missão é o anúncio do Reino e não uma operação de marketing comercial⁸⁶.

- Antes de tomar uma decisão, é necessário avaliar as possíveis consequências que poderiam derivar para a vida e a missão dos membros do Instituto, mas também pelo contexto social no qual se vive. É primordial encontrar elementos importantes para as decisões econômicas na dimensão social de nosso próprio carisma religioso. A honestidade, a retidão e o sentido de justiça devem orientar essas decisões. É uma forma de anunciar o Evangelho e tornar presente na sociedade um estilo de vida diferente, alternativo⁸⁷.

- A meta de nossa ação no campo da economia deve visar a redução da pobreza, contribuir para mudar as estruturas políticas e econômicas que estão na origem da difícil situação econômica mundial. Para isso, não pode faltar uma evidente dimensão

84 Cf. UNIONE SUPERIORI GENERALI (USG), "Documento de la 60ª Asamblea de la USG", n. 40-49.

85 Cf. J.L. Casarotto, "As finanças da Congregação e a vida religiosa-missionária", p. 132-133.

86 Cf. E. ARENAS – F. TORRES, *VITA CONSACRATA ED ECONOMIA*, p. 87.

87 *IBIDEM*, p. 87.

profética em nosso modo de proceder como religiosas que evidencia, com coragem, os pecados sociais ligados ao consumismo, ao hedonismo, a uma economia que produz uma inaceitável desigualdade entre o luxo e miséria, entre poucos “opulões” e inumeráveis “Lázaro”.

- É necessário demonstrar de onde e como chegam os recursos econômicos de um Instituto, seu destino e objetivo dos mesmos.

- Às pessoas implicadas na gestão econômica, é necessário recordar que devem considerar-se como meros administradores e como autênticos religiosos, guiados pelos princípios do bem comum. Na vida religiosa ninguém é dono dos bens que administra. Nos diversos níveis, tudo se faz em nome da Instituição. As decisões em torno dos bens devem ser tomadas em conselho e só a execução da decisão se confia a uma pessoa.

- Para o bom discernimento em relação aos bens, é importante contar com o conselho e a colaboração de leigos especializados nesta área. A gestão econômica é um trabalho em equipe e nesta não pode faltar a assessoria técnico-profissional.

- A elaboração diligente e corresponsável dos orçamentos é sinal de vitalidade e de empenho de uma comunidade. Os orçamentos são um olhar direcionado para programar a atividade econômica por um período de tempo ou para um exercício econômico, prevendo os recursos dos quais se poderá dispor, determinando como, quando e em que serão utilizados⁸⁸.

- Cumprimento da legislação vigente.

3.5 A partilha dos bens na Congregação

A economia de uma Congregação tem que estar em função do Reino e, portanto, não pode ter por lei fundamental o lucro, a ganância, o projeto próprio. Precisa do amor, que se traduz na justiça, na partilha, no dar e no servir.

É fundamental não perder de vista a mola que impulsiona a VC, ou seja, a perspectiva carismática da entrega por meio dos votos. É preciso ter sempre presente o “poço” da espiritualidade que sustenta e dá sentido à consagração em uma instituição⁸⁹.

Os bens que temos não pertencem a ninguém pessoalmente, são da Instituição e em tese, todos os membros são responsáveis pelos mesmos. Ao lado do bem individual existe o bem comum. É o bem de “nós-todas”. Querer o bem comum e empenhar-

.....
88 *IBIDEM*, p. 90.

89 Cf. M.S. MOURÃO, “O USO DO DINHEIRO NA VIDA RELIGIOSA CONSAGRADA”, p. 154.

se por ele é exigência de justiça e de caridade⁹⁰. Todas devemos ter em mente como conseguimos os bens que temos, como devemos ou podemos mantê-los e como devemos ou podemos utilizá-los. Nisto está a nossa responsabilidade e uma das mais significativas tarefas dos administradores⁹¹.

A comunhão dos bens é consequência da prática da fé, acentuada e ressaltada pela pobreza evangélica. Deverá ser praticada, antes de tudo, entre as comunidades e organismos do Instituto e, depois, deverá estender-se a pessoas e instituições *ad extra*, tendo presente a necessidade dos lugares onde as comunidades estão inseridas. Esta comunhão é já sinal e testemunho de fraternidade evangélica⁹².

Não há dúvidas, ter tudo em comum é um sinal profético frente a este mundo globalizado no qual vivemos e, ao mesmo tempo, marcado por um forte individualismo e proveito pessoal. Partilhar os bens no interior de um Instituto nos remete à experiência das primeiras comunidades cristãs (At 2,42-47). Isso quer dizer que a VC é uma experiência de partilha dos bens materiais e espirituais e das relações afetivas entre os membros das comunidades, bem como, em nível provincial e congregacional⁹³.

Partilhar é uma questão de formação. A formação inicial e permanente deverá ter sempre presente esta preocupação com a realidade concreta e com o esforço que existe por trás dos custos de vida. É necessário educar para que haja maior corresponsabilidade no trato dos bens comuns. Educar à sobriedade e à essencialidade, que significa educar à pobreza evangélica, pessoal, coletiva e institucional.

Nota-se um crescente descaso na mentalidade de partilhar os bens, um incremento do individualismo, que faz perder o sentido autêntico da convivência, da pertença comum. Tudo o que o religioso produz ou ganha pertence à sua família religiosa e aos pobres⁹⁴. A ausência de partilha dos bens na vida religiosa institucionalizada atrofia o espírito das pessoas consagradas, a vivência comum. Sem dúvida, o bem material é mais visível e muito mais prático de se pôr em comum do que os saberes intelectuais, o conhecimento profissional ou as experiências espirituais nascidas da entrega a Deus, através da profissão pública dos votos. Se há falhas no campo material, o que dizer em relação à partilha dos outros bens que existem na comunidade, nas pessoas e na Instituição? A não partilha torna-se contra testemunho eclesial⁹⁵.

90 Cf. CV, n. 7.

91 Cf. J.L. CASAROTTO, "As finanças da Congregação e a vida religiosa-missionária", p. 139.

92 Cf. E. ARENAS – F. TORRES, *VITA CONSACRATA ED ECONOMIA*, p. 98.

93 Cf. UNIONE SUPERIORI GENERALI (USG), "DOCUMENTO DE LA 60ª ASAMBLEA DE LA USG", n. 62.

94 *IBIDEM*, n. 63.

95 Cf. M.S. MOURÃO, "O USO DO DINHEIRO NA VIDA RELIGIOSA CONSAGRADA", p. 165.

3.6 A procedência de nossos bens

A uma pessoa que nos perguntasse: por que temos tantos bens se professamos o voto de pobreza? A resposta seria: estes bens não são nossos – pessoais. Muito do que está à nossa disposição é a soma de muitas doações ao longo da história da Congregação e outros bens adquiridos como resultado do trabalho e sacrifício de muitas irmãs, que viveram antes de nós, e de outras que ainda estão trabalhando⁹⁶.

Nos Institutos religiosos, por muitos anos, a presença dos religiosos em numerosos colégios e hospitais e o estilo de vida austero, permitiu o acúmulo de reservas e os recursos que hoje dispõem. É verdade que hoje estas grandes instituições-empresas, não são uma fonte de renda; a falta de pessoal próprio e as exigências legislativas sempre mais reduziram os benefícios esperados⁹⁷.

A vida religiosa é significativa quando vive basicamente do trabalho, seja este produtivo, porque gera entradas econômicas, ou não produtivo, no que se refere à gratuidade do serviço aos outros. Não preocupar-se em ganhar com o próprio trabalho, durante a fase de vida ativa, é uma grande irresponsabilidade e incompreensível socialmente. A esse respeito é dura a advertência de Paulo (2Ts 3,10)⁹⁸.

A cada tempo histórico, o mundo do sistema econômico vigente desafia a VC, para reinterpretar o voto de pobreza à luz do significado evangélico do ser pobre em seguimento de Jesus, em meio a um mundo marcado pelas contradições e desigualdades econômicas. Nas comunidades religiosas, muitos conflitos derivam das questões levantadas em torno do voto de pobreza, com o que se vive e como se interpreta esse voto⁹⁹.

A instância econômica, numa Congregação religiosa, não é apenas uma questão administrativa. É uma instância que está presente em todos os momentos de nossa vida e, dependendo da espiritualidade com que está revestida, pode questionar toda a vida religiosa e a atividade missionária. Não se trata de uma atividade marginal, mas é um dos pilares-base sobre o qual estamos construindo a nossa vida e dele também depende o modo como realizamos a nossa missão¹⁰⁰.

Se queremos integrar a economia em nossas vidas de modo orgânico, devemos avaliar os elementos de uma visão dicotômica da realidade e retomar uma visão bíblica. Se isso não

96 Cf. J.L.Casarotto, "As finanças da Congregação e a vida religiosa-missionária", p. 131-132.

97 Cf. E. ARENAS – F. TORRES, *VITA CONSAGRADA ED ECONOMIA*, p. 116-117.

98 Cf. F. J. PALOM, "ECONOMIA Y MISIÓN EN LA VIDA CONSAGRADA HOY, DESDE LA PERSPECTIVA DE UN LAICO", IN *ECONOMIA Y MISIÓN EN LA VIDA CONSAGRADA, HOY*, p. 48.

99 Cf. M.S. MOURÃO, "O USO DO DINHEIRO NA VIDA RELIGIOSA CONSAGRADA", p. 155.

100 Cf. J.L.CASAROTTO, "AS FINANÇAS DA CONGREGAÇÃO E A VIDA RELIGIOSA-MISSIONÁRIA", p. 137.

for feito, atividades ligadas às finanças serão sempre visualizadas como de segunda categoria e beirando ao mundo pecaminoso. De um lado, isso deprecia os bens materiais e todo o esforço que eventualmente está por trás do que ganhamos e, por outro lado, nos faz entrar num modelo alienante de espiritualidade que nos isola da realidade e das pessoas¹⁰¹.

3.7 O uso do dinheiro na Vida Consagrada

Na história da humanidade, o dinheiro e a riqueza sempre andaram juntos com o poder: dinheiro significa poder. Também na vida religiosa existe a tentação do poder e aqueles que manuseiam o dinheiro são sujeitos mais que outros a esta tentação. As pessoas indicadas para este trabalho deverão, conseqüentemente, ter sempre bem presente que não são os donos do dinheiro, mas são chamados a servir a comunidade¹⁰².

Na vida religiosa, há um desnível na compreensão dos valores e das prioridades relacionadas ao uso do dinheiro. O tema dinheiro precisa de maior adequação para com as exigências vindas do Estado, do mercado financeiro e das novas regras impostas pela globalização. Em diversas Congregações religiosas, as relações com o dinheiro têm sido fonte e origem de inúmeros conflitos na vida cotidiana da comunidade. O dinheiro é um dos elementos mais importantes na vivência do conselho evangélico da pobreza e se constitui, para muitas pessoas, um assunto bastante problemático¹⁰³.

O desconhecimento dos custos e o trabalho em obras próprias, levaram algumas irmãs a uma certa irresponsabilidade e desinteresse pelos aspectos econômicos, chegando até à ingenuidade e à indiferença em relação aos temas relacionados ao dinheiro. No estilo tradicional das comunidades monásticas, as necessidades pessoais básicas eram supridas e, de certa maneira, todo o grupo se apresentava aparentemente satisfeito. Hoje, a nova antropologia integra e valoriza o mundo das ideias tanto quanto as realidades materiais. As questões econômicas têm a ver, então, com a qualidade de vida, com as ações missionárias e com a espiritualidade que nutre a organização do grupo religioso e o ideal do carisma fundacional¹⁰⁴.

Com a mudança de mentalidade e a autonomia conquistada pelo progresso das ciências humanas, atualmente, a pessoa consagrada busca maior liberdade em suas relações interpessoais e sociais. A compreensão do significado do voto de pobreza faz mudar a relação e o uso do dinheiro. A partilha do mesmo é consequência da liberdade interior em relação ao mesmo¹⁰⁵.

101 *Ibidem*, p. 139-140.

102 Cf. E. Arenas – F. Torres, *Vita Consacrata ed economia*, p. 23.

103 Cf. M.S. mourão, "O uso do dinheiro na Vida Religiosa Consagrada", p. 153-154.

104 *Ibidem*, p. 157.

105 *Ibidem*, p. 167.

Quando maior a maturidade, melhor será a relação com o dinheiro e o seu uso, em vista do bem estar individual e da instituição. Uma instituição composta por pessoas felizes, porque maduras e integradas, certamente manifestará o bem estar do grupo pela alegria de terem tudo em comum. Se isso for uma realidade, o que diz o texto bíblico acontecerá: “... a cada dia o Senhor acrescentava à comunidade outras pessoas...” (At 2,47b). O desejo satisfeito segundo as necessidades de cada uma, só pode contribuir no espaço da espiritualidade e da vivência do carisma¹⁰⁶.

Seguir Jesus pobre pressupõe um alto nível de integração da personalidade e equilíbrio suficiente no uso dos bens. A mensagem evangélica acentua o “voto de pobreza” como condição desse seguimento: “Vai, vende o que tens, dá aos pobres ... Depois vem e segue-me” (Mc 10,21). A pobreza só tem sentido por causa dessa proposta de Jesus (Mt 8,19-22)¹⁰⁷.

Desta maneira, a VC é para o mundo testemunha do Reino futuro. Ela é já e ainda não, presença escatológica da vida plena de Deus – o Reino dos Céus. A VC espera que o desapego a todas as coisas materiais traga plena realização neste mundo. A confiança na Providência Divina é o suporte que assegura o necessário para viver¹⁰⁸.

Concluindo, podemos afirmar que os aspectos relacionados à administração e economia implicam atenção à vida espiritual, uma séria consideração das experiências de confiança em Deus, de fraternidade espiritual em Cristo, de entrega à providência e à misericórdia divina, de amor e de perdão, de renúncia a si mesmo, de acolhimento do próximo, de justiça e de paz, para tornar ‘divina’ e, conseqüentemente, mais digna a vida do ser humano sobre a terra.

O texto de Mateus 25 sobre o Juízo Final tem uma autoridade suprema. Jesus deixa bem claro que as ações de solidariedade são as que contam. Realmente, o ato de solidariedade nos abre à descoberta inesperada da presença de Deus no outro, ‘se temos olhos para ver’.

106 *Ibidem*, p. 160.

107 *Ibidem*, p. 162-163.

108 *Ibidem*, p. 169.



**Irmãs Missionárias
de São Carlos
Borromeo Scalabrinianas**